ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 48 — Série VII — N.º 240
31 de Agosto de 1978

Preço: 7$50

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português ★ Dir./Red. – R. Soeiro Pereira Gomes, Lisboa 4 – Tel. 76 97 25 – Telex 13411 – Composição e impressão – Heska Portuguesa — Distribuição – CDL, R. Pedro Nunes, 9-A, Lisboa 1 – Tels. 76 97 44-76 97 51

Muitos milhares de trabalhadores da Reforma Agrária estiveram no domingo em Beja para participar no comício a que esteve presente o camarada Álvaro Cunhal

UMA FÓRMULA DE GOVERNO INCONVENIENTE

Agora: que programa? Que política?

Conhecida parcialmente a composição do novo Governo, restam ainda três questões de cujo esclarecimento dependerá nas hipóteses possíveis a atitude final do PCP: a composição completa, o programa e a prática política no caso de passar na Assembleia da República.

Entretanto, permanece de pé a opinião do PCP de que a fórmula governativa adoptada é inconveniente, e que o governo agora empossado, no caso de passar, só deverá funcionar a título provisório.

Se assim suceder, é preciso desde logo, encarar duas possibilidades: ou a formação de um governo democrático, com base parlamentar, ou a realização de eleições gerais antecipadas.

Em qualquer caso, o PCP reafirma: o acordo de comunistas e socialistas é uma condição para tornar possível uma alternativa democrática.

(Ler Editorial na pag. 2 e discurso de Álvaro Cunhal nas pags. 4 e 5).

Presenças em destaque na Festa do «Avante!»

Yuri Romanenko é o cosmonauta que estará connosco na Festa do "Avante!". Romanenko e o seu camarada Gueorgui realizaram o mais completo e prolongado programa espacial até hoje, detendo ainda o recorde da permanência no cosmos, numa experiência que envolveu três naves espaciais tripuladas do tipo "Soyuz" e uma nave automática de transporte, a "Progress 1", tendo regressado à terra em 16 de Março passado, depois de uma missão que durou 96 dias.

Romanenko, de 33 anos, é tenente-coronel e foi distinguido com o título de Herói da União Soviética.

YURI ROMANENKO

O soviético Victor Sanaev, um dos grandes nomes do atletismo mundial, é um dos participantes no Festival Desportivo da Festa do "Avante!".

Conquistou nas três últimas Olímpiadas a medalha de ouro no triplo salto: México (1968), Munique (1972) e Montreal (1976). É actualmente o detentor do recorde mundial e da Europa na modalidade, com 17,44 m. Sanaev tem 32 anos e reside em Abjazia, Mar Negro. É agrónomo de profissão, dedicando-se também ao ensino do atletismo aos mais jovens.

VICTOR SANAEV

Não é a primeira vez que o "Avante!" fala de Charlie Haden, o músico que – dizem os críticos – fez do seu contrabaixo "um instrumento novo, de novas qualidades de expressão".

Em Dezembro de 1971, o "Avante!" clandestino salientava a presença de um músico no Festival de Jazz de Cascais, que tivera a coragem de dedicar um dos trechos à luta de libertação dos povos de Angola, Guiné e Moçambique. Por esse acto, foi detido pela PIDE, que o impediu de sair de Portugal, tendo sido libertado só após as instâncias do adido cultural americano.

CHARLIE HADEN

Uma voz firme contra a opressão. Uma voz que tem sempre a audiência de milhares de pessoas em França e noutros países. Uma profissional que recusa a facilidade, que recusa a cedência perante as "exigências comerciais", uma profissional que se mantém coerente com o seu trabalho.

Colette Magny, cantora francesa que os meios comerciais têm rejeitado por não esconder a verdade, será figura de destaque na nossa Festa, com as suas canções, com o seu estilo bem característico – agora em evolução para a improvisação "free-jazz" –, com os seus músicos de grande nível, com a sua vivacidade.

COLETTE MAGNY

Os últimos preparativos para a grande jornada

Estamos apenas a uma semana da grande jornada dos dias 8, 9 e 10 no Vale do Jamor. Enquanto nos terrenos da Festa se desenvolvem os derradeiros esforços a fim de completar todas as infra-estruturas necessárias, decorre igualmente um intenso trabalho de gabinete, ao nível dos serviços centrais e das diversas organizações do Partido. Em todo o lado, a palavra de ordem é: ultimar os preparativos para fazer da Festa deste ano a maior e a melhor de sempre! Nas págs. 6, 7, 8 e 12 damos mais informações do que vai acontecer no Jamor, assim como indicações úteis a todos os que lá irão deslocar-se.

Editorial **UM GOVERNO SEM BASE PARLAMENTAR: QUE ALTERNATIVA?**

Editorial

GOVERNO SEM BASE PARLAMENTAR: QUE ALTERNATIVA?

1

A equipa ministerial formada pelo engenheiro Nobre da Costa acaba de ser empossada pelo Presidente da República.

O acto de empossamento, sucedendo-se de imediato à nomeação do Primeiro-Ministro, fornece novo dado essencial — a composição do governo — para uma completa focalização da fórmula de solução encontrada para a crise actual.

O conhecimento definitivo dos novos titulares dos ministérios não trouxe por assim dizer, grandes surpresas aos observadores políticos. Com surpreendente presteza, o engenheiro Nobre da Costa esgotou rapidamente as duas primeiras fórmulas de governo propostas ao PS, ao CDS e ao PSD, para se decidir, em última análise, pela terceira fórmula — a do chamado governo de "independentes".

O PCP, que já havia posto sérias reservas à pessoa do engenheiro Nobre da Costa como Primeiro-Ministro indigitado, já havia contestado igualmente a pretensa fórmula "independente" de um governo extraparlamentar, sem base partidária, com as características que já então se lhe apontavam.

As personalidades agora oficialmente designadas para o governo não são de maneira alguma "independentes". Não se é independente apenas pelo facto de não se pertencer a um partido político — pode-se estar à margem dos partidos mas não se está, seguramente, à margem das classes dos seus interesses e objectivos.

A maioria dos actuais ministros agora empossados — com excepção dos militares — são pessoas ligadas no passado a grandes interesses económicos e financeiros monopolistas, não são independentes no ponto de vista de classe e têm naturalmente a "sua" política.

2

O PCP não dispõe ainda de todos os dados essenciais para se decidir ou não a apresentar uma moção de rejeição ao governo agora empossado quando este se apresentar na Assembleia da República.

O PCP não esquece que o primeiro governo do período constitucional era do PS, composto por socialistas, com um programa de acção socialista e que uma vez no poder se tornou o executor da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista em aliança com os partidos da direita.

O PCP não esquece que a famigerada "lei das bases da Reforma Agrária", que traz o nome execrado de Barreto, foi apresentada e votada na Assembleia da República pelo governo do PS sozinho, apoiado pelo PPD e pelo CDS, este embora pela abstenção.

O PCP não esquece que o segundo governo do período constitucional, dirigido pelo PS, já praticamente exonerado, cometeu o gesto escandaloso de descongelar as contas bancárias de refinados fascistas e pides como Marcelo Caetano, Tenreiro, Moreira Batista, Silva e Cunha e outros.

Por analogia não vamos agora admitir o sentido oposto, isto é, que um governo de tecnocratas do capitalismo vai pôr em prática uma política socialista ou mesmo a da defesa consequente das conquistas da Revolução consagradas na Constituição da República.

Entretanto, só depois de conhecidos os titulares das Secretarias de Estado, só o conhecimento do programa e dos meios de o pôr em acção, só a prática política, se o governo passar na Assembleia da República, podem fornecer os elementos complementares indispensáveis para um visionamento tanto quanto possível objectivo do governo Nobre da Costa.

O engenheiro Nobre da Costa, que se diz simpatizante do PS, tem entretanto agravado a sua imagem com declarações que denotam o seu desamor à Reforma Agrária e às conquistas dos trabalhadores.

O que disse ao jornal "Le Monde" acerca da desintervenção da FACAR — considerando a anterior intervenção do Estado e a consciencIosa gerência dos trabalhadores como um "roubo" — é um indício da opção de classe da política que se propõe fazer, relativamente ao mundo do trabalho. É também um insulto gratuito.

A pessoa de Nobre da Costa, as suas contraditórias declarações, a composição da sua equipa ministerial, a sua política provável de recuperação capitalista, latifundista e imperialista (ele afirmou que porá em prática o programa do governo anterior) reforça a opinião do PCP de que um tal governo, a passar na Assembleia da República, só deverá funcionar numa situação de excepção e a título provisório.

3

Um dos motivos de reserva e desconfiança em relação à formação do governo agora empossado foi o entusiasmo com que foi saudada a sua indigitação pelas forças da extrema-direita — CDS, PPD, PPM, CIP, CAP, etc.

O CDS pela boca de Freitas do Amaral, cujo pai foi, com Nobre da Costa, administrador de empresas do grupo Sacor (agora Petrogal), proferiu os maiores encómios ao indigitado Primeiro-Ministro e à sua fórmula de governo.

Devemos perguntar-nos porquê aparece hoje o CDS tão bruscamente a hostilizar o governo empossado. Pode muito bem ser para tentar diminuir as justificadas desconfianças dos trabalhadores e das forças democráticas no novo elenco governamental.

Não deixa, porém, de ser curiosa a coincidência de o CDS justificar o seu ultimato ao PS no anterior governo de coligação com a mirífica existência de um "pacto secreto" com o PCP na questão da Reforma Agrária e agora pretextar a sua "hostilidade" ao governo Nobre da Costa na mirabolante participação de "comunistas" nesse governo. O CDS continua a lançar mão da sua técnica provocatória para iludir os seus verdadeiros objectivos.

E porque será então que o PPD e Sá Carneiro se colam tão estreitamente a esse governo "infestado" de comunistas — como diz o CDS —, PPD e Sá Carneiro que sempre puseram de fora das suas "convergências", das suas "maiorias", das suas "bipolarizações", precisamente o PCP? Porque será também que o PPD e pessoalmente Sá Carneiro depois de terem maltratado e insultado o Presidente da República, se mostram agora mais "presidencialistas" do que nunca?

A explicação é simples e clara: por caminhos diferentes e tácticas diversas os partidos e forças da extrema-direita prosseguem a sua ardilosa manobra de desestabilização sobre todas as frentes contra o regime democrático, contra os órgãos de soberania, especialmente contra o Presidente da República, com vistas a criar as condições para uma rápida mudança na política e nas instituições a seu favor e para abrir caminho ao restabelecimento de uma nova ditadura reaccionária.

4

Governo Nobre da Costa ou qualquer outro — de legislatura ou de gestão a curto prazo ou até 1980— o diálogo com os trabalhadores é uma exigência de defesa da democracia, das liberdades, das conquistas da Revolução. É impossível a recuperação económica e financeira do país sem ganhar a confiança e adesão dos trabalhadores. E o diálogo com os trabalhadores não é, não pode ser, conversa fiada.

Dialogar com os trabalhadores significa levar à prática uma política real de defesa dos seus interesses. Ouvir os trabalhadores significa ter em conta as suas reivindicações e experiências, o seu patriotismo, em todas as questões que directamente lhes diga respeito. Significa que nenhuma medida deve ser tomada respeitante à Reforma Agrária sem ouvir os membros das UCPs, e das cooperativas, os seus organismos representativos, sem ter em conta a viabilidade económica das explorações colectivas.

O diálogo não é ouvir por ouvir.

5

Cada vez mais a complexidade da situação e o agravamento da ofensiva reaccionária põe na ordem do dia a questão da unidade de todos os trabalhadores, de todos os democratas, de todos os patriotas. Cada vez mais é imperioso actuar com serenidade e acerto.

A unidade entre os comunistas e socialistas, o entendimento e cooperação centre o PS e o PCP no momento actual é uma questão vital para a democracia portuguesa, para a defesa da Constituição e das instituições democráticas.

A cooperação entre os grupos parlamentares do PS e do PCP na Assembleia da República na elaboração e aprovação da lei do recenseamento eleitoral é um bom exemplo a seguir e a desenvolver.

Não basta dizer que é um mau governo — é necessário apresentar uma alternativa realista e viável para o caso de não passar na Assembleia da República. Se os namoros à esquerda do PS com a UDP têm por objectivo encobrir novas guinadas à direita, novas alianças com o CDS e mesmo com o PPD, então os socialistas estarão jogando uma má jogada.

É preciso definitivamente liquidar o divisionismo em todos os terrenos onde socialistas e comunistas se encontram na defesa dos interesses do povo e do País. No parlamento, no movimento sindical, nas autarquias locais, todo um vasto trabalho unitário está por fazer e pode ser feito.

As tiradas verbais de defesa da democracia, das liberdades, da esquerda, não podem ser o tampão de novos conluios e aventuras com as forças da direita.

Os trabalhadores têm os olhos postos nos actos dos dirigentes do PS e do PCP. O seu julgamento é inflexível, a responsabilidade de cada um dos dois partidos não pode ser falseada.

Quando na perspectiva a possibilidade de eleições a curto prazo é visível, o entendimento de socialistas e comunistas como núcleo da unidade de todos os democratas e patriotas é condição imprescindível para uma nova e esmagadora derrota das forças da reacção.

Lei do recenseamento já está aprovada

A Assembleia da República aprovou na passada segunda-feira, por uma maioria superior a 2/3, a nova lei do recenseamento eleitoral.

O único grupo parlamentar que votou contra foi o do PPD/PSD que considera, segundo afirmou Nandim de Carvalho durante a declaração de voto, a lei inconstitucional por não tornar obrigatório o recenseamento dos cidadãos portugueses residentes no estrangeiro.

Como claramente demonstraria o camarada Jorge Leite ao ler a declaração de voto do PCP, as críticas do PPD/PSD não têm qualquer fundamento pois a própria Constituição, no seu artigo 14.°, só estabelece a obrigatoriedade de cumprimento de **deveres que não sejam incompatíveis com a ausência no estrangeiro.**

A lei agora aprovada, tal como salientou Jorge Leite, é não só democrática como está perfeitamente de acordo com a Constituição, nomeadamente no que se refere aos emigrantes, dado que, ao não estabelecer qualquer sanção para os que naquelas condições se não venham a recensear, demonstra compreensão para os inúmeros problemas e dificuldades que em tais casos sempre se colocam.

Também a declaração do PS, apresentada por Armando Lopes, foi dirigida no mesmo sentido, enquanto que na do CDS se expressaram algumas dúvidas sobre o ponto «emigrantes» que Pinto da Cruz voltaria a focar.

Sobre as restantes leis eleitorais foram entretanto apresentados projectos do PS, CDS e UDP que, conjuntamente com os do PCP e PPD/PSD já anteriormente entregues foram ontem apreciados pela Comissão de Direitos, Liberdades e Garantias. O plenário voltará a reunir nos próximos dias 5 e 6 para a sua discussão na generalidade.

O debate desta importante matéria será interrompido no dia 7, altura em que o parlamento discutirá o programa do Governo.

Se a Assembleia da República não tiver aprovado as leis eleitorais até ao dia 15, terá de ser convocada uma nova sessão extraordinária, dado que a actual termina obrigatoriamente naquele dia.

Ainda durante a sessão da passada segunda-feira há a referir a controvérsia criada, no período de antes da ordem do dia, em torno de uma moção, que se encontrava suspensa, apresentada por Aires Rodrigues e Carmelinda Pereira.

Naquela moção propunha-se um voto de censura ao Presidente da República pela forma como exonerou o anterior Governo e nomeou o actual Primeiro-Ministo. Embora Vasco da Gama Fernandes não tenha admitido sequer a moção, uma vez que a Assembleia da República não tem competência para se pronunciar sobre o que nela se propunha, os proponentes interpuseram recurso.

Curiosamente, na votação do recurso, são os grupos parlamentares do PCP, CDS e PPD/PSD que votam contra a admissão da referida moção, enquanto o PS se abstém e a UDP e os cinco independentes votam a favor.

Curiosamente porque, como o camarada Carlos Brito salientou ao fazer a declaração de voto do PCP, não só a razão cabia por inteiro ao já afirmado pelo Presidente da Assembleia da República como mais uma vez o PS faltou aos seus compromissos. Em reunião anterior dos grpos parlamentares os deputados do PS haviam-se comprometido a votar contra a admissão da proposta..

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português.* Rua Soeiro Pereira Gomes – Lisboa-4. Tel. 768345.

ADMINISTRAÇÃO: *Editorial Avante, SARL.* Av. Santos Dumont, 57-2.° Dt.° – Lisboa-1. Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – Lisboa-4. Tel:769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO:

CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL **Central:** Rua Pedro Nunes, 9-A – Lisboa-1. Tel. 769744/769751.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C – Lisboa-1. Tel. 769705.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – Lisboa-2. Tel. 372238.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 – Porto. Tel. 28938.

Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.° Esq – Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Erva, 6 – Coimbra. Tel. 28394.

Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 – Santarém. Tel. 24564.

Centro Distribuidor de Setúbal: Rua de Angola, 29-A – Setúbal. Tel. 29493.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alcarcova de Baixo, 13 – Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.° de Dezembro, 23 – Faro. Tel. 24417.

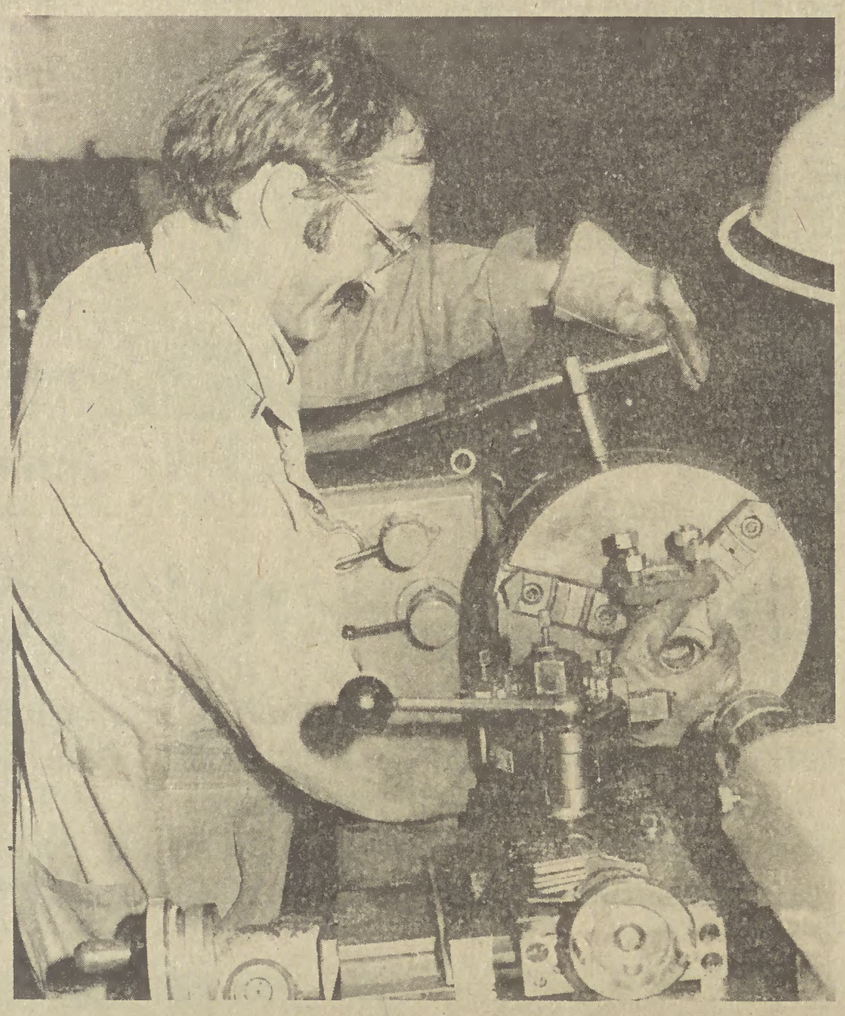
ASSINATURAS:

CDL, Departamento de Venda Directa. Av. Santos Dumont, 50 – Lisboa-1 Tel. 763701.

PUBLICIDADE:

Lisboa: R. Pedro Nunes, 9-A – Lisboa-1. Tel. 41787. **Composto e impresso** na **Heska Portuguesa** – R. Elias Garcia, 27 – Venda Nova — Amadora.

Tiragem média do mês de Julho: 79 496



Especialistas agrícolas na URSS

Uma delegação de especialistas portugueses de Agricultura, chefiada pelo camarada Júlio Martins, esteve recentemente na URSS, em visita de estudo à Agricultura deste grande país.

Foi recebida por órgãos de planeamento e de decisão a nível central, zonal e regional, onde obteve uma vasta informação sobre realizações e programas de desenvolvimento do processo produtivo e da política de benefícios sociais em curso muito activo na vida rural da URSS, sobretudo após as históricas decisões de Março de 1965 e de Julho de 1978, que colocaram a vida e a actividade nos campos no centro das atenções e dos esforços de todo o Povo Soviético.

A delegação visitou numerosos Kolkhozes, Sovkhozes e Institutos de Investigação Científica nas zonas de Moscovo, Belgorod e Karkov podendo, assim, observar directamente como estão a ser cumpridos e em muitos casos ultrapassados os planos de desenvolvimento, seja na defesa e melhoramento dos solos, na mecanização dos trabalhos agrícolas, na especialização e intensificação das criações de gado e de culturas de forragens, cereais, beterraba sacarina, girassol e outras culturas industriais, todas já de elevado rendimento por hectare, seja também na impressionante cobertura do apoio financeiro, comercial, técnico e científico do Estado e dos próprios Kolkhozes e Sovkhozes e seja ainda no intenso ritmo das realizações sociais.

Deste modo, pôde verificar com que intensidade se constroem novas estradas, se multiplicam os represamentos de águas em lagos artificiais e se compartimentam os espaços agrícolas com cortinas florestais de protecção contra os ventos e a erosão das terras; assim como a magnífica cobertura já existente nas aldeias em habitações, hospitais, creches, jardins de infância, casas de repouso para pessoas idosas, casas de cultura, refeitórios e outras instalações sociais.

A delegação visitou também os locais históricos das grandes batalhas de Moscovo, Arco de Kursk e Kharkov e pôde apreciar o esforço heróico dos povos da URSS na luta em defesa da Pátria contra os invasores nazifascistas e no árduo trabalho de reconstrução da economia sobre as imensas ruínas deixadas pelas hordas hitlerianas.

Aí a delegação encontrou todo um valoroso povo empenhado a fundo nas tarefas enaltecedoras da construção pacífica de uma nova sociedade, em que o mundo rural se aproxima do que há de melhor na vida citadina; um povo amante da Paz, da Amizade e da Cooperação entre os povos de todo o Mundo, especialmente ferveroso na amizade fraterna que devota ao povo de Portugal.

O terrorismo nos Açores e Madeira

A ocorrência de novos atentados bombistas na Madeira e nos Açores motivou a divulgação, no passado dia 25, da seguinte nota da SIP do PCP:

1. O recrudescimento das actividades terroristas na Madeira e nos Açores dá razão ao PCP quando afirma que o terrorismo é a continuação, por outros meios, da acção dos partidos reaccionários. A série de atentados bombistas e outras violências desencadeada na Madeira e nos Açores, nos últimos tempos, tem no actual momento político, o objectivo muito concreto de funcionar como elemento de pressão para obter os resultados políticos imediatos que são os objectivos das forças reaccionárias, para contestar e desestabilizar, à bomba ou por formas mais discretas, as instituições e o regime democrático consagrado na Constituição.

2. Das últimas acções terroristas verificadas na Madeira e Açores, destaca-se a tentativa de colocação, na ilha de Porto Santo, de uma bomba cuja deflagração veio a causar a morte, ao que tudo indica, do próprio autor do atentado, um dirigente destacado da organização local dos jovens CDS.

Procurando os partidos reaccionários e certa imprensa, face a este caso, confundir a opinião pública, quer fazendo passar o autor do atentado por vítima do mesmo, quer apontando como alvo do atentado uma viatura de um dirigente local do PPD, a SIP do PCP faz notar não ser esta a primeira vez que o autor de um atentado bombista foi atingido pelo engenho explosivo que procurava colocar (entre muitos outros precedentes, pode citar-se o caso da explosão de uma bomba, em 9 de Maio de 1976, no Estoril, que estava a ser preparada por um outro jovem CDS, que apenas foi colocado sob prisão enquanto esteve hospitalizado). Por outro lado, não foi também esta a primeira vez que os terroristas, por questões de ajustes de contas ou com objectivos de diversão, dirigiram acções terroristas contra objectivos físicos da própria reacção (apenas a título de exemplo, recorda-se que o famigerado bombista Ramiro Moreira colocou bombas numa sede do PPD e em casa de um deputado do mesmo partido, do qual aliás se afirmava simpatizante).

O facto de o autor de um atentado bombista estar ligado ao CDS, partido que votou contra a Constituição e que apesar de todas as profissões de fé e do verniz democrático, está de forma evidente apostado na liquidação do regime democrático, não é uma coincidência. É a confirmação de que a reacção tem um braço legal e aparentemente civilizado e um outro que coloca bombas, mas tem uma só cabeça da qual partem os planos e acções que visam a liquidação do regime democrático.

3. A série de atentados criminosos verificados na Madeira e Açores representa igualmente a concretização dos incitamentos ao uso da violência lançados por partidos e políticos reaccionários.

A SIP do PCP recorda que, não há muito tempo, foi o próprio Presidente do Governo Regional da Madeira e dirigente do PPD sr. Alberto João Jardim a lançar as mais baixas provocações e os mais inflamados apelos à violência contra as instituições e o regime democrático. Tal comportamento por parte do sr. Alberto Jardim (ele próprio activo participante, em Março de 1976, no sequestro e outras violências e arbitrariedades contra um democrata), constitui um motivo para que se compreenda a impunidade com que os terroristas actuam na Madeira: é à sombra do Governo Regional, com as costas quentes pela sua orientação política e pela sua propaganda e em resposta aos seus próprios incitamentos.

4. O PCP considera que a passividade dos Governos Regionais da Madeira e Açores, face às contínuas violências dirigidas contra a liberdade e a democracia, há muito que entrou pelas fronteiras da cumplicidade.

O PCP reclama, uma vez mais, que se tomem medidas contra os autores dos atentados terroristas e das violências que procuram limitar o exercício das liberdades, e criar um clima de intranquilidade com que a reacção procura desacreditar a democracia para depois ela própria exigir um regime autoritário e repressivo.

O PCP apela aos trabalhadores e às forças democráticas para que reforcem a sua unidade, vigilância e luta contra os inimigos da liberdade, cuja verdadeira e odiosa face é a das destruições, das violências, do terrorismo.

Entretanto, a 23 de Agosto, o Executivo da Direcção da Organização Regional Autónoma dos Açores (DORAA) do PCP divulgava uma nota em que, nomeadamente, afirmava:

O Governo Regional dos Açores, através de uma resolução publicada no Jornal oficial, pretende instituir um controlo de identidades para cidadãos nacionais e estrangeiros que entrem na região vindos do restante território nacional ou que saiam daquela com destino a qualquer outra parte do país.

A resolução em causa prevê ainda a impossibilidade de entrada ou saída na região dos cidadãos que não provem a sua identidade ou não satisfaçam as formalidades legais. Tal medida estabelece portanto restrições ao livre trânsito de pessoas e bens entre a região e o restante território nacional, o que é claramente inconstitucional pois pelo artigo 230 b) da Constituição da República tal competência é expressamente vedada às regiões autónomas.

O terrorismo fascista-separatista levanta a cabeça e age impunemente na região. Os seus chefes declarados vivem tranquilamente em suas casas, tendo toda a liberdade para maquinar as suas criminosas acções.

Como medida «eficaz» para combater o terrorismo fascista-separatista toma o Governo Regional, sem capacidade legal para tal, uma medida que na prática se assemelha em muito ao estabelecimento de fronteiras entre a região e o resto do país.

O Governo Regional dos Açores procura ainda convencer o povo da região de que as acções terroristas são preparadas e executadas a partir do Continente e não pela reacção fascista-separatista local. O Governo Regional uma vez mais deita o seu manto proteccionista por cima do bando fascista-separatista.

Perguntamos:

— Que pretende o Governo do sr. Mota Amaral? Qual o jogo que por ele está a ser feito?

O Executivo da DORAA do PCP reclama que sejam tomadas medidas sérias e consequentes que ponham termo à escandalosa impunidade com que age o bando fascista-separatista, lançando o terror e a indignação e apregoando a separação da Pátria desta região portuguesa.

O Executivo da DORAA do PCP reclama também das autoridades competentes que seja considerada inconstitucional e consequentemente anulada a resolução do Governo Regional que institui a verificação de identidades.

Em face desta situação e tendo ainda presente os perigos que a Democracia Portuguesa corre é absolutamente necessário que as massas trabalhadoras, que todos os patriotas e antifascistas, que todas as forças políticas democráticas da região procurem e encontrem formas de actuação que constituam uma firme barreira à sórdida e criminosa política terrorista dos fascistas-separatistas e às manobras de todos os que pretendem manter nesta região uma situação de exploração e opressão a favor de uns poucos.

Semana

23
Quarta-feira

1974 – É publicada uma lei contra a especulação das rendas de casa.

Na Assembleia da República entram dois projectos de lei eleitoral. Um, da autoria do PCP, o outro, da autoria do PPD. Este último pretende a alteração do princípio de representação proporcional e retoma a tese, já derrotada naquele hemiciclo, do voto obrigatório. ■ Os Transportes Aéreos Portugueses são autorizados a contrair um empréstimo de quatro milhões de dólares junto de um banco da RFA para decoração dos aviões. ■ São várias as reacções dos partidos à entrevista do Primeiro-Ministro indigitado. O PCP manifesta as anteriores reservas, salientando no entanto como preocupante a intenção expressa de anular o projecto do Serviço Nacional de Saúde. Por outro lado, tanto o PPD, pelo voz de Menéres Pimentel, como o CDS, nas declarações de Amaro da Costa, são menos entusiastas nas suas apreciações. No entanto, é o jornal reaccionário «O Dia» que extravasa a opinião da direita ao escrever: «O desencanto proveio da falta de ideias mestras quanto à acção que se propõe desenvolver, remetendo tudo para o Programa do II Governo Constitucional. Isto terá sido uma espécie de banho de água fria na noite escaldante, ficando a maioria a pensar se valia a pena ter-se aberto a crise do Executivo (...) para, afinal, tudo ir continuar como dantes, embora com figurantes diferentes...» O PS manifesta a sua discordância, novamente, pela metodologia que conduziu à indigitação do Primeiro-Ministro. ■ Enquanto os Sindicatos abrangidos pelo CCT do sector da Marinha Mercante discutiam em plenário a continuação da greve, o conselho de gerência da Navis, empresa pública de transportes marítimos, resolve suspender a aplicação do contrato colectivo dos trabalhadores do sector.

24
Quinta-feira

1931 – Morre Henrique Lopes de Mendonça, autor da letra do Hino Nacional.

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, dá, pela primeira vez desde que iniciou o seu mandato, uma conferência de imprensa e na qual afirma, entre outros assuntos abordados: «A defesa das esperanças que o 25 de Abril trouxe ao Povo português é o verdadeiro desafio que se coloca hoje a todos nós». ■ Grandes incêndios, cuja origem se crê criminosa, destroem matas na região da Lousã e de Oliveira do Hospital e põem em perigo algumas povoações rurais. ■ Utilizando documentação falsa, funcionários regressados das ex-colónias e integrados no Quadro de Adidos recebem indevidamente cerca de 1800 contos. A burla foi descoberta quando alguns funcionários verificaram que os seus ordenados já tinham sido levantados. ■ Em Lisboa, é registada a temperatura de 39,6 graus à sombra, considerada a mais elevada nos últimos 17 anos. ■ Em Bragança, toneladas de batata são enterradas devido ao seu estado de putrefacção. ■ Por despacho ministerial, os gestores das empresas intervencionadas J. Pimenta e AC passarão a ganhar 48 e 44 contos mensais. ■ É criado o Conselho de Programas para a RTP. Os 15 membros são designados pelo órgão de gestão da RTP. ■ O PS desmente um possível encontro com o PPD. ■ Em Porto Santo morre o autor de um atentado bombista. Dirigente da juventude do CDS da Madeira era conhecido pelas suas ligações à FLAMA. O atentado visaria a viatura de um elemento do PPD local recentemente indigitado delegado do Governo Regional da Madeira na ilha de Porto Santo.

25
Sexta-feira

1974 – As Forças Armadas Portuguesas iniciam a retirada da Guiné-Bissau.

Recebido pelo Presidente da República, o Primeiro-Ministro indigitado informa depois os jornalistas que o futuro elenco governamental está completo. ■ Na região de Arganil o fogo destrói as matas. Populações de aldeias ameaçadas são evacuadas de helicóptero. ■ Em comunicado, a Comissão de Trabalhadores da Fisipe denuncia a grave crise financeira que a empresa atravessa, atribuindo-a à má-gestão e ao desinteresse da administração. ■ Comentando a conferência de Imprensa do Presidente da República, a CGTP considera que algumas das declarações do general Ramalho Eanes constituem «um factor importante para a consolidação do regime democrático». ■ Devido ao nevoeiro, ao largo de Peniche, uma traineira abalroa o barco que faz a ligação com as Berlengas e que transportava cerca de 120 pessoas. Registam-se quatro mortos e vários feridos. ■ No Funchal o dirigente do CDS, Anacoreta Correia, ao falar aos seus correligionários, afirma «compreender mal» que «o terceiro Governo se situe mais à esquerda que o segundo».

26
Sábado

1974 – É assinado em Argel o protocolo respeitante à independência da Guiné-Bissau.

É assinado o contrato de construção do novo Hospital Central de Coimbra. ■ Em Mirandela, a Aliança Povo Unido apresenta os candidatos (alguns dos quais do PS) às eleições para a Câmara Municipal, a realizar em 10 de Setembro. ■ O Presidente da República, general Ramalho Eanes, recebe o secretário-geral do PS, Mário Soares. Segundo a nota difundida, o encontro teve por finalidade «dar conhecimento do novo elenco do próximo Governo». ■ Segundo o semanário «Expresso», a ex-Sociedade Nacional de Tipografia, à qual pertencia o jornal «O Seculo» vai ser comprada por um grupo de capital privado.

27
Domingo

1974 – O Governo anuncia a nacionalização dos bancos emissores.

O secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, participa num comício em Beja. O discurso proferido publicamo-lo noutro local. ■ O incêndio na região de Arganil, em virtude do tempo fresco que se fez sentir, é considerado extinto, depois de ter causado prejuízos incalculáveis. ■ Na sua viagem de fim-de-semana por Trás-os-Montes, Sá Cameiro, dirigente do PPD, declara em Macedo de Cavaleiros que o seu partido «entende que é seu dever possibilitar a formação e o funcionamento» do Governo de Nobre da Costa. ■ Em entrevista à RDP, o Primeiro-Ministro indigitado expõe as linhas gerais do novo Governo. ■ A CNA elabora o documento onde se referem os problemas mais prementes da lavoura e que tinha sido solicitada por Nobre da Costa, no encontro efectuado.

28
Segunda-feira

1975 – O almirante Pinheiro de Azevedo é nomeado primeiro-ministro do VI Governo Provisório.

O Presidente da República nomeia oficialmente o engenheiro Nobre da Costa Primeiro-Ministro. ■ O Chefe do Governo divulga a composição do Governo que coincide com os nomes já apresentados pela Imprensa. ■ O Primeiro-Ministro nomeado recebe os partidos representados na Assembleia da República. Menéres Pimentel, do PPD, põe «reservas» quanto aos nomes de alguns ministros. ■ A Câmara Municipal de Vila Nova de Ourém readmite finalmente o trabalhador arbitrariamente suspenso pelo presidente da edilidade, eleito pelo CDS.

29
Terça-feira

1959 – É publicada a lei que determina a eleição presidencial da competência de um colégio eleitoral, terminando o sufrágio directo e universal.

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, confere posse ao III Governo Constituinte, presidido pelo engenheiro Nobre da Costa. ■ A Assembleia da República aprova na globalidade a lei do recenseamento eleitoral. É estabelecida a criação do cartão de eleitor. ■ Jorge Campinos declara ao «Diário de Lisboa»: «Não houve nenhum encontro entre o PS e o CDS tendente à busca de um acordo interpartidário»

No comício de Beja afirmou-se a serenidade e a firmeza dos trabalhadores da Reforma Agrária

Na tribuna erguida no topo da Praça dos Duques, local que muitos comícios do Partido já viu, tomavam lugar os camaradas Diniz Miranda, membro da Comissão Política do CC, os membros da Comissão Distrital de Beja do PCP José Soeiro, Manuel Godinho e Ana Benedita, representantes das comissões concelhias de todo o distrito e ainda o deputado comunista Manuel do Rosário. Dava-se início ao comício em que tomaria a palavra o camarada Álvaro Cunhal, cujo discurso publicamos noutro local.

Foram chamados para a mesa, também, os camaradas Augusto Carreto, do Executivo da Comissão Central da UJC, António J. Paulos de Oliveira, da célula da UCP «Planície Dourada» e Manuel Pica, do Secretariado Distrital das UCPs e Cooperativas. Encontravam-se ainda na mesa uma delegação do MDP/CDE e o Presidente da Câmara de Beja.

Foi o representante da juventude comunista o primeiro a tomar a palavra, face aos muitos milhares de pessoas que completamente enchiam a praça. Na sua maioria trabalhadores da Reforma Agrária, rostos tisnados pelo sol que nesse dia se escondera atrás das nuvens baixas e pesadas, os participantes tinham chegado nos mais variados meios de transporte, tendo atravessado, muitos deles, a cidade, em camiões e tractores onde se desfraldavam as bandeiras vermelhas do Partido.

Depois de saudar todos os presentes e de se referir à intensa actividade da UJC e da UEC, que têm organizado por todo o país milhares de iniciativas, Augusto Carreto falou do êxito que teve o XI Festival da Juventude, em Cuba, e da participação activa dos jovens portugueses nessa jornada internacionalista. Por fim o camarada aludiu à situação política que hoje se vive no país, garantindo:

Os jovens dizem não a um Governo que traga ao Alentejo um clima de ódio e violência.

Os jovens querem um Governo que defenda a mais bela conquista de Abril, a Reforma Agrária, que está bem viva no coração da juventude.

Foi o camarada Paulo de Oliveira que interveio em segundo lugar, falando em nome da célula da UCP «Planície Dourada», a Unidade que foi objecto, durante dias, dos ataques e provocações de um grupo de indivíduos guiados por elementos da CAP.

O objectivo dessa operação – disse –, **desencadeada pela organização fascista dos agrários, não era a satisfação das justas aspirações dos pequenos agricultores e seareiros mas sim a criação de um clima de agitação social, de conflitos e confrontos no Alentejo e do seu empolamento a nível nacional.**

Com a resposta serena mas firme dos trabalhadores da UCP, e a GNR a repor a legalidade, os capistas foram expulsos da herdade, não conseguiram os seus objectivos, sofrendo mais uma derrota.

O camarada Manuel Godinho, por sua vez, em nome da Comissão Distrital de Beja do PCP, interveio, focando duas questões fundamentais – as Autarquias Locais e a Reforma Agrária.

Quanto à primeira, e depois de lembrar o número de eleitos pela APU no distrito, refutou as acusações ouvidas da boca de reaccionários, de que as promessas desses eleitos eram falsas:

De facto em muitos aspectos – sublinhou – **os programas apresentados não têm sido totalmente cumpridos e nalguns casos dificilmente o serão nas condições actuais.**

É no entanto importante que se diga que a responsabilidade desta difícil situação não cabe aos eleitos da APU, mas sim àqueles que têm demorado a aprovação da lei das Finanças Locais e a aplicação da lei das Atribuições e Competências, apesar dos grandes esforços desenvolvidos pelo nosso Partido, no sentido da aprovação e execução das massas.

Um Exemplo Gritante

Mais adiante o camarada lembrou que, quanto à Reforma Agrária, continuam os ataques a essa conquista da revolução – **com a falta de créditos, falta de apoio técnico, entregas ilegais.** E recordou que, ainda há pouco, a Herdade do Pinheiro fora entregue ao sabotador Silvestre Ferreira, apesar de continuar por concluir um inquérito que deveria estar concluído no prazo de 60 dias a contar da publicação (em 8 de Novembro do ano passado!) de um despacho do senhor Portas!

Aliás – perguntou o camarada –, **que poderiam dizer os técnicos nesse inquérito?**

E continuou perguntando se o inquérito poderia referir o estado de ruína em que o agrário deixou a herdade. Ou se diria:

Que depois da ocupação a produção de cereais aumentou em mais de 500 toneladas, que a produção de vinha aumentou porque foi tratada, que a produção dos pomares de laranjeiras e pereiras foi a melhor de sempre devido aos cuidados de que beneficiaram, que o efectivo dos bovinos aumentou em cerca de 200 cabeças, que os porcos de engorda aumentaram de cerca de 438 para cerca de 2000, que as porcas criadeiras aumentaram de 200 para 390.

E Manuel Godinho continuou enumerando todas as melhorias efectuadas pelos trabalhadores, concluindo que, **à data do assalto feito pelo MAP a Unidade tinha em dinheiro disponível 5378 contos, tinha a receber 4128 contos, devia apenas 2074 contos e tinha uma receita provável de 30 mil contos a curto prazo.**

São estas acções ilegais e criminosas da parte do próprio Governo que dão força e entusiasmo às forças reaccionárias para agredir, roubar e invadir terras das cooperativas como há pouco foi aqui referido pelo camarada da UCP «Planície Dourada».

Mas enganam-se os reaccionários, inimigos do nosso povo, quando pensam que com estas acções conseguirão destruir a Reforma Agrária.

A experiência tem demonstrado que os trabalhadores e em particular a sua vanguarda organizada, o PCP, sabem responder, com serenidade e firmeza, às mais difíceis situações, transformando em estrondosas vitórias, aquilo que a reacção anuncia antecipadamente como derrotas da Reforma Agrária.

O camarada Godinho continuaria na sua intervenção comentando os aspectos da luta pela defesa da Reforma Agrária, e finalizou salientando o papel cada vez mais importante do Partido Comunista.

Depois tomou a palavra o camarada Álvaro Cunhal que, por diversas vezes, foi vibrantemente aclamado pelos presentes, onde se podia notar a elevada percentagem de jovens e de mulheres. Findo o comício, houve Canto Livre, em que intervieram o «Grupo 3 de Março», Pioneiros de Beja e ainda Rui Luís Gomes.

Palmela: o PCP a quem incomoda?

A Comissão de Festas das Vindimas, de Palmela, tomou a infeliz decisão de não permitir ao nosso Partido estar presente, como já é de tradição, depois do 25 de Abril, nos festejos tradicionais da vila.

A Comissão Concelhia de Palmela do PCP, conforme comunicado à população de 24 do corrente, **manifesta o seu mais vivo protesto face a esta decisão que constitui grave atentado ao direito de manifestação e à liberdade de expressão de pensamento consignado na Constituição da República.**

A Comissão das Festas das Vindimas – diz ainda o documento – **atropelou gravemente a democracia, não respeitando a opinião que diversas vezes lhe manifestámos quanto à flagrante ilegalidade da decisão, nem tão pouco dando ouvidos às vozes que, embora com pouca firmeza, se levantaram na própria Comissão para defender o nosso irrecusável direito.**

Considera a Comissão Concelhia que esta actuação se insere na crescente ofensiva das forças do passado e da reacção contra as liberdades e a democracia, contra os partidos políticos, enfim contra o processo revolucionário iniciado em 25 de Abril.

Depois de salientar o peso e o apoio que o PCP tem no concelho, a Comissão Concelhia apela finalmente a todos os comunistas, aos simpatizantes e amigos e à população de Palmela em geral para que esteja presente na Festa e **demonstre com a sua participação activa a vontade de defender a Festa que é sua, que é feita com o seu dinheiro, e que terá de ser mais popular cada ano que passa, expressando cada vez melhor a vida e o sentido do povo do concelho.**

Reparação de injustiças do fascismo

Segundo o disposto no Artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 173/74, de 26 de Abril, os servidores do Estado que tivessem sido afastados por motivos de natureza política podiam pedir a sua reintegração nas funções públicas até ao dia 6 de Dezembro de 1975.

Também os beneficiários das instituições de previdência que, por motivos políticos, tivessem sido impedidos de exercer normalmente a sua actividade profissional, podiam requerer ao abrigo do Artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 839/76, de 4 de Dezembro, que fosse contado para efeitos de reforma todo o tempo em que não puderam efectuar os seus descontos.

Dado que o prazo estipulado para qualquer dos casos se manifestou exíguo e que muitas das vítimas dos atropelos e prepotências do regime fascista nem sequer chegaram a tomar conhecimento dos referidos decretos, foi prorrogado o prazo inicialmente fixado. Assim, todos os que se encontrem na situação contemplada por aqueles decretos devem enviar os seus requerimentos ou dirigir-se à R. Almeida Brandão, n.º 7 – 3.º, em Lisboa, até ao dia 17 de Novembro do corrente ano.

Madeira: vitória dos trabalhadores na Batifer

Os trabalhadores da obra número 36 da empresa Batifer, em Câmara de Lobos (Funchal), alcançaram recentemente uma grande vitória na defesa dos seus justos direitos, só possível pela firmeza e unidade que desde logo caracterizaram a sua luta.

Descapitalizada em cerca de 10 mil contos, a empresa, que tem interesses alemães, não queria efectuar os pagamentos relativos aos subsídios de férias e horas extraordinárias.

Após várias diligências junto do Secretário Regional do Trabalho, sr. Bazenha Marques (PPD), que nada fez para a solução do problema, os trabalhadores viram-se obrigados a recorrer à paralisação como forma de luta.

Assim, durante 20 dias, estiveram em greve, a qual registou uma adesão massiva. Ao cabo de quase três semanas de luta, a administração acabou por efectuar os pagamentos dos subsídios e horas extraordinárias.

Fruto da unidade firme dos trabalhadores, da sua serenidade e determinação, a vitória na Batifer vem demonstrar que as classes trabalhadoras da Madeira, apesar da acção do caciquismo fascista e da repressão que ali se vive, estão organizadas e prosseguem as suas lutas por justos direitos e reivindicações.

ABC do Marxismo-Leninismo
a colecção acessível a todos
edições Avante!

Dias Lourenço: «Não se pode edificar a economia sobre a miséria dos trabalhadores!»

Por iniciativa da 3.ª Zona do Comité Local de Lisboa e dos Organismos de Bancários e Seguros do PCP, realizou-se na noite de quinta-feira última, nas instalações do Clube Atlético de Campo de Ourique, uma sessão de esclarecimento com a participação do camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central.

Perante uma assistência que enchia a sala (revelando o interesse com que grande parte da população segue o desenrolar da crise, independentemente das férias e do calor que nesse dia, em particular, se fazia sentir), o camarada Dias Lourenço começou por fazer a análise da actual situação política, para no final responder às numerosas questões que lhe foram colocadas por diversas pessoas da assistência.

Historiando detalhadamente o início e o desenrolar da crise até ao presente, nomeadamente a actividade desestabilizadora da direita e da reacção, e na qual ganha relevo a operação de chantagem do CDS, precipitando a queda do segundo Governo, o camarada Dias Lourenço abordaria em seguida a coligação governamental PS-CDS.

Recordando que logo de início o PCP considerou aquela ligação como uma ligação contra-natura e que alertou para a inviabilidade de tal coligação se manter, acrescentou:

Com efeito, o CDS não estava no Governo para fazer uma política democrática, para defender as conquistas da Revolução, para ajudar o PS a resolver problemas.

O CDS estava no Governo, sim, para fazer o jogo do grande capital, dos monopólios, dos latifundiários, da reacção.

Ainda sobre isto disse que se pode concluir com verdade que os objectivos eram aniquilar a Constituição e acabar com a hegemonia política do PS no Governo e no aparelho de Estado.

Depois de se referir à actuação do PS, em relação ao qual, disse, o PCP procura a unidade, sem que por isso deixe de fazer críticas desde que a actuação dos dirigentes daquele partido assim o justifique, o camarada expressou mais uma vez as reservas do PCP em relação à figura do Primeiro-Ministro indigitado, reservas que se prendem, no passado, às suas ligações com o grande capital, à sua actividade tanto no VI Governo Provisório como no I Governo Constitucional e, ainda, pelos aplausos imediatos das forças de direita, após a sua indigitação.

No entanto, abordando um actuação futura do PCP perante a formação do Governo, recordaria que ainda não definiu a sua posição pois, para isso, será preciso conhecer a composição do Governo, o seu Programa e ainda a maneira como se propõe actuar. Conhecidos estes dados, só então o PCP se poderá pronunciar quanto a uma atitude perante o novo Governo.

Ainda sobre a actuação do futuro Governo e salientando **que não se pode pensar edificar a economia sobre a miséria dos trabalhadores,** o camarada Dias Lourenço apontou para a necessidade de o Governo respeitador da Constituição e das conquistas que ela consigna e moderador das tensões e conflitos na sociedade portuguesa.

Apontando a necessidade de um diálogo entre os elementos do Governo e os trabalhadores, Dias Lourenço salientou que este diálogo não se devia fazer só por fazer, mas ter em conta na prática as opiniões expressas.

Por último, e antes de responder às perguntas que lhe foram formuladas (muitas delas dizendo respeito à Conferência de Imprensa que nesse mesmo dia fora dada pelo Presidente da República e outras ainda relacionadas com a formação do novo Governo ou a figura do Primeiro-Ministro indigitado), o camarada Dias Lourenço abordou a perspectiva de eleições antecipadas, relembrando que a reabertura da Assembleia da República se prendia com a discussão e posterior aprovação das leis eleitoral e do recenseamento.

Jaime Serra na Covilhã falou sobre o momento político

No parque de campismo das Penhas da Saúde, na Covilhã, realizou-se no passado dia 27, a anunciada sessão de esclarecimento do Partido, presidida pelo camarada Jaime Serra, da Comissão Política do Comité Central, na sequência de uma festa da iniciativa da Comissão Concelhia local.

Na intervenção inicial e nas respostas dadas às numerosas perguntas da assistência, o camarada Jaime Serra pôs em relevo a responsabilidade dos dirigentes do PS pela actual crise na medida em que, pela sua prática política, nos sucessivos governos da sua responsabilidade, promoveu uma política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, facilitando a ofensiva da reacção contra as conquistas de Abril.

De cedência em cedência, que culminou na aliança com o CDS no Governo, o PS abriu a área do poder à direita reaccionária. Instalado no Governo, acentuou Jaime Serra o CDS acabou por ficar em condições de escolher o momento mais favorável para o desencadear da actual crise, confirmando desse modo tudo aquilo que o PCP havia previsto e prevenido ácerca das consequências de tal aliança e dos objectivos do CDS ao aliar-se ao PS na formação do segundo Governo.

Jaime Serra insistiu na necessidade de o PS se assumir definitivamente como partido de esquerda e no entendimento entre todos os democratas e antifascistas, nomeadamente entre comunistas e socialistas, na busca de uma alternativa democrática para a saída da crise em que o País se debate.

Sobre o Primeiro-Ministro designado e sobre o Governo em formação, o PCP, como é público, formulou as mais sérias reservas. O PCP, esclareceu Jaime Serra, não estando interessado em participar no novo Governo, não pode, contudo, alhear-se de todo o processo da sua formação, como Partido responsável que é, não obstante reservar a sua atitude final para depois do conhecimento do programa e da política que pretende levar a cabo em domínios tão sensíveis como a Reforma Agrária e a defesa dos interesses e das condições de vida das camadas mais desfavorecidas da população.

Odivelas leva a Campanha ao Jamor!

Como nos dizem de Odivelas, a compreensão dos militantes e amigos do Partido tem ficado bem demonstrada na evolução da Campanha dos 1200 contos.

E dão-nos o exemplo do passado fim-de-semana no Jamor, que foi uma grande jornada de trabalho, tendo a banca de «comes e bebes» que os camaradas lá instalaram, contribuído, com as vendas realizadas, para a meta a atingir. Não se apuraram ainda os valores líquidos da receita realizada mas, pelo movimento que teve e pela dedicação dos 15 camaradas que lá deram o seu trabalho, foi um fim-de-semana que dá novo alento a mais e mais realizações.

Realizações que não vão ficar por aqui. E agora, que se trata de fazer avançar, antes do mais, o trabalho do Jamor, a organização de Odivelas, convida de novo os camaradas para o próximo fim-de-semana.

Da última vez até uma camioneta foi posta ao dispor da Concelhia. E os pioneiros também contribuíram para o trabalho com as suas pinturas. Para a semana, a banca dos «comes e bebes» vai ter cordonizes, bifanas e a sangria, já tão falada.

Agenda

Dia 31, Quinta-Feira

Alverca, às 21 horas, no Jardim Público, sessão sobre a Festa do «Avante!» promovida pela Comissão Concelhia de Vila Franca de Xira: o filme «Festa do "Avante!" 1977» e uma intervenção do camarada **Dias Lourenço**, da Comissão Política do Comité Central

Dia 1 Sexta-feira

Porto, às 21 e 30, comício com o camarada **Carlos Costa**, da Comissão Política e do Secretariado do CC, no Pavilhão do Académico: «Por uma solução democrática para a crise»

Dia 2 Sábado

Aveiro, às 21 e 30, no Ginásio do Liceu José Estevão: «Por uma solução democrática para a crise», com uma intervenção do camarada **Blanqui Teixeira**, da Comissão Política do CC

A Reforma Agrária é a pedra de toque para definir a política de um Governo

Camaradas:

Encontramo-nos hoje, aqui, num momento de grave crise política.

Está em formação um novo governo mas não se sabe ainda se passará ou não passará na Assembleia da República e, passando, qual virá a ser precisamente a sua política.

Os trabalhadores e todo o povo do Alentejo estão naturalmente interessados em todos os aspectos da política do futuro governo. Na política de salários e preços. Na política de emprego. Na política social. Na política de crédito. Na política fiscal. Na política comercial. Na política externa.

Mas, pelas características da região e pela natureza dos seus problemas fundamentais, estão particularmente interessados na política agrária do futuro governo, ou seja, estão particularmente interessados em saber qual será a atitude do futuro governo para com a Reforma Agrária.

Não sabemos ainda qual será essa política. Mas, em qualquer caso, este comício é uma prova evidente de que os trabalhadores e o povo do Alentejo continuam firmemente decididos a lutar em defesa dos seus interesses vitais; em defesa do regime democrático consagrado na Constituição; em defesa da admirável realização histórica, motivo de orgulho para o povo alentejano e para todo o povo português que é a Reforma Agrária.

A poucos dias da formação do novo governo, **os trabalhadores do distrito de Beja aqui estão para afirmar que a reacção não passará, que as liberdades e as outras conquistas da revolução serão defendidas com sucesso, que, qualsquer que sejam as dificuldades e obstáculos, a Reforma Agrária irá por diante até ser completa e definitivamente realizada.**

A crise governamental

Como estamos bem recordados, a crise política actual foi desencadeada por um ultimato do CDS ao PS, com o qual estava coligado no Governo.

O nosso Partido previra que isso se iria produzir inevitavelmente. O CDS, como partido reaccionário, não se coligou ao PS para que fosse realizada uma política democrática, mas para ser introduzido no Governo, para tomar posições no aparelho do Estado, e já com a ideia de, na primeira altura, encostar o PS à parede, ultrapassá-lo, e tomar ele, CDS, a direcção efectiva da acção governativa.

Quando o CDS apresentou o «ultimato», afirmou que o seu desentendimento com o PS resultava em grande parte da política do MAP, chegando a acusar provocatoriamente o PS e o seu ministro da Agricultura de um «acordo secreto» com o PCP acerca da Reforma Agrária.

Naturalmente que estas acusações provocatórias não têm o mínimo fundamento. Mas são significativas.

Dessa forma, o CDS pôs a nu o seu furor contra a Reforma Agrária. Pôs a nu o achar pouco a asfixia financeira das cooperativas, as numerosas reservas concedidas pelo MAP, as leis da cortiça e das florestas. Pôs a nu a sua insatisfação com um certo clima de diálogo e negociação que começava a criar-se e a sua vontade de que o Governo retomasse os métodos de guerra civil de Barreto & Portas.

Mas essas justificações eram apenas um pretexto para um golpe mais ambicioso, que visava arredar o PS da direcção do Governo e conduzir à formação de um governo abertamente reaccionário sob a direcção do próprio CDS, ou da ressuscitada convergência CDS/PPD.

O caso mostra bem o que significam e o que se pode esperar de alianças e coligações do PS com os partidos da reacção. Comporta uma lição, mas não sabemos se os dirigentes do PS sabem desta vez aproveitá-la.

O caso põe em evidência que, se o PS quiser de facto (como agora afirma) defender os interesses dos trabalhadores, as conquistas da revolução, o regime democrático e a Constituição, as **alianças que o PS deve procurar não são com o grande capital e os grandes agrários** (como tem feito até aqui) **mas com os trabalhadores e as classes e camadas laboriosas; não são com os partidos reaccionários, com o CDS ou o PPD** (como tem feito até aqui), **mas com o grande partido dos trabalhadores, da Democracia, do Socialismo e da Independência Nacional, que é o Partido Comunista Português.**

Consideramos positivo que o PS se tenha recusado a aceitar o ultimato do CDS. Mas consideramos também que, depois da denúncia pelo CDS do acordo com o PS, uma definição rápida e correcta dos objectivos imediatos da acção política, mais maleabilidade, mais flexibilidade, mais sangue-frio, mais objectividade, teriam facilitado uma alternativa democrática ao Governo PS/CDS, cuja queda era resultado inevitável do rompimento pelo CDS dos acordos firmados.

Com a crise provocada pelo CDS criou-se uma situação verdadeiramente perigosa, correspondente àquela que há muito as forças reaccionárias procuravam provocar.

A Assembleia da República não estava a funcionar. Contra o Conselho da Revolução desenvolvia-se uma nova e violenta campanha contestando-o como órgão de soberania. O país ficou sem governo. O único órgão de soberania com funcionamento regular e uma intervenção efectiva na governação (compreendida no seu sentido mais amplo) era nessa altura o Presidente da República.

A nosso ver todos os esforços deveriam ser utilizados para a rápida formação de um governo democrático e, para que isso fosse realizável, era indispensável, por um lado, que o Presidente da República considerasse e apoiasse uma fórmula de governo democrático com base parlamentar e, por outro lado, que o PS actuasse de forma a facilitar a concretização de tal perspectiva.

Numa tão complexa situação, desenvolver uma campanha tendente à desestabilização do órgão de soberania — Presidente da República — significava dificultar uma solução democrática, fazer pesar uma nova ameaça sobre as instituições e o regime, propiciar a criação de um vazio de Poder quase total e a paralisação completa dos órgãos de soberania das instituições.

Por tudo isso, insistindo na necessidade da formação de um governo democrático que, nas condições existentes, deveria ter um Primeiro-Ministro civil e o PS como núcleo político fundamental, **o nosso Partido não acompanhou, nem acompanhará, uma campanha de efectiva desestabilização, sem proposta de qualquer solução concreta clara e viável, visando opôr uns órgãos de soberania a outros órgãos de soberania num conflito inconciliável, tendente a bloquear qualsquer soluções, correndo o risco de colocar as instituições democráticas num beco sem saída, de reduzir a Constituição a uma lei sem aplicação prática, de criar condições ideais para uma solução fora do quadro do regime, para um golpe de força da reacção, para a liquidação da Democracia e a instauração de uma nova ditadura.**

O PCP está pronto, sempre pronto, a entender-se com todas as forças democráticas para a luta contra o fascismo e a reacção, contra os planos do CDS e do PPD, em defesa das liberdades, da Reforma Agrária, das outras grandes conquistas da revolução, do regime consagrado na Constituição.

Mas o PCP não é um partido para servir de bordão a outros partidos, nem para se colar a qualquer outro partido, ou seja a quem for.

O PCP nunca foi e nunca será o instrumento da política de qualquer outro partido, para mais quando não são definidos claramente nem os objectivos, nem a forma e os métodos de os alcançar.

Foi nesta situação que surgiu a fórmula de um governo de chamados «independentes». **Na nossa opinião é uma fórmula inconveniente, que só deverá funcionar numa situação excepcional e a título provisório.** Quanto à composição e ao programa que neste momento se pode prever, é necessário dizer também aqui algumas palavras.

O novo Governo e a sua política agrária

O nosso Partido tem feito, como se sabe, sérias reservas às características do Primeiro-Ministro indigitado, a nomes de que se falá para os cargos ministeriais, às grandes linhas programáticas que começam a precisar-se, e aos apoios que lhe tem dado os partidos reaccionários, a CAP, a CIP e outras organizações representativas do grande capital e dos grandes agrários.

Apesar disso a nossa atitude definitiva não está tomada e será tomada conforme venha a ser a composição e o programa do Governo e (se o Governo vier a passar na Assembleia da República) conforme venha a ser a sua actuação.

Nas condições actualmente existentes em Portugal, nenhum aspecto da política de um governo pode melhor definir os interesses que serve e os objectivos que pretende, do que o seu programa e a sua acção no que respeita à Reforma Agrária.

Como se sabe, camaradas, os ourives utilizam uma pedra para verificarem os metais preciosos. Riscando a pedra com o metal que querem verificar, ou ro por exemplo, logo vêem pelo risco, se se trata ou não de ouro verdadeiro. A essa pedra chama-se «pedra de toque».

Ora bem, camaradas.

A Reforma Agrária é a pedra de toque para verificar se a política de um governo é democrática ou não é.

Pela atitude que um governo tome em relação à Reforma Agrária, logo se vê se é democrático ou se não o é. Se defende a Reforma Agrária, é democrático de certeza. Mas se ataca a Reforma Agrária, para restituir as terras aos agrários, de certeza que não é democrático.

Não se sabe ainda se o Governo agora em formação passará ou não passará na Assembleia da República. **Pela nossa parte, ainda não definimos se vamos ou não apresentar uma moção de rejeição.**

Procuraremos até lá ter uma ideia precisa do que poderá ser a política deste Governo e ter também uma ideia precisa das alternativas possíveis e da previsível evolução da crise. Da consideração de todos os factores resultará a nossa decisão final.

Também não se sabe ainda qual será a atitude dos outros partidos, porque o PS continua hesitante e porque o CDS e o PPD, depois de um extraordinário entusiasmo com o Primeiro-Ministro indigitado e com a fórmula de um governo de «independentes», se mostram subitamente inquietos, desorientados e reticentes, talvez por não terem recebido todas as pastas e garantias que já tinham por certas.

De qualquer forma não se sabe se o Governo em formação será ou não rejeitado pela Assembleia e, no caso de o ser, por quem o será.

Se o Governo agora em formação passar na Assembleia da República, qual a atitude do PCP em relação a ele?

É útil, desde já e para evitar surpresas, dizer alguma coisa a esse respeito.

Teremos uma atitude positiva em relação a este ou a outro Governo que procure o diálogo e a negociação com os trabalhadores; que actue de forma a que a Reforma Agrária se consolide e as UCP's e Cooperativas fiquem ao abrigo de novas ofensivas, de novas reservas, de novas ameaças; que conceda créditos para investimentos, conceda regularmente o CAE e transforme em crédito a médio e a longo prazo as dívidas correspondentes ao CAE utilizado em investimentos; que facilite que as cooperativas vendam a cortiça que legitimamente lhes pertence e apurem o dinheiro respectivo.

Mas **combateremos firmemente a política deste ou de outro governo se procurar impor com violência decisões administrativas e arbitrárias, no vergonhoso estilo de guerra civil do tempo de Barreto & Portas.**

Combateremos o Governo, se actuar contra as UCP's e Cooperativas e procurar ilegitimamente arrancar-lhes terras, instalações e máquinas e gados para as entregar aos agrários e apaniguados da CAP,

Combateremos o Governo, se continuar os cortes de crédito, com que os governos anteriores (o Governo PS sozinho aliado de facto à direita e o Governo PS/CDS) procuraram estrangular financeiramente as UCP's e Cooperativas.

Combateremos a manutenção da proibição de circulação, de escoamento e da venda da cortiça que, para algumas UCP's e Cooperativas, é uma questão de vida ou de morte.

Em resumo: tomaremos uma atitude positiva se um novo governo actuar para que a Reforma Agrária (realização histórica do Povo português) se consolide e vá por diante. E combateremos o Governo se se lançar contra a Reforma Agrária, tomando como objectivo a destruição da Reforma Agrária e a restauração dos latifúndios.

Antes de serem conhecidas em definitivo a composição do Governo e a sua política agrária, interessa ainda fazer algumas observações.

Primeira: **a Reforma Agrária (que significa fundamentalmente a liquidação dos latifúndios e a entrega da terra a quem a trabalha) é reconhecida na Constituição como parte integrante do regime democrático português. A nenhum governo pode ser reconhecido o direito de pretender restaurar os latifúndios e tentar liquidar a Reforma Agrária.**

Se o Governo agora em formação o tentar fazer, apontaremos a sua acção como inconstitucional, ilegítima e arbitrária e tiraremos daí as necessárias conclusões.

Segunda: **a situação económica nacional exige que se trabalhe em sossego e com segurança e garantias.** Deve ser imperativo de qualquer governo assegurar às UCP's e Cooperativas as condições para semearem, cultivarem e produzirem.

Se o Governo agora em formação tomar medidas que aumentem a insegurança dos trabalhadores quanto à posse da terra e agravem o estrangulamento financeiro das UCP's/Cooperativas, o Governo chamará a si inteira responsabilidade pelos prejuízos à produção agrícola e à economia nacional que a sua política causar na zona da Reforma Agrária.

Terceira: **o diálogo e a negociação são o único caminho para encontrar soluções justas e os trabalhadores sempre estiveram e estão prontos à negociação e ao diálogo.**

Se o Governo, agora em formação, em vez do diálogo e da negociação, pretender impor aos trabalhadores as decisões que reclamam os agrários, a CAP, a reacção, será inteiramente responsável pelas tensões e conflitos que provoque.

Numa entrevista hoje dada à RDP, o Primeiro-Ministro indigitado declarou estar disposto, em casos mais difíceis e litigiosos, a intervir como árbitro entre o seu ministro da Agricultura e os trabalhadores.

A esta afirmação é necessário desde já fazer duas observações:

A primeira é que Reforma Agrária não é igual a reservas e mal seria se o novo Governo estivesse obcecado pela questão das reservas.

A segunda é que o Primeiro-Ministro não pode ao mesmo tempo ser árbitro e ser parte, (e parte seria, pois se trata de decisões do seu Governo). É evidente que ninguém poderia reconhecer tal arbitragem.

A Reforma Agrária é uma nova realidade económica e social tão profunda, tão positiva e tão exaltante, corresponde de tal forma às necessidades nacionais do desenvolvimento da Agricultura, corresponde de tal forma aos interesses vitais da população trabalhadora, que só quem queira fazer voltar Portugal ao passado fascista, pode pretender destruí-la.

Qualquer política que queira impor pela violência aos trabalhadores da Reforma Agrária, decisões anticonstitucionais, arbitrárias e injustas, está inevitavelmente condenada ao fracasso.

A alternativa a preparar

O Governo agora em formação, nem pela sua composição, nem pela sua política, é o governo que a situação exige.

Não basta porém dizer: este não serve. É necessário ao mesmo tempo dizer qual é o governo necessário e trabalhar para que se torne possível e realizável a sua formação.

Ao longo da crise, tendo em conta que o PS é o partido que tem o mais numeroso grupo de deputados na Assembleia da República, o nosso Partido defendeu que o governo a formar deveria ter o PS como núcleo político fundamental. Mas defendemos também que a **constituição de um governo democrático exigiria, não uma coligação ou aliança do PS com os partidos reaccionários (CDS e PPD) mas o entendimento das forças democráticas e particularmente um entendimento do PS com o PCP.**

É evidente que, **se não consideramos o Governo agora em formação como o governo desejável e necessário, tão-pouco consideramos que o fosse um novo governo PS/CDS ou PS/CDS/PPD.**

O certo, camaradas, é que, **ao longo da crise, da parte do PS, se é muito insistente a afirmação de que deveria ser o PS encarregado de formar governo, não foi ainda dito quais as alianças e entendimentos que pretende concluir para que tal governo seja viável.**

O PS está contra o Governo em formação. Muito bem. Também nós estamos. Mas o PS não esclarece qual a saída democrática, realmente democrática e viável, que deseja, **no caso do Governo agora em formação não passar na Assembleia.**

O que sabemos é que, já depois do ultimato do CDS, dirigentes do PS declararam que não encaravam um acordo com o PCP para a formação do novo Governo. Ora **se não é com o PCP que pretendem entender-se, só pode ser com o CDS ou com o PPD, porque não é certamente um deputado da UDP** (com a qual agora andam perdidos de amores) **que lhes dá a base parlamentar necessária.**

Estareis certamente de acordo comigo se eu disser que, entre o Governo agora em formação e um novo governo PS/CDS ou PS/CDS/PPD, venha o demónio e escolha.

Os dirigentes do PS falam agora muito na defesa da Reforma Agrária. Depois de tudo quanto fizeram contra a Reforma Agrária, esta súbita viragem parece um tanto surpreendente. Mas perguntamos nós: poderá o PS contribuir para a defesa da Reforma Agrária, se em vez de se entender e unir ao PCP vai procurar novas coligações ou alianças com o CDS e o PPD, partidos do grande capital e dos grandes agrários?

E o que é isso da «Reforma Agrária democrática» de que falam? Dizer apenas «Reforma Agrária» não chega? «Reforma Agrária democrática» seria da lei Barreto, aprovada na Assembleia da República por proposta do PS e com os votos do PS e do PPD e que é, não uma lei para consolidação e defesa da Reforma Agrária, mas uma lei cujo objectivo é a liquidação da Reforma Agrária e a restauração dos latifúndios?

Que governo pretende o PS que seja constituído de forma a que o próprio Governo defenda a Reforma Agrária? Se não é de acordo com o PCP, é com o CDS e o PPD que o PS se propõe consolidar a Reforma Agrária?

Por tudo isto, não nos basta concluir, como já concluímos, que o Governo agora em formação não constitui uma solução democrática para a crise.

É também necessário ver no concreto, no quadro das instituições e seguindo os trâmites constitucionais, como pode ser formado um outro governo, com que partidos, com que apoios, com que homens, com que política.

Já afirmámos que a fórmula do Governo agora em formação pode ser constituída à margem dos partidos, por não ter uma base parlamentar, por não ter a base de qualquer eleitorado, não corresponde ao sistema constitucional e, se passar na Assembleia da República, tem de considerar-se de carácter transitório ou provisório.

Por isso, se o Governo agora em formação passar na Assembleia, é necessário que os democratas portugueses pensem seriamente numa de duas possibilidades: **ou a formação de um governo democrático, com uma base parlamentar para substituir o Governo agora em formação; ou a realização de eleições gerais antecipadas.**

A formação de um governo democrático, tanto na base da actual composição da Assembleia da República como também no caso de haver novas eleições (por tudo quanto se pode prever acerca dos seus resultados) **só pode ter lugar se o PCP e o PS se entenderem, porque só com tal entendimento existe na Assembleia actual e existirá previsivelmente na Assembleia que venha a ser eleita em novas eleições, uma maioria democrática.**

O nosso Partido criticou severamente a política do PS no Governo, a política do Governo PS sozinho aliado de facto à direita e a política do Governo de coligação PS/CDS — a sua política dos pacotes, a sua política de contenção de salários e aumentos de preços, a sua política contra a Reforma Agrária.

Mas apesar de tudo isso, vemos que **um acordo de comunistas e socialistas é uma condição para tornar possível uma alternativa democrática e por isso insistimos e insistiremos para que tal acordo seja finalmente alcançado.**

Acordo necessário PS/PCP

É sabido que, na Assembleia da República, comunistas e socialistas têm uma maioria absoluta (40 deputados do PCP e 102 deputados do PS, incluindo embora dois ou três que estão com um pé no PS e outro não se sabe bem onde). Esta maioria poderia dar o suporte necessário a um governo e fazer aprovar leis democráticas que dessem solução aos grandes problemas nacionais.

Além de outras razões, pode por isso afirmar-se: **se o PS e o PCP se pusessem de acordo, seria possível impedir o avanço da reacção e criar condições para a formação de um governo democrático.**

Sendo esta a situação, pergunta-se: porque não se entendeu o PS com o PCP? Qual a razão para isso, se na verdade, uma alternativa democrática torna indispensável o entendimento entre os dois partidos?

O Povo português exige um esclarecimento a este respeito e, pela nossa parte, aproveitamos este comício para dá-lo.

Em 1.º lugar, **se até à data, apesar da perigosa evolução da crise, não se estabeleceu um acordo entre o PCP e o PS, isso deve-se ao facto de que os dirigentes do PS, até agora, não manifestaram nenhum interesse em chegar a um tal acordo.**

Ao longo do desenrolar da crise, o nosso Partido tem insistido quase diariamente na necessidade de que os dois partidos examinem em conjunto a situação, vejam em conjunto quais são e donde vêm os perigos principais contra o regime democrático, determinem em comum objectivos fundamentais da luta dos democratas, estudem em comum a possibilidade e as formas de uma solução democrática para a crise, ou seja, a possibilidade da formação de um governo democrático.

O certo, camaradas, é que, apesar da ofensiva da reacção, apesar dos perigos contra o regime democrático, o tempo passa **e os dirigentes do PS não mostraram até agora empenho em ver se sim ou não é possível um entendimento, um acordo e uma coordenação de actividades entre os dois partidos.**

Em segundo lugar, **se até à data**, apesar da perigosa evolução da crise, **não se estabeleceu um acordo entre o PCP e o PS, é legítimo pensar que isso se deve ao facto de que o PS continua a manter como objectivo aliar-se novamente ao CDS, talvez mesmo ao PPD** (ou a sectores do PPD), **de costas voltadas para os trabalhadores e para os comunistas.**

Na verdade, o PS não tem força, nem representação parlamentar, nem apoio popular, que lhe permitam governar sozinho. A necessidade de alianças com outros partidos é indispensável para que o PS possa manter pretensões de regressar ao Governo.

A aliança com a UDP, que o PS está realizando, poderá fornecer ao PS um novo MRPP para provocações contra o PCP e contra o movimento sindical unitário — a Intersindical. Mas não é com estas alianças nem com tais propósitos que o PS vai longe.

É inquietante verificar que seja escolhido o momento em que mais se impõe a unidade dos trabalhadores, para intensificar a manobra divisionista dos amarelos da «carta aberta» contra a CGTP-Intersindical, poderoso baluarte dos trabalhadores e da Democracia.

Em contraste com o seu desinteresse por um acordo com o PCP e com o seu interesse por novos acordos com a direita, o PS está desenvolvendo uma campanha com muitas palavras de ordem subitamente radicalizadas. E é surpreendente observar que o PS aparece de súbito a afirmar-se um acérrimo decidido defensor das conquistas de Abril, designadamente da Reforma Agrária.

Estamos abertos a examinar, com o próprio PS, o que significam estas declarações e como se podem elas traduzir na acção prática.

Mas, evidentemente, declarações não bastam.

O nosso Partido, e connosco os trabalhadores alentejanos, não pode esquecer que foi o PS no Governo (primeiro no VI Governo Provisório, depois no Governo PS sozinho, depois no Governo PS/CDS) que liderou as ofensivas contra a Reforma Agrária, provocando imensas dificuldades, prejuízos e sofrimentos aos trabalhadores das UCP's e Cooperativas.

Não podemos esquecer que, **foi no tempo do VI Governo Provisório** que o MAP, recusando atender a opinião do nosso Partido, introduziu as primeiras alterações de fundo à Lei da Reforma Agrária de 1975, concedendo por exemplo, o direito de reserva a todos os proprietários quando anteriormente só o podiam exercer os que explorassem directamente a terra dependendo disso a sua subsistência.

Não podemos esquecer que, nesse Governo, foi demitido o secretário de Estado do nosso Partido, o camarada António Bica e foi suspenso o secretário de Estado, também membro do nosso Partido, Vítor Louro, apenas por tomarem decisões inteiramente legais em defesa da Reforma Agrária.

Não podemos esquecer que, foi o **Governo do PS sozinho, aliado de facto à direita,** que lançou uma feroz ofensiva contra a Reforma Agrária, que elaborou e fez aprovar a revoltante lei Barreto — a lei da contra-Reforma Agrária — e que desencadeou acções brutais contra os trabalhadores alentejanos, lançando contra eles poderosas forças militarizadas, espezinhando, espadeirando, espancando, homens, mulheres e crianças a fim de executar a entrega aos agrários e apaniguados de milhares de hectares de terras das UCP's e Cooperativas.

Não podemos esquecer **que o Governo de coligação do PS/CDS** apertou ainda mais o estrangulamento das UCP's e Cooperativas através do corte do CAE, entregou mais reservas que os governos anteriores e fez aprovar e aplicar as injustas e injustificáveis leis da cortiça e das florestas que representam a inviabilização de facto de numerosas UCP's e Cooperativas.

Apesar de todos estes factos e da desconfiança legítima que provocam súbitas declarações positivas do PS quanto à Reforma Agrária, **o PCP está disposto a examinar com o PS todas as questões relativas à Reforma Agrária, assim como todas as questões relativas à situação política, a uma alternativa democrática, a todos os grandes problemas nacionais.**

Nós dizemos aos socialistas: Quereis estabelecer connosco um acordo para defesa da Reforma Agrária? Estamos prontos a fazê-lo. Mas não apenas em palavras, sim, no concreto, nas acções, nos actos.

Até na Assembleia da República, podemos fazê-lo, se da vossa parte é esse o real propósito. Assim, por exemplo, nós comunistas, estaríamos dispostos a considerar a elaboração e aprovação na Assembleia da República pelo PCP e pelo PS de leis que assegurem de facto o prosseguimento da Reforma Agrária. Está o PS disposto a fazê-lo?

A defesa da Reforma Agrária não consiste em fazer umas tantas declarações, mas em empenhar todas as forças para, no concreto, defendê-la.

Estão os socialistas prontos a isso? Pela nossa parte, estamos inteiramente dispostos a fazê-lo.

O caminho certo

Perante os trabalhadores da Reforma Agrária, oferecem-se dois caminhos.

Um é o caminho imediatamente mais fácil: é não ter em conta as dificuldades nem as dívidas das cooperativas, nem o aumento da produção, ganhando o mais que puder ser e trabalhando o menos possível.

Esse é um caminho errado, camaradas, é um caminho que conduziria à liquidação das cooperativas, à restituição das terras aos agrários, ao regresso à situação existente antes do 25 de Abril, com terras abandonadas, milhares e milhares de desempregados, os trabalhadores a fugirem à fome emigrando para as cidades e para o estrangeiro.

Pensamos, camaradas, que só inimigos da Reforma Agrária podem aconselhar aos trabalhadores um procedimento que conduziria a tais consequências, e que entre os que trabalham na Reforma Agrária só pessoas iludidas podem desejar seguir por tal caminho.

O segundo caminho é um caminho mais difícil: é procurar, com um esforço tenaz, defender e consolidar as UCP's e cooperativas. **Produzir cada vez mais, aumentar a produção e a produtividade, aumentar o efectivo pecuário e se, para isso for necessário, manter os salários sem os subir durante uns tempos e, se necessário, trabalhar mais, com dedicação e com vontade, para o progresso das cooperativas.**

Este é o caminho certo, que exige coragem, tenacidade, disposição para defrontar as dificuldades, mas que é o único que pode conduzir à defesa das terras, à consolidação das cooperativas, à consolidação da Reforma Agrária, à construção de uma vida nova, diferente e melhor, de bem-estar, de conforto, de instrução e cultura para aqueles que trabalham a terra.

Sem dúvida, camaradas, que são de esperar novas ofensivas contra a Reforma Agrária, seja dos agrários e dos seus bandos fascistas e provocadores, seja do Governo que vier.

Na situação presente seria ilusório pensar que se vai constituir um governo que inscreva no seu programa uma política de verdadeira defesa e consolidação da Reforma Agrária.

Não o fará um governo de «independentes», como não o faria (conforme a experiência já mostrou) um governo do PS com o CDS ou com o PPD, que vem dar ao mesmo.

Para que um governo adopte uma política de verdadeira defesa e consolidação da Reforma Agrária será preciso qualquer coisa mais. Será preciso que nele participem os verdadeiros representantes dos trabalhadores, os representantes do Partido Comunista Português ou pelo menos que a sua política seja traçada de acordo com o PCP.

Até então **é necessário lutar ao mesmo tempo contra as ameaças que vêm de fora** (da reacção e dos governos) **e contra as ameaças que vêm de dentro** (da má orientação ou mau trabalho que se verifique nas próprias cooperativas).

Contra as ameaças que vêm de fora é **necessário insistir incansavelmente na limitação das reservas ao mínimo legal e sempre com respeito pela viabilidade económica das cooperativas; na concessão efectiva do Crédito Agrícola de Emergência; na transformação em créditos a médio ou a longo prazo das somas do CAE que as cooperativas utilizaram em investimentos; nas indemnizações por motivo do mau ano agrícola e pelos prejuízos causados pelas sementes estragadas fornecidas pelo MAP no tempo de Barreto & Portas; no fornecimento de sementes e adubos a tempo e a horas; nas facilidades para o escoamento dos produtos; na autonomia da gestão; e, como condição geral para a solução dos problemas, insistir sempre e sempre na vontade do diálogo e da negociação como método para aplanar as dificuldades e encontrar as soluções justas para os problemas.**

Contra as ameaças que vêm de dentro, é necessário, apesar das condições difíceis e das ameaças, prosseguir o esforço e o trabalho para aumentar a produção nas UCP's e cooperativas.

Lembrai-vos, certamente camaradas de que, no ano passado, quando já depois de aprovada a Lei Barreto foi lançada a campanha das sementeiras de Outono, houve quem dissesse «para quê semear se nos vão arrancar as terras?»

O que disse então o nosso Partido? Disse-vos, camaradas: «se as terras não forem semeadas e cultivadas, será mais fácil aos agrários roubarem as terras. Mas se forem semeadas e cultivadas, será mais difícil!»

E o que aconteceu, camaradas?

Fizeram-se as sementeiras, a luta continuou e a maior parte das terras continuam em poder das UCP's e Cooperativas.

Sabemos que se está a preparar para 23 de Setembro um grande **Encontro Regional dos distritos de Santarém, Portalegre, Évora, Beja e Setúbal a fim de tratar dos problemas das novas sementeiras e da produção.**

Em nome do CC do Partido desejo felicitar os trabalhadores da Reforma Agrária por mais esta importante e oportuna iniciativa.

É necessário e urgente fazer planos de produção, preparar as sementeiras de Outono e indicar já também as grandes linhas para as culturas de Primavera.

Luta e trabalho em defesa da Reforma Agrária

No momento presente, a Reforma Agrária defronta perigos que vêm dos seus inimigos — dos agrários, dos fascistas, da reacção, do CDS e PPD, da CAP e dos bandos terroristas e de provocadores — e também da previsível política do Governo agora em formação.

É bastante esclarecedora das esperanças que os agrários e a reacção depositam no novo Governo, a provocação na Herdade do Monte Branco contra a Cooperativa «Planície Dourada».

Os agrários e os reaccionários pretendem agora lançar ocupações «selvagens» das terras da Reforma Agrária.

Os trabalhadores reagiram com firmeza e serenidade. E tem de dizer-se que, neste caso, a GNR tomou a atitude correcta, expulsando os provocadores das terras da cooperativa.

O ocorrido não deve porém ser interpretado como um caso isolado sem qualquer importante significado.

A reacção parece estar à espera e à espreita do novo Governo para se lançar em grandes provocações contra a Reforma Agrária.

É necessário que o Governo agora em formação, se passar na Assembleia, (ou outro que se venha a formar, se este não passar) tome a tempo decisões e medidas para impedir tais provocações.

De qualquer forma, é absolutamente certo que, **se o Governo der campo livre às provocações dos agrários e dos bandos fascistas, os trabalhadores saberão dar-lhes a devida resposta.**

Este comício mostra bem que os trabalhadores da Reforma Agrária estão decididos a continuar a luta contra todas as ameaças e perigos.

Mas seria um erro, camaradas, pensar que essas ameaças e perigos só vêm de fora, dos inimigos da Reforma Agrária. Não, camaradas.

Também há perigos que vêm de dentro, de dentro da própria Reforma Agrária, de dentro das próprias UCP's e Cooperativas.

A Reforma Agrária defende-se contra as ofensivas, a actuação e as decisões dos seus inimigos. Mas **defende-se também descobrindo, apontando, combatendo e rectificando as deficiências que existam e os erros que se cometam nas próprias UCP's e Cooperativas.**

Assim, uma das questões decisivas para a defesa da Reforma Agrária é uma boa gestão nas cooperativas.

Uma boa gestão significa administrar convenientemente os recursos, aumentar a produção, saber comprar e saber vender, nunca cair na indignidade de aceitar gorjetas de intermediários ou ex-patrões, ter a contabilidade em ordem, e orientar devidamente o aproveitamento das terras, a distribuição das culturas, os trabalhos agrícolas e a sua organização, os melhoramentos e investimentos.

Para uma boa gestão é também indispensável que exista uma vida democrática nas Cooperativas. E isso significa que se fazem reuniões. Que os dirigentes dão conta da sua actividade aos trabalhadores, que estes debatem regularmente a orientação da cooperativa.

São erradas duas tendências que, embora em casos isolados, se manifestam. A tendência de certos dirigentes de cooperativas que querem mandar em tudo sem dar contas a ninguém. E a tendência para se tratarem os dirigentes como se fossem «patrões», recusando aceitar as suas indicações e fugindo por vezes à disciplina e ao cumprimento das obrigações do trabalho.

A boa gestão, a vida democrática e a disciplina nas cooperativas são essenciais para a defesa de cada cooperativa, para a defesa da Reforma Agrária.

Há uma ideia fundamental que os trabalhadores da Reforma Agrária nunca devem perder de vista: **as receitas das cooperativas devem normalmente não só cobrir todas as despesas como dar algum lucro.**

Pode suceder que, num ano agrícola muito desfavorável, as receitas não cubram as despesas. Mas uma tal situação só excepcionalmente pode defender-se.

Se uma cooperativa ano após ano, produz menos do que consome e aumenta as suas dívidas, alguma coisa está mal. Se não consegue modificar a situação, tem os seus dias contados.

Se numa unidade embaraçada com grandes dívidas, os trabalhadores, em vez de se disporem a um sério esforço e a trabalhar arduamente e a aceitar sacrifícios, resolvem aumentar os salários, sabendo de antemão que isso vai agravar ainda mais as dívidas, podemos dizer camaradas, essa cooperativa caminhará, para a sua própria destruição.

Se numa unidade em que se coloca, como necessidade inadiável, trabalhar mais, produzir mais, fazer um grande esforço para realizar certas obras, os trabalhadores exigem a redução da jornada de trabalho para seis ou sete horas, o décimo terceiro mês, trinta dias de férias, subsídios e outras regalias, igualmente essa cooperativa caminhará para a sua própria destruição.

Nós sabemos, camaradas, que há por aí quem incite os trabalhadores das cooperativas a trabalharem menos e a exigirem mais.

Não deveis dar ouvidos àqueles que, semeando a descrença na Reforma Agrária, dizendo que «a Reforma Agrária está perdida», aconselham ou incitam a grandes aumentos de salários, à concessão de regalias sociais para pagar as quais as cooperativas não têm condições, à diminuição do trabalho, à diminuição radical ou à paralisação do trabalho agrícola, à distribuição por todos do dinheiro que se vai apurando sem cuidar do pagamento de dívidas, da aquisição de sementes, adubos, gados, máquinas, nada investindo e tudo gastando.

Quem assim aconselhe os trabalhadores, seja quem for, está aconselhando o caminho do desastre, da liquidação das cooperativas, da liquidação da Reforma Agrária.

Imaginai uma família com casa própria que, para comer e beber, em vez de procurar trabalhar mais, começasse a vender as janelas, as portas, o madeirame, as telhas e finalmente as pedras ou os tijolos das paredes. Chegaria ao fim sem casa e sem dinheiro e começaria a passar a fome mais negra sem ter uma telha para se cobrir.

Algum trabalhador faz isso com a sua própria casa? Não consta que algum, alguma vez o tenha feito. Se o não faz com a sua própria casa, que o abriga e à sua família, tão-pouco o pode fazer com a UCP, com a cooperativa, que representa o trabalho, o pão, a liberdade e o futuro dos trabalhadores.

A Reforma Agrária vencerá

A crise política actual e o Governo agora em formação aumentam sem dúvida os motivos de preocupação, incerteza e insegurança.

Mas desde o início da Reforma Agrária muitas dificuldades e obstáculos foram vencidos, muitas curvas apertadas e perigosas foram passadas com êxito.

Estamos agora numa nova e perigosa curva para a Reforma Agrária. Mas, tal como se passaram as outras anteriores, também esta será passada.

Se vier um mau governo, continuaremos a lutar para que seja formado um governo melhor, um verdadeiro governo democrático, e, por muitas que sejam as dificuldades actuais, um tal governo acabará por ser formado em Portugal.

Em qualquer caso, temos **desde já que pensar nas eleições para a Assembleia da República, sejam ou não antecipadas.**

O nosso Partido defende que o Governo agora em formação, se for por diante, uma vez que não tem uma base partidária, nem parlamentar, nem eleitoral, **só como transitório se poderá considerar.**

E isso significa que, ou se forma depois outro governo democrático ainda com a actual Assembleia, ou, na nossa opinião, se devem realizar eleições antecipadas para a Assembleia da República.

A fim de dotar o País das leis eleitoral e do recenseamento necessários à realização de eleições, e de afastar a eventualidade de uma situação perigosa em que fosse dissolvida a Assembleia da República sem que essas leis existissem, o nosso Partido propôs e obteve a convocação de uma sessão extraordinária da Assembleia. Esperamos que essas duas leis estejam em breve aprovadas, ficando por essa forma melhor salvaguardado o funcionamento das instituições.

Normalmente as eleições devem ter lugar em 1980. Mas, se forem **antecipadas, podem realizar-se dentro de poucos meses.**

Os trabalhadores da Reforma Agrária têm desde já que considerar a sério essa perspectiva **e preparar-se para ela.**

Realizando-se eleições, será decisivo para a defesa da Democracia portuguesa que os partidos reaccionários sejam novamente derrotados e que o Povo português vote novamente na Democracia.

Será **decisivo para a defesa da Democracia e concretamente para a defesa da Reforma Agrária que aumentem ainda mais os votos no grande partido dos trabalhadores, no grande partido da Democracia, no grande partido da Reforma Agrária, o Partido Comunista Português.**

Desde já posso assegurar que os **deputados comunistas que foram eleitos proporão na nova Assembleia da República a revogação imediata da Lei Barreto e a aprovação de legislação que permita que sejam de vez liquidados todos os latifúndios, e que determine que a terra dos latifúndios passe definitivamente, de uma vez para sempre, em usufruto perpétuo, de pais para filhos, para as mãos daqueles que a trabalham.**

Os inimigos da Reforma Agrária procuram espalhar a dúvida, o desânimo e o desalento entre os trabalhadores. Mas que percam as ilusões.

Os trabalhadores estão firmemente decididos a defender a Reforma Agrária com todas as suas energias e a sua determinação, a continuar o trabalho e a luta até afastar de uma vez para sempre as núvens negras da ameaça de reservas, de roubos de gados e de máquinas, de acções repressivas, que pairam sobre a Reforma Agrária, **até tornar a Reforma Agrária uma forma de trabalhar, de produzir, e de viver, fazendo parte natural e integrante da sociedade portuguesa.**

A força invencível dos trabalhadores vêm-lhes **da sua unidade, da sua organização, da sua heróica combatividade, da sua inabalável confiança no futuro.**

A situação exige que tudo seja feito para impedir que se desenvolvam atritos e divergências, para isolar quaisquer actividades divisionistas, para **reforçar a unidade fraternal e solidária dos trabalhadores,** nas UCP's e Cooperativas, nos Sindicatos, na luta em defesa da Reforma Agrária.

A situação exige que tudo seja feito para **reforçar a aliança dos trabalhadores agrícolas com os pequenos e médios agricultores e seareiros,** certos de que são os mesmos os seus interesses fundamentais e que os agrários e a reacção são seus inimigos comuns.

A situação exige que seja feito para **reforçar a organização,** das UCP's e Cooperativas e seus Secretariados, dos pequenos e médios agricultores, dos Sindicatos, de todos quantos querem assegurar a continuidade do regime democrático e das conquistas alcançadas após a data gloriosa do 25 de Abril.

Estamos profundamente convencidos, camaradas, de que **o heróico proletariado alentejano e ribatejano, que se temperou, no decurso de uma gloriosa história de dezenas e dezenas de anos de luta, tendo como objectivo a liquidação dos latifúndios e a entrega das terras a quem a trabalha; que pagou essa luta com pesados sacrifícios, com anos e anos de prisão de muitos dos seus filhos; que deixou a rota dessa luta marcada com o sangue dos seus mártires; — estamos profundamente convencidos de que o heróico proletariado alentejano e ribatejano, prosseguirá sem hesitações o caminho da luta, do trabalho e da confiança, defrontando sem temor dificuldades e obstáculos, com a firme certeza de que a Reforma Agrária triunfará e o futuro lhe pertence.**

Defender a Reforma Agrária é defender as liberdades, a Democracia e a Independência Nacional.

A Reforma Agrária será defendida. A luta continua. A vitória é difícil mas será nossa.

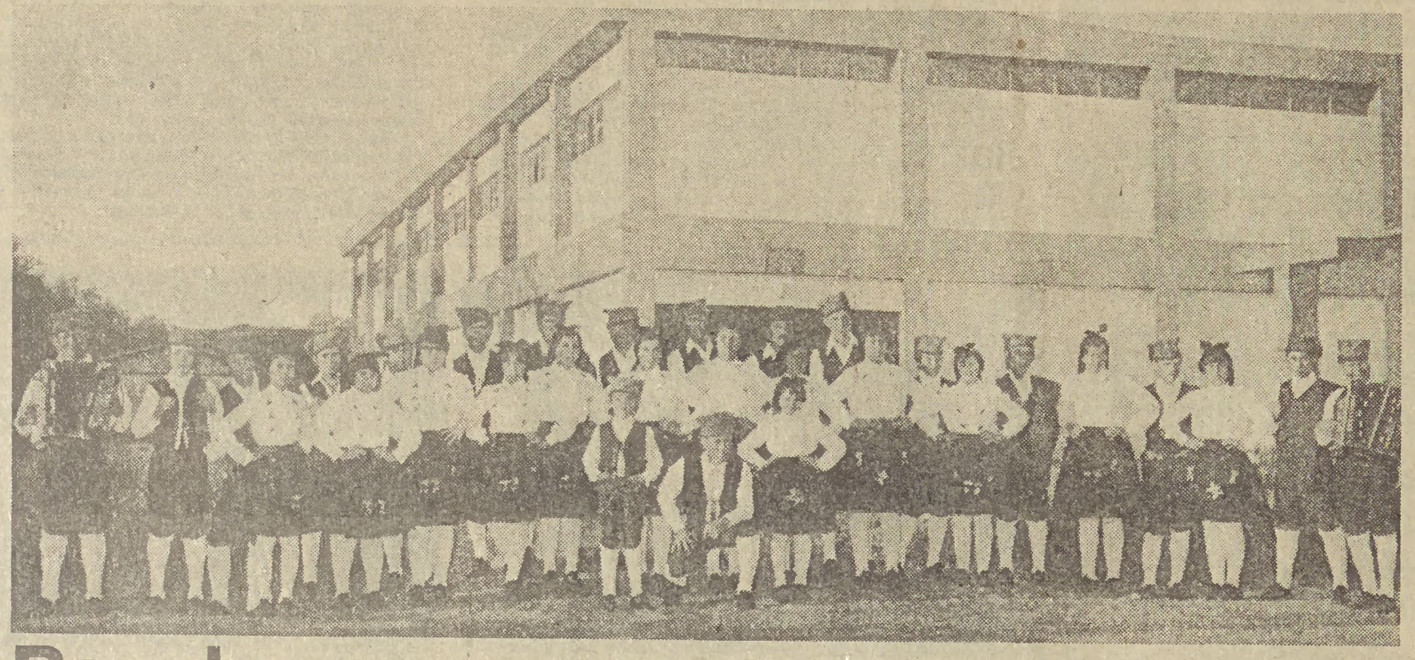
VIVA A REFORMA AGRÁRIA!
VIVA A DEMOCRACIA PORTUGUESA!
VIVA A UNIDADE DE TODOS OS TRABALHADORES E DE TODOS OS DEMOCRATAS!
VIVA O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS!

OS ARTISTAS DA FESTA DO "AVANTE!"

OS ARTISTAS DA FESTA DO "AVANTE!" O

Colette Magny França

Colette Magny, uma voz que vem de França. Que virá cantar **Feu et Rythme,** com música sua sobre um poema de Agostinho Neto; **Gracias a la Vida** de Violeta Parra; poemas de Aragon e Vitor Hugo; canções sobre as condições de vida dos mineiros do Norte da França ou sobre a greve dos estaleiros do Sul; **Hermida de la Victoria** de Vitor Jara e **Ecolier-Soldat** sobre a guerra do Vietnam. Que nos pediu um tradutor com ela no palco para que se perceba bem o que diz e nos escreveu: "Estou feliz, feliz por ir cantar a Portugal".

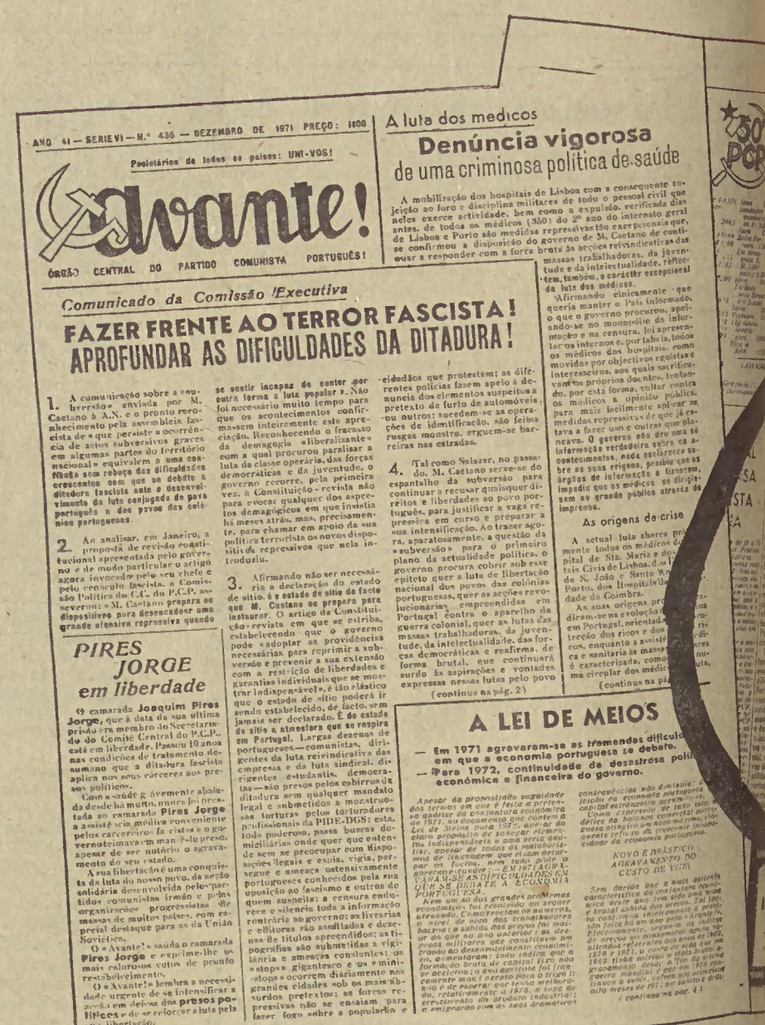


Rancho da Casa do Povo de Benavente

Rancho das Lavradeiras da Meadela

Charlie Haden EUA

Em Dezembro de 1971, o "Avante! clan falava de um músico que no Festival de ... de C tivera a coragem de dedicar um dos ... à l libertação dos povos de Angola, Guiné ... oçam Por esse acto, conhecera a PIDE, que o mediu de Portugal, só sendo libertado a instâncias do



ANO 41 — SERIE VI — N.º 436 — DEZEMBRO DE 1971 PREÇO: 1$00

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Avante!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

A luta dos médicos

Denúncia vigorosa

de uma criminosa política de saúde

Comunicado da Comissão Executiva

FAZER FRENTE AO TERROR FASCISTA! APROFUNDAR AS DIFICULDADES DA DITADURA!

PIRES JORGE em liberdade

A LEI DE MEIOS

— Em 1971 agravaram-se as tremendas dificuld... em que a economia portuguesa se debate.

— Para 1972, continuidade da desastrosa polí... económica e financeira do governo.

OS ARTISTAS DA FESTA DO "AVANTE!" O

"OS ARTISTAS DA FESTA DO "AVANTE!"

«Souvenir» URSS

Grupo folclórico juvenil, 1.º classificado no XI Festival da Juventude em Havana.

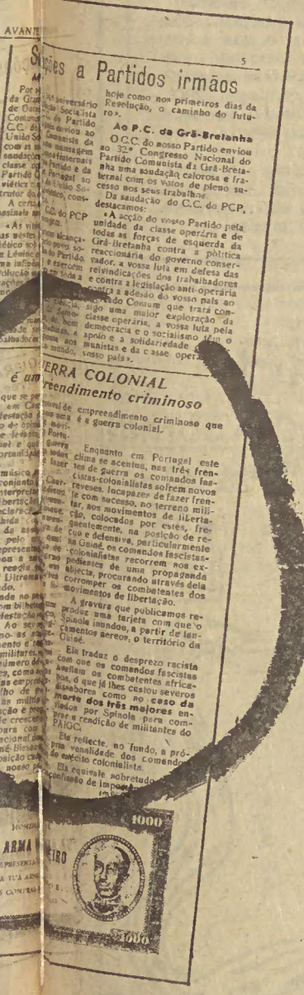
СУВЕНИР

ЭСТРАДНЫЙ АНСАМБЛЬ ТАНЦА
ХУДОЖЕСТВЕННЫЙ РУКОВОДИТЕЛЬ-
ЗАСЛУЖЕННАЯ АРТИСТКА РСФСР.
ЛАУРЕАТ ГОСУДАРСТВЕННОЙ ПРЕМИИ СССР
ТАМАРА ГОЛОВАНОВА

«Los Compadres» Cuba

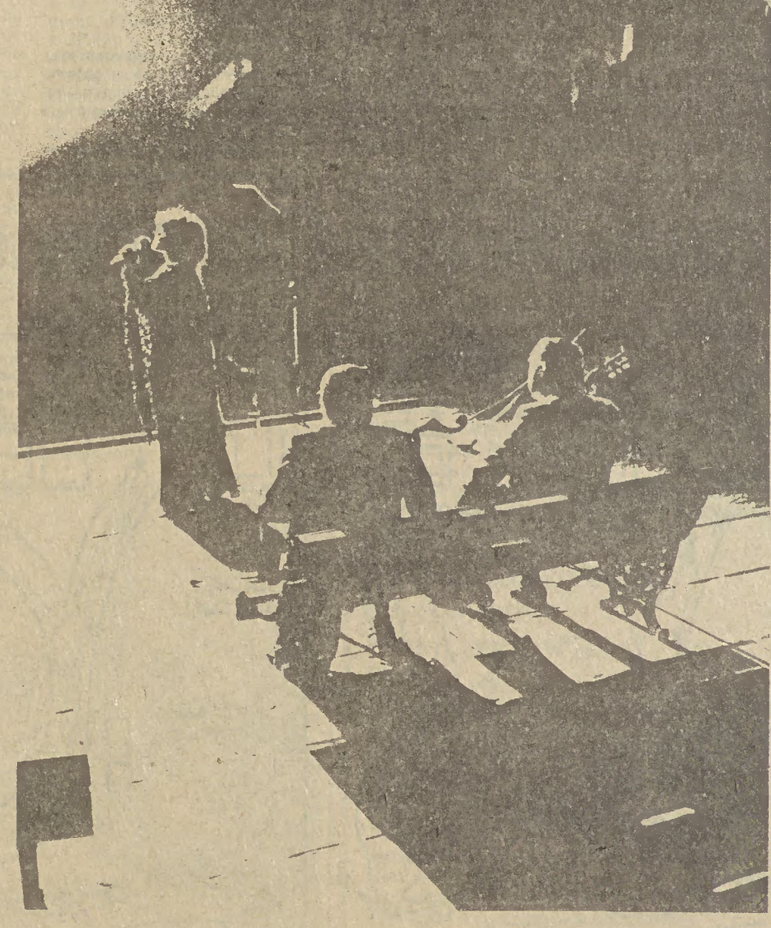
«Haidushka Pesen» Bulgária

cultural americano. Hoje o "Avante!" volta a falar de Charlie Haden: ele estará na Festa do Portugal libertado para tocar o seu contrabaixo de que — dizem os críticos — "fez um instrumento novo de novas qualidades de expressão". E dos três músicos que o acompanharão ainda falaremos!



Fado

Ana Pinto • Alice do Carmo • Alzira Sá • Carlos do Carmo • Esmeralda Amoedo • Fernando Farinha • Fernando Tordo • João D'Alter • Jorge Simões • José Amoedo • José Labaredas • José Manuel Osório • Julieta Santos • Luis Fernando • Luis Oliveira • Manuel Bogalho • Manuel Maia • Manuel Paiva • Manuel Ribeiro • Maria de Fátima • Maria Figueiredo • Maria do Monte • Maria Pilar • Natércia de Aguiar • Olímpio Lopes • Paulo Jorge • Quim Valente e Sara Reis.



"OS ARTISTAS DA FESTA DO "AVANTE!"

Atletismo e ginástica de alto nível – presença destacada na Festa!

- **Victor Sanaev, tri-campeão olímpico do triplo salto (com 17,44 m); Alexandre Grigoriev (salto em altura) e Alexandre Aximin (100 m planos), entre outros atletas soviéticos.**
- **Equipa Nacional de Ginástica Rítmica e Desportiva da Bulgária, actual vice-campeã mundial e ex-campeã do Mundo.**
- **Destacados ginastas da RDA e URSS.**

Ponto alto da Festa do «Avante!», o Festival Desportivo Internacional vai contar com a presença de destacados atletas e ginastas do mais alto nível, como por exemplo Victor Sanaev, tri-campeão olímpico do triplo salto e detentor do record mundial e da Europa na modalidade.

Cerca das 11 e 15 — já terminadas as provas da Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria — haverá uma exibição de ginástica infantil com a participação de centenas de crianças.

Às 11 e 45, começam as provas de atletismo com diversos atletas nacionais e da RDA e URSS. Em relação à participação soviética, estão asseguradas as seguintes presenças, **além de Sanaev:** Alexandre Aximin (100 metros planos), Valeri Voimin (peso), Alexandre Grigoriev (salto em altura), Svetlana Guskova (400 metros planos), Olga Dvirna (800 metros), Nina Morgolin (100 metros barreiras) e Serguei Semiokov (salto em altura). Estes atletas vêm acompanhados pelo treinador Lev Sarkisov. Prevê-se ainda a colaboração de atletas da RDA, aos quais nos referiremos oportunamente.

Victor Sanaev

Após as provas de atletismo, terá lugar uma exibição de ginástica rítmica e desportiva com as seguintes presenças: Ludmila Fomitcheva, Natalia Mazneva e Irina Chexlai (URSS), além do treinador Vladimir Axionov; e ainda a Equipa Nacional de Ginástica Rítmica Desportiva da Bulgária, actualmente vice-campeã mundial, constituída pelos seguintes elementos: Despa Katilieva (treinadora), Vesko Yuaukov (pianista) e as ginastas Tatiana Kameva, Maia Giorgueva, Krassimira Vassileva, Dimitrina Peleva, Diana Kristova e Rossiza Mladnova. De salientar que esta equipa já foi em anos transactos campeã mundial. Prevê-se ainda a participação de outros ginastas de renome internacional, designadamente da RDA.

No decorrer da Festa, as ginastas farão algumas exibições no Palco 1 e, provavelmente, no palco da Juventude.

De Tomar para o Jamor em bicicleta

Não se trata de nenhuma etapa (esquecida) da 40.ª Volta a Portugal em Bicicleta. É, sim, uma iniciativa de um grupo de camaradas e amigos de Tomar, que encontraram uma óptima solução para o problema da viagem até Lisboa, para assistirem à Festa do «Avante!».

Os ciclistas vão partir bem cedo, no dia 8 (primeiro dia da Festa). Pelo caminho, haverá umas paragens, estando prevista a sua chegada ao Vale do Jamor para o início da tarde.

Xadrez

Integrado na delegação da URSS, estará no Vale do Jamor o grande mestre soviético Vitali Seskowski, personalidade de destaque no mundo do xadrezismo.

Os entusiastas do xadrez estão de parabéns! E, certamente, não deixarão escapar esta inédita oportunidade para competir com Seskowski. As inscrições para os interessados estão abertas nos Centros de Trabalho, podendo também as de Lisboa ser feitas no C. T. Vitória, na Avenida da Liberdade.

Está igualmente prevista a colaboração de mestres portugueses, designadamente do actual campeão nacional Fernando Silva. As simultâneas decorrerão num pavilhão próprio, instalado perto da Cidade Internacional.

Regulamento do Concurso de Pesca

- O Concurso realiza-se no dia 9 de Setembro (segundo dia da Festa) e será disputado individualmente nas seguintes categorias: homens, senhoras e crianças (até aos 12 anos);
- Correspondentes a estas três categorias, haverá três classificações;
- As inscrições para o Concurso devem ser feitas nos seguintes locais: até 6 de Setembro nos Centros de Trabalho do PCP; no dia do Concurso, até às 8 horas, junto à Ponte 25 de Abril (lado mar); junto à Estação Fluvial de Belém; ou junto à Estação de Faróis em Paço d'Arcos. Para as categorias de homens e senhoras o custo da inscrição é de 30$00; para as crianças (só até aos 12 anos) é grátis;
- O Concurso decorrerá na área compreendida entre a Ponte 25 de Abril e o Forte de S. Julião da Barra. Esta área será dividida em três zonas: zona amarela – entre a Ponte 25 de Abril e a Estação Fluvial de Belém; zona vermelha – entre esta estação e a ponte da Cruz Quebrada e zona azul – entre esta ponte e o Forte de S. Julião da Barra. Os extremos das zonas serão assinalados por bandeiras das respectivas cores;
- O Concurso terá a duração de seis horas, iniciando-se às 9 e encerrando às 15. Às 16 horas fecha o controlo para a entrega do pescado, que deverá ser feita nos seguintes locais: Ponte 25 de Abril (lado mar); junto à Estação Fluvial de Belém; e junto à Estação de Faróis em Paço d'Arcos;
- O peixe será pesado no Vale do Jamor. As classificações serão conhecidas na distribuição dos prémios, que decorrerá a partir das 21 e 30, na Festa. Serão distribuídos os seguintes: Taça Fraternidade para o 1.º classificado da categoria homens; Taça Unidade para o 1.º classificado da categoria senhoras; e Taça Amizade para o 1.º classificado da categoria crianças. Todos os concorrentes receberão emblemas;
- A contagem de pontos obedece à seguinte tabela: grupo A – corvina, esqualo, pargo e dourada (3 pontos): peso mínimo 300 gramas; grupo B – robalo, pargo, garrento, tainha, salema, russado e choupa (2 pontos): peso mínimo 200 gramas; grupo C – outras espécies (meio ponto): peso mínimo 100 gramas. Atenção: não serão classificados quaisquer exemplares capturados das classes raia, moreia, safio, etc.
- A cada concorrente serão distribuídos dois cartões com o seu número de inscrição, sendo obrigatória a sua colocação no vestuário e no recipiente do pescado (um saco dado pela organização com a cor da zona que o concorrente escolheu);
- Os concorrentes nunca poderão usar, simultaneamente, mais do que uma cana, podendo ter, no entanto, várias desde que só uma se encontre iscada; depois de escolherem a sua zona de actuação, os concorrentes não podem utilizar outra zona para efeitos de Concurso. A organização não se responsabiliza por qualquer acidente que ocorra durante a iniciativa.

Torneio de Futebol

Terminada a sua primeira fase, o Torneio de Futebol promovido no âmbito da Festa do «Avante!» – iniciativa que, não é exagero dizer, está a constituir uma das mais entusiásticas e participadas jornadas desportivas até hoje realizadas no país – encontra-se agora na segunda fase, ou seja, procede-se ao apuramento das equipas assim agrupadas: **DORN-DORB, DOROR-DORL** (este jogo efectua-se hoje, às 21 e 30, em Benavente) e **DORS-DORA** (domingo, em Vendas Novas). Atendendo a que a DORAM (Açores e Madeira) não pôde apresentar equipas no Torneio, o «team» representativo da DORAL ficou automaticamente apurado para a fase seguinte, tal como prevê o Regulamento.

Até ao próximo dia 7 de Setembro – e aqui entra-se já na terceira e penúltima fase da competição – disputam-se os seguintes jogos de apuramento entre as equipas vencedoras (da segunda fase): **a apurada do conjunto DORN-DORB jogará com a apurada do conjunto DOROR-DORL e a apurada do DORS-DORA jogará com a DORAL.**

A «finalíssima» terá lugar no sábado (segundo dia da Festa), às 9 horas, devendo os jogadores das duas equipas concentrarem-se uma hora antes do início do encontro junto aos balneários do Estádio Nacional.

O «esférico» para o jogo da «finalíssima» é oferecido por um camarada do distrito de Santarém, que é fabricante de bolas de futebol.

Seguindo atentamente o desenrolar do Torneio, o «Avante!» esteve nos locais e registou:

DORN – o jogo para apurar a equipa representativa desta DOR, realizado na passada segunda-feira, à noite, teve uma boa assistência. Frente a frente as equipas de S. Pedro da Cova e de Braga (constituídas com base em camaradas e amigos dos Centros de Trabalho). Bola bem trocada, jogo simples, muito entusiasmo de parte a parte. No fim, o marcador era favorável aos «craques» de S. Pedro da Cova pelo magro resultado de 1-0. De salientar que a equipa de Braga, nos três últimos encontros disputados antes deste, marcou nada mais nada menos do que 18 golos (!),

DORB – foi a primeira DOR a ter equipa representativa: o «Cantinho da Ramboia», vencedora do «Torneio Festa do «Avante!»-Espinho 78». O «team» caracteriza-se pela regularidade e por um apreciável nível técnico comum a todos os seus elementos.

DOROR – foi apurada nesta DOR a equipa de Almeirim, constituída também por bons valores. No jogo decisivo, Almeirim venceu o «team» da Marinha Grande por 4-2, através de grandes penalidades.

No distrito de Leiria inscreveram-se oito equipas e no distrito de Santarém sete. O entusiasmo e o espírito de participação activa foram notas salientes e comuns a todos os jogos.

DORL – nesta organização inscreveram-se 150 equipas. Após sucessivas eliminatórias, acabou por apurar-se (e com justiça) o «team» de Alenquer, que no jogo derradeiro, efectuado no passado domingo, venceu a equipa de Belas por 4-3, após prolongamento.

DORS – muita participação, designadamente nos concelhos de Almada e Barreiro. Bom nível em diversos jogos.

DORA – jogaram 16 equipas em encontros marcados pelo apego à luta e pela confraternização. Notória a participação de jovens trabalhadores e estudantes.

DORAL – inscreveram-se poucas equipas em relação às outras Dors. No entanto, o Torneio mobilizou grande entusiasmo em várias regiões, como por exemplo, em Faro e Silves.

DORAM – por motivos que têm a ver com o ambiente de repressão que se vive nas ilhas, esta organização não pôde apresentar equipas no Torneio da Festa do «Avante!». Mas há esperanças de que para o ano já não seja assim!

Mais de 3 mil participantes

Aceite logo de início com grande entusiasmo pelas organizações do PCP, pelos militantes e amigos do Partido e por muitas outras pessoas com diferentes opções políticas, o Torneio de Futebol promovido a nível nacional no âmbito desportivo da Festa do «Avante!» é já um grande êxito sob todos os pontos de vista: como jornada de convívio, como jornada de viva participação na modalidade, como jornada de divulgação desportiva, etc.

E isto porque, entre outros factores, o espírito elitista não entrou em campo e a adesão à iniciativa ultrapassou todas as expectativas mais optimistas.

Refira-se, por exemplo, que o Torneio pôs em movimento cerca de duas centenas e meia de equipas, de praticamente todas as regiões do país, o que corresponde a mais de três mil participantes.

Só na zona da DORL inscreveram-se no Torneio 150 equipas e na DORS mais de quatro dezenas. Também significativos são os números da DORN (16 *teams*), DOROR (15) DORB (11) e DORA (16).

A maior parte das equipas foram constituídas a partir de fábricas, empresas, colectividades, associações, Centros de Trabalho do PCP, etc.

Todos podem participar na Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria!

- **Por sugestão das Organizações Regionais e núcleos, as provas iniciam-se entre as 9 e 45 e as 10 horas.**
- **Desta forma, todos os participantes na Corrida e Marcha podem assistir ao Festival Desportivo Internacional, que começa às 11 e 30.**

Faltam poucos dias para a Festa do «Avante!», e o mesmo é dizer que se aproxima o dia da Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria, ponto alto do programa desportivo da nossa Festa.

Quem pode participar na iniciativa? Pois bem: **todos** podem participar, homens, mulheres e jovens, camaradas e amigos, todas as pessoas que estejam interessadas, independentemente das suas ideias políticas, das suas filiações partidárias, etc. É uma iniciativa aberta à população, aberta ao convívio, à confraternização, à alegria.

Há quem pense que só os que executaram o programa de preparação (individualmente ou em grupo) é que podem participar na Corrida e Marcha. Nada disso! É evidente que quem se treinou tem mais hipóteses de efectuar uma boa prova. No entanto, não é preciso ter feito o programa de preparação para tomar parte na iniciativa. Para quem participe pela primeira vez nesta jornada colectiva até é provável que fique a gostar e prossiga, depois da Festa, a prática salutar da corrida e (ou) da marcha.

Indicações úteis

Em relação ao equipamento, também não há problema nenhum! Qualquer tipo de vestuário serve, mas convém que seja leve e prático.

É preciso ter cuidado é com o calçado: umas sapatilhas ou «ténis» são o ideal, embora sirva qualquer calçado suave, maleável e sem saltos.

Vamos, pois, participar em massa nesta grande iniciativa, que se inicia às **9 e 30**, no sábado, dia 9 de Setembro, segundo dia da Festa do «Avante!». A concentração é na «porta da maratona» do Estádio Nacional.

É o seguinte o horário de partida das provas: **5200 metros — 9 e 45; 3200 metros — 9 e 50; 2000 metros — 9 e 55; 7200 metros — 10 h;** (Corrida); **7200 metros — 10 h** (Marcha).

Os percursos das provas, assinalados nas plantas que aqui reproduzimos, estão devidamente sinalizados no local.

Núcleo da Pontinha já fez mais de 1600 km

Entretanto, os núcleos constituídos em todo o País prosseguem a sua actividade, como é o caso do núcleo do Clube Atlético e Cultural da Pontinha (Lisboa), de que é animador Fernando José da Silva N. Nunes. Este grupo tem 73 elementos, 25 dos quais do sexo feminino. As idades vão dos 2 aos 37 anos, não tendo a maioria dos participantes 20 anos.

Desde o início dos treinos até ao passado dia 20, o núcleo já tinha percorrido, no total, 1632 quilómetros e 430 metros.

Iniciativa do CLL

No próximo sábado, às 18 horas, o Comité Local de Lisboa leva a efeito uma iniciativa inédita de apoio a todos os interessados em participar na Corrida e Marcha.

Além de um treino colectivo, destinado em particular aos que ainda não treinaram e aos que se têm preparado individualmente, haverá uma sessão de esclarecimento sobre todos os aspectos relacionados com a Corrida e Marcha. Os camaradas e amigos que queiram participar devem dirigir-se no sábado à recepção da Festa, onde serão informados do local exacto do treino e da sessão.

Um exemplo de preparação individual

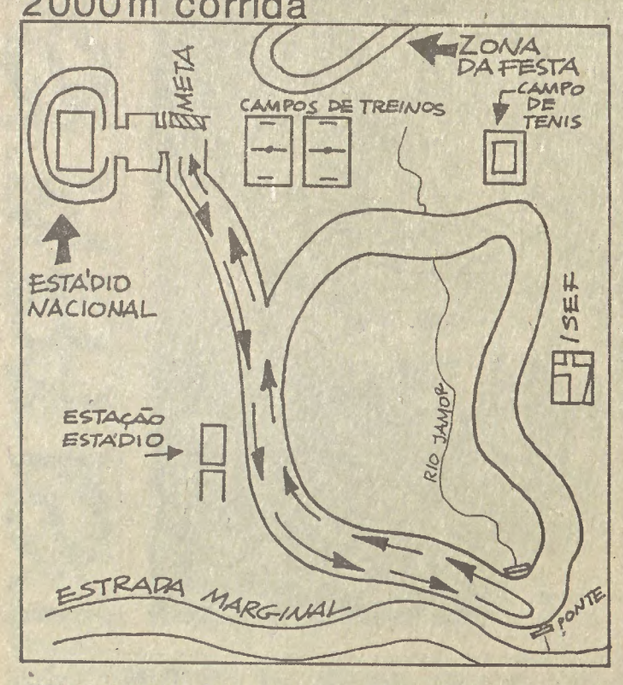
Já referimos aqui vários exemplos de preparação colectiva para a Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria através de núcleos constituídos um pouco por todo o país. No entanto, este trabalho não está a decorrer só a nível colectivo. Por motivos de diversa ordem, muitos camaradas e amigos, homens, mulheres e jovens, tiveram de optar pelo treino individual, o que, aliás, não lhes impossibilita uma boa preparação, pois, mesmo sozinhos, esses participantes seguem, na sua maioria, as instruções gerais contidas na Agenda de Treino ou no Regulamento da iniciativa.

A força de vontade destes camaradas e amigos pode ser dada através de numerosos casos. A título de exemplo, aqui fica o registo de **Maria Felizarda Barradas**, de 21 anos, residente em Pinheiro-da-Carapinha (Santiago do Cacém), que se está a treinar na corrida.

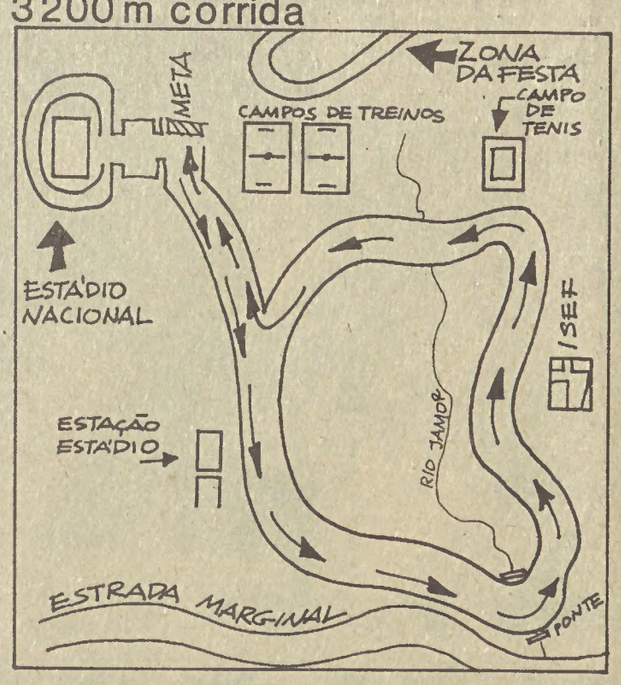
Entre os dias 23 de Agosto e 26 de Setembro, esta jovem percorreu 200 quilómetros, o que é um excelente resultado. Em relação ao «exame dos 12 minutos», conseguiu 2900 metros. Efectua os seus treinos na estrada e na praia.

Um exemplo a seguir (mesmo depois da Festa do «Avante!»), este o de Maria Felizarda Barradas.

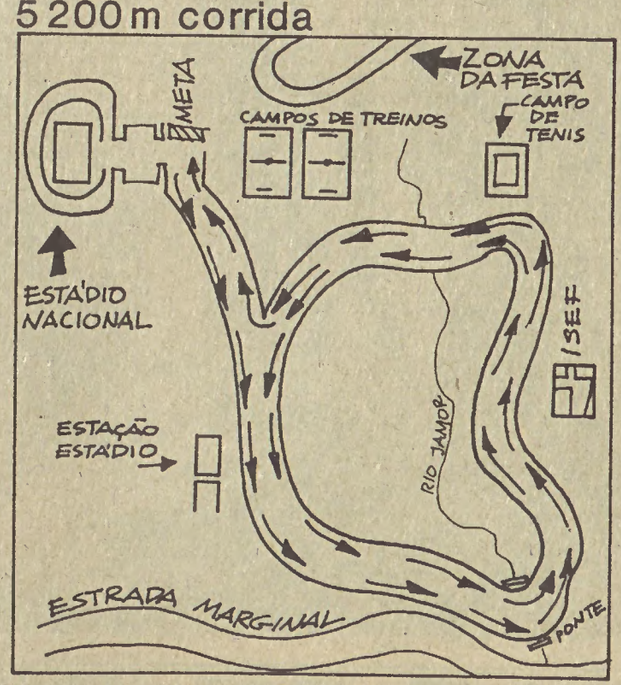
Percursos da Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria



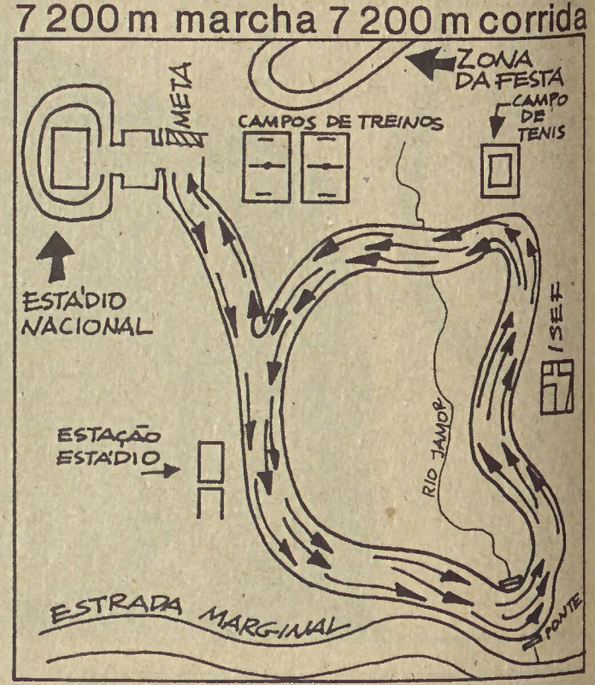
2000 metros corrida: partida da Praça da Maratona do Estádio Nacional, ida até à ponte sobre o Jamor e retorno pelo mesmo caminho



3200 metros corrida: partida da Praça da Maratona do Estádio Nacional, e uma volta completa ao circuito, com chegada ao mesmo ponto da partida



5200 metros corrida: partida da Praça da Maratona do Estádio Nacional, e duas voltas completas ao circuito, com chegada ao mesmo ponto da partida



7200 metros corrida e 7200 m. marcha (o percurso é o mesmo): partida da Praça da Maratona, e três voltas completas ao circuito, com chegada ao mesmo ponto da partida

As autarquias na dinamização da cultura e do recreio locais

As Festas de Coruche que encerraram na semana passada, a Feira do Livro e do Disco que se realizou entre 22 e 30 de Julho, em Almada — para citar apenas os casos mais recentes — evidenciam as imensas capacidades das autarquias e das organizações populares como agentes de dinamização do recreio e cultura das populações.

Evidenciam a face nova de um país que se constrói: uma face de onde seja para sempre banido o ódio que o fascismo votava à cultura, às colectividades, às associações, onde não haja lugar para o obscurantismo utilizado como suporte de uma política que tinha como objectivo o adormecimento das consciências, o conservar as populações num estado culturalmente primitivo. Evidenciam o muito que pode ser feito pelas autarquias num país onde é nos centros urbanos – e particularmente Lisboa e Porto – que se concentram os equipamentos e actividades culturais.

Mas este «muito» que pode ser feito pelas autarquias na dinamização cultural das populações, só poderá suceder em circunstâncias que se não verificaram até ao momento presente. É certo que a Secretaria de Estado da Cultura decidiu, durante o I Governo Constitucional, não dar resposta aos pedidos de apoio financeiro a actividades culturais sem consulta prévia às autarquias. Esta decisão só por si nada significa. Quem garante que essa informação a dar pelas autarquias não se torne numa fonte de discriminações políticas que, de uma forma ou outra, têm vindo a ser praticadas relativamente aos sectores democráticos?

Por uma política cultural das autarquias

Mas mesmo num período de instabilidade, e até como forma de combater essa instabilidade, é urgente, mesmo imprescindível, que as autarquias definam e levem à prática uma política cultural. Esta definição constitui a base fundamental para requerer o apoio financeiro que compete ao Governo Central proporcionar.

Em que sentido se deve encaminhar esta política cultural dos órgãos autárticos? Eis uma questão a que, em termos gerais, se pode responder deste modo:

«No sentido de apoiar as formas tradicionais de cultura local, (bandas, corais, escolas de música, ranchos folclóricos), nas artes plásticas (exposições, criação de locais para prática de pintura, modelagem, etc.), no artesanato, na dança, etc. – e encontrar formas de permitir o acesso das massas populares a outras manifestações populares – cinema, literatura, difusão de bibliotecas nos vários pontos do concelho, teatro, museus, etc.» (do Manual de Gestão Democrática das Autarquias – II no prelo).

A resolução do problema cultural das populações depende da política geral do Governo, do apoio à cultura popular e democrática a nível nacional. Mas o papel das autarquias, além de preservarem as tradições locais, pondo-as ao serviço dos objectivos democráticos e de impulsionarem a criação de novas tradições, será igualmente o de lutarem por condições que imponham essa política geral de apoio.

E nas autarquias dominadas por forças reaccionárias, tantas que são ainda, nomeadamente no Interior e Norte do País? Pois se nas autarquias onde predominam as forças democráticas cabe às organizações populares a colaboração estreita com os órgãos autárticos, nas autarquias onde o caciquismo pretende ser lei cabe às organizações populares, aos trabalhadores, à população desenvolver a actividade cultural democrática, «apesar» da composição dos respectivos órgãos autárquicos, vigiar as iniciativas culturais destes, transformar com a sua capacidade de intervenção tudo o que pretenda ser o perpetuar do obscurantismo fascista.

Num caso como noutro, as colectividades têm um papel de relevo a desempenhar. Como as colectividades dependem em geral do apoio das autarquias, não será, não é raro nos órgãos autárticos dominados pela direita a tentativa de com apoios «comprar» a capacidade de iniciativa das colectividades, desviá-la para fins que não são os da defesa das conquistas de Abril ou pura e simplesmente transformar as colectividades em locais de batota e baile, sem mais nada.

O combate não é fácil. Mas, por todo o país, vive a juventude, trabalham os trabalhadores, operários e camponeses e as populações despertam para a participação na transformação da vida, num despertar às vezes em ritmo lento mas irreversível.

Perspectivas de actuação

A recente criação do Centro de Dinamização Cultural e Desportiva do Concelho de Alenquer, decidida por 29 das 54 colectividades convocadas pelo pelouro da Cultura e Desporto da Câmara Municipal (que irá ceder as instalações) é um exemplo das perspectivas de actuação das autarquias neste domínio.

Permitir o acesso das massas populares à literatura, ao cinema, ao teatro, lutar pela difusão de bibliotecas: eis planos que se integram numa política cultural das autarquias

A este respeito, importa que os responsáveis pelos órgãos autárquicos e as organizações populares reflictam no que refere o Manual de Gestão Democrática das Autarquias (no prelo), quanto às perspectivas imediatas de uma política cultural das autarquias:

«A instituição dos Conselhos Municipais, desde que a sua composição seja representativa das organizações populares do concelho, permitirá criar no seu seio secções ou grupos de trabalho para a actividade cultural com a participação de representantes das estruturas que desenvolvem actividade cultural.

Através desta forma, e ao pronunciarem-se sobre o plano de actividades e o orçamento, poderão as organizações populares reivindicar um maior apoio às iniciativas populares e às freguesias rurais no campo da cultura, tendo sempre em conta as limitações financeiras e as outras necessidades existentes.

Por vezes poderá também encarar-se, se houver meios materiais e humanos disponíveis, a criação de serviços culturais a nível municipal encarregados de gerir, no sentido do seu pleno e correcto aproveitamento, o património cultural do município, fomentar a difusão da cultura, apoiar todas as iniciativas populares neste sector e promover a conjugação de esforços e a cooperação entre todas as entidades que desenvolvem actividade cultural no concelho, nomeadamente serviços centrais desconcentrados do Estado, serviços municipais e Juntas de Freguesia, colectividades, sindicatos e comissões de moradores».

Outra direcção das mais importantes numa política cultural das autarquias deve ser o apoio a formas tradicionais de cultura local: bandas, corais, ranchos folclóricos, etc.

Cultura e Terceira Idade em debate em Almada

A Assembleia Popular do Concelho de Almada reuniu em sessão plenária no passado sábado, na Academia Almadense, para debater questões relacionadas com a actividade cultural no concelho e a situação dos reformados, pensionistas e idosos.

Em relação ao primeiro tema o plenário decidiu, após a análise de um levantamento efectuado a partir dos contactos com as organizações culturais existentes, e tendo em conta as suas carências e aspirações, **desenvolver todos os esforços para a criação de um Centro Cultural no concelho, velha aspiração popular.**

Para levar à prática tal objectivo, a APCA reconheceu a necessidade de, numa primeira fase, a actividade cultural ser incentivada a partir de um Centro de Dinamização e Coordenação, sem que contudo deixe de assentar e ser dirigida pelo movimento operário e popular.

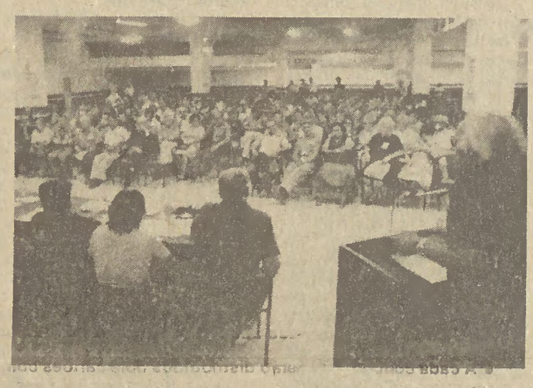
O secretariado da APCA, que ficou encarregue de formar a comissão instaladora do Centro de Dinamização e Coordenação, deverá ter a preocupação de escolher para essa tarefa pessoas conhecedoras das realidades do concelho, com experiência de actividades culturais, que gozem da confiança das organizações de trabalhadores e que estejam dispostas a trabalhar a tempo inteiro para a prossecução daquele objectivo.

Já no segundo ponto da ordem de trabalhos, que analisou a situação dos reformados, pensionistas e idosos, foi exigida a aplicação de medidas a curto e médio prazo que visem reparar as condições de injustiça económica e social em que vivem milhares e milhares de pessoas no nosso país.

O reforço das organizações de reformados, pensionistas e idosos e a criação de outras nas freguesias do concelho onde elas ainda não existem, foram apontadas pelo plenário como tarefas da máxima importância. Durante os debates seria ainda salientada a necessidade daquelas organizações poderem contar com o apoio e solidariedade do movimento popular, sindical unitário e das próprias autarquias.

O plenário da Assembleia Popular do Concelho de Almada aprovou igualmente várias moções exigindo, nomeadamente, **o respeito pelas transformações económicas e sociais alcançadas com a Revolução de Abril, pelas instituições democráticas e pela Constituição; a publicação de uma Lei de Finanças Locais que garanta a autonomia e descentralização administrativa e financeira, no respeito pela vontade popular consagrada na Constituição.**

Manifestando a sua preocupação quanto **à política que o novo governo irá seguir,** o plenário aprovou ainda uma moção em que se salienta **a necessidade duma política que tenha em conta a vontade dos trabalhadores e a sua capacidade criadora, condição fundamental para uma verdadeira recuperação da economia nacional.**



As «liberdades» em Mirandela

Dando cumprimento a uma postura camarária restritiva da liberdade de expressão e propaganda, a PSP de Mirandela deteve na passada sexta-feira cinco activistas da Aliança Povo Unido que procediam à colagem de cartazes alusivos às novas eleições municipais, a realizar no próximo dia 10 de Setembro.

A referida postura, que contrariza claramente um direito consagrado na Constituição, é da autoria da actual Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Mirandela, de que fazem parte representantes do CDS, PSD e PS.

Designados pela Assembleia Municipal de Mirandela para assegurar o funcionamento provisório do município, os componentes da Comissão Administrativa decidiram, curiosamente, aproveitar a oportunidade para impedir o esclarecimento dos eleitores. Como a postura claramente demonstra – a autorização (?) para a afixação de propaganda depende não só da Câmara como ainda dos proprietários dos prédios (!) – partidos há que receiam tanto as eleições que nem estão interessados em fazer campanha eleitoral.

E que procuram, sobretudo, impedir que as forças progressistas denunciem a sua incapacidade e desinteresse na resolução dos problemas que mais afectam a população.

De salientar ainda que a postura em causa estipula pesadas multas aos que pretendem usar da liberdade de expressão. Os activistas da APU detidos, por exemplo, foram de imediato autuados e notificados para o pagamento, no total, de trinta e um mil e quinhentos escudos!!!

Face à aplicação de tais medidas, em tudo contrária aos direitos fundamentais consagrados na Constituição da República, a Comissão Coordenadora da Aliança Povo Unido emitiu um comunicado exigindo das autoridades competentes a imediata revogação daquela postura camarária.

A C. M. do Barreiro denuncia

«A ausência de medidas de fundo que resolvam os graves problemas das Autarquias Locais tem conduzido os Órgãos de Poder Local a situações tremendamente difíceis e insustentáveis, quer perante as populações, quer perante os próprios trabalhadores municipais.

«A asfixia financeira que se tem vindo a sentir, tem-se agravado perigosamente, a partir do início deste ano.

«Sempre em devido tempo, a Câmara do Barreiro tem alertado o Governo para esta situação, por todos os meios que tem ao seu dispor, de modo a evitar que se atinjam pontos de rotura completa, com graves consequências para o Município e para as suas populações.

«No entanto, a falta de medidas eficazes por parte do Governo e a recusa ao diálogo com os Órgãos de Poder Local, **para resolução dos problemas mais urgentes,** tem provocado **situações que não se podem ultrapassar a nível municipal.**

«**Actualmente,** e perante a falta de cerca de 9000 contos para pagamento dos vencimentos dos trabalhadores camarários, no corrente mês de Agosto, os responsáveis pelo Ministério da Administração Interna recusam-se terminantemente a dialogar com a Câmara, alegando estarem ausentes ou informando terem cancelado todas as reuniões!

«Por que razão o Governo ainda não enviou à Câmara do Barreiro a verba de 20 000 contos, proveniente do subsídio de alimentação e do aumento de vencimentos do funcionalismo público, de acordo com as leis que ele próprio elaborou?

«A quem cabe assegurar às Auatrquias Locais os meios necessários ao funcionamento dos seus serviços públicos?

«A actuação dos Orgãos do Poder Central relativa à situação das Câmaras Municipais, leva-nos a perguntar se este estado de coisas não tem sido consciente e deliberadamente provocado.

«A salvaguarda dos direitos fundamentais dos trabalhadores terá de ser garantida pelos responsáveis do Governo, no cumprimento da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA».

Semana de Apoio à Reforma Agrária decorreu em Almada

Por iniciativa da CRARA, Comissão Revolucionária de Apoio à Reforma Agrária, decorreu de 14 a 19 de Agosto em Almada a Semana de Apoio à Reforma Agrária, que constituiu uma ocasião para proceder a um balanço do conjunto do trabalho de apoio desenvolvido às unidades colectivas e cooperativas agrícolas do concelho.

Assim, desde a constituição no concelho de Almada da CRARA, em 1975, 14 cooperativas e unidades colectivas foram apoiadas contabilisticamente; 6 foram apoiadas no sector da saúde; 18 tiveram apoio mecânico; 26 foram objecto de jornadas de trabalho; 7 tiveram ofertas de máquinas e alfaias e 32 foram auxiliadas no plano de escoamento dos seus produtos.

A delegação de Almada da CRARA, sintetiza nestes termos o trabalho desenvolvido:

«Após a sua formação em 1975, esta Organização constituiu equipas técnicas de Saúde, de Contabilidade e de Mecânica que voluntariamente em regime de fins-de-semana e de férias, deram e continuam a dar o seu contributo a um grande número de Cooperativas e UCPs do Distrito de Setúbal e até mesmo fora dele.

«Foram também promovidas em grande número Jornadas de Trabalho Voluntário Colectivo, onde largas centenas de trabalhadores do nosso concelho tiveram oportunidade de participar e contribuir com o seu esforço para a consolidação desta grande conquista do Povo português.

«Integradas ou não nestas Jornadas de Trabalho, foram também realizadas Jornadas de Convívio e Intercâmbio Cultural, tendo-se deslocado às Cooperativas e UCPs vários Grupos de Intervenção Cultural do nosso Concelho, numa acção que é necessário continuar».

Rendeiros continuam a luta contra a lei dos senhorios ricos

Rendeiros de S. João da Madeira, distrito de Aveiro, continuam a luta pela revogação dos artigos 17, 18 e 19 da actual Lei do Arrendamento Rural.

Nesta zona tem-se verificado, a coberto dos citados artigos, um amontoar cada vez maior de despejos praticados pelos senhorios argumentando com a necessidade de cultivar directamente as terras que afinal deixam ao abandono e lançando entretanto famílias inteiras para a miséria.

Os rendeiros reivindicam aos órgãos de soberania que estas situações manifestamente arbitrárias e injustas sejam analisadas e corrigidas.

Operários Agrícolas de Santarém lutam por portaria

O injustificado atraso na saída da Portaria de Regulamentação de Trabalho para o sector agrícola tem merecido o repúdio dos trabalhadores agrícolas. Em Santarém, numa recente assembleia de delegados sindicais do Sindicato dos Operários Agrícolas do distrito, foi exigida «a saída da PRT para que a sua aplicação se inicie nas próximas colheitas das vindimas, apanhas de tomate, frutas e outros» e o «pagamento das tabelas salariais propostas nas conclusões da Comissão Técnica de Évora, sempre que estas não representem diminuição aos salários já praticados e respeitem os usos e costumes da região e os direitos já adquiridos».

Os operários agrícolas do distrito de Santarém estão dispostos a fazer «valer a legalidade dos seus direitos, caso continuem por resolver os seus problemas salariais e sociais».

O «Avante!» em Montemor-o-Novo na Cooperativa «Cravo Vermelho»

Duas horas da tarde de Verão duro em Montemor-o-Novo. É sábado, dia em que, tal como ao domingo, muitos trabalhadores gozam o merecido descanso conquistado após uma longa luta. Mas nas terras da zona de intervenção, quando é caso disso, os trabalhadores aproveitam todos os dias, todas as horas boas para trabalharem a terra, para lhe darem vida, para concretizarem essa grande conquista da Revolução de Abril que é a Reforma Agrária.

Sábado, duas horas da tarde de sol ardente. O correspondente do "Avante!" em Évora encontra-se na Cooperativa "Cravo Vermelho", a 13 quilómetros de Montemor-o-Novo. E ouve o trabalhador João de Deus, membro da Comissão Directiva da Cooperativa:

— **A Cooperativa "Cravo Vermelho" foi formada em 6 de Agosto de 1975. Antes de ser ocupada, trabalhavam nas várias herdades que hoje constituem a cooperativa 60 pessoas. Neste momento são 330 homens e mulheres, todos trabalhadores efectivos.**

Embora os trabalhadores tenham conseguido fazer grandes progressos, mesmo assim há uma pequena percentagem de terras que ainda não pudemos desbravar. São terras más, cheias de covas e cabeços, que nunca foram tratadas e que nos é ainda difícil mexer.

Quanto às colheitas deste ano, adianta João de Deus:

— **As colheitas este ano vão ser muito fracas. Nós cultivamos trigo, cevadas, milho, tomate, girassol e outras. Ora, as sementes foram fornecidas muito tarde e, além disso, eram de muito má qualidade e, para ajudar, o tempo foi bastante prejudicial.**

Em relação a outras culturas, estamos optimistas quanto ao tremoço. Já no ano passado cultivámos tremoço, foi uma colheita boa, e este ano vai ser muito superior.

Tirar mais proveito da terra

Em relação a planos futuros de produção da Cooperativa, João de Deus afirma:

— **Nós entendemos que temos de desenvolver a produção noutros moldes. De início trabalhávamos como os agrários nos tinham habituado a trabalhar, sem ajuda técnica, sem orientação. Hoje pensamos que os técnicos fazem falta nas cooperativas, a sua opinião é importante, a sua orientação é necessária para desenvolver a produção.**

Nesse sentido temos um plano de produção para o próximo ano que pensamos ser útil na medida em que vamos tirar mais proveito da terra. O nosso plano de produção baseia-se, principalmente, numa escolha de terrenos ou seja na qualidade das terras que são próprias para cevadas, trigos e regadios.

Naquelas que não estão desbravadas, vamos semear erva para alimentação de gados, visto que os efectivos pecuários são uma grande fonte de rendimento da cooperativa. Temos cerca de 380 vacas criadeiras, 120 novilhas, 2000 ovelhas, 200 porcos, 200 cabras, 110 novilhos de engorda e outros. Em resumo, aumentámos em quantidade e principalmente em qualidade. Antes da ocupação havia muito menos de metade do efectivo pecuário existente neste momento e era de muito má qualidade, havia um grande número de cabeças velhas. A nossa preocupação inicial era a qualidade do gado e neste momento estamos satisfeitos.

Sobre apoios por parte do Governo, diz-nos este trabalhador:

— **Apoio do Governo... Nada! Apenas estamos a ser ajudados pelos técnicos que estão ao nosso serviço através do Secretariado das UCPs e Cooperativas, mas a ajuda não pode ser muita porque em Montemor há um técnico agrícola para 24 cooperativas, o que é bastante pouco. Quanto ao crédito agrícola nunca tivemos.**

Em relação ao escoamento de produtos, há na verdade grandes dificuldades na comercialização porque o Estado tem estado a boicotar os nossos serviços. Embora grande parte dos produtos seja posta no mercado através da CRA, outros somos obrigados a vendê-los à sorte.

Quanto à questão de reservas, houve no início um pequeno problema com seareiros, mas as coisas foram resolvidas da melhor maneira ou seja através do diálogo. E isto porque eram pessoas como nós e trabalhavam a terra. Foram 300 hectares concedidos a esses seareiros.

Uma das razões fundamentais porque os trabalhadores da "Cravo Vermelho" encaram com confiança o futuro, é a existência de uma real vida democrática no interior da cooperativa. Cada elemento da Direcção tem a sua tarefa definida e responde por ela. É mau princípio, quanto a nós, um mesmo elemento andar a correr de uma tarefa para outra sem acompanhar verdadeiramente nenhuma.

O Conselho Fiscal também trabalha devidamente apresentando as contas aos plenários e de 3 em 3 meses em pormenor à Cooperativa. A Direcção trabalha ainda estreitamente com o delegado sindical que, aliás, faz parte da Comissão Directiva da Cooperativa.

Números para toda a gente ver!

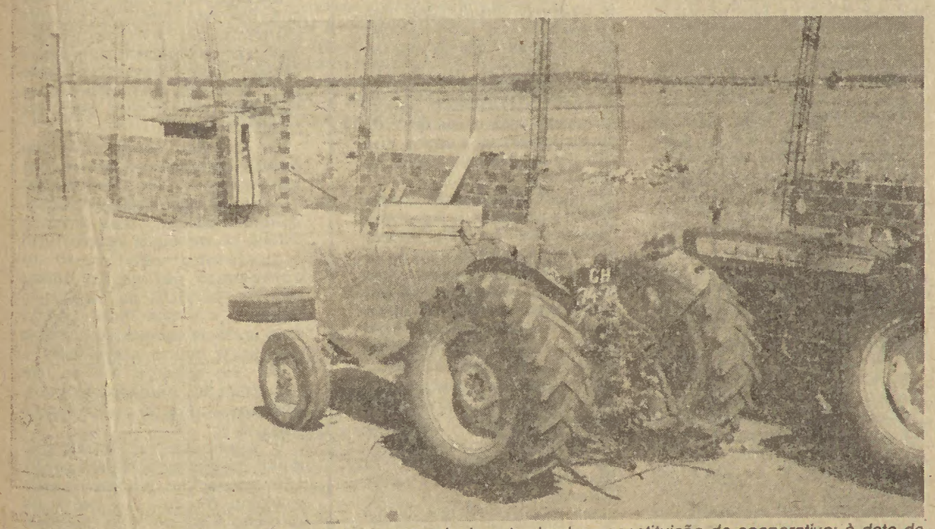
João Beca, outro trabalhador da Comissão Directiva, no escritório da cooperativa, fala do grande esforço desenvolvido pelos trabalhadores revelado através de dados num *placard* onde se encontram as contas da Cooperativa:

— **Estes números são para toda a gente ver. Antes da ocupação, existiam 44 máquinas e alfaias no valor de 1 987 875$00; hoje temos 60 máquinas e alfaias no valor de 5 357 094$80 e temos cerca de 5 278 cabeças de gado bovino, caprino, suíno e muar. Construímos uma barragem há dois anos que importou à volta de 800 contos. Na opinião dos homens da CRARA que a vieram cá ver, é bastante boa. A barragem neste momento está a regar 8 ha de tomate.**

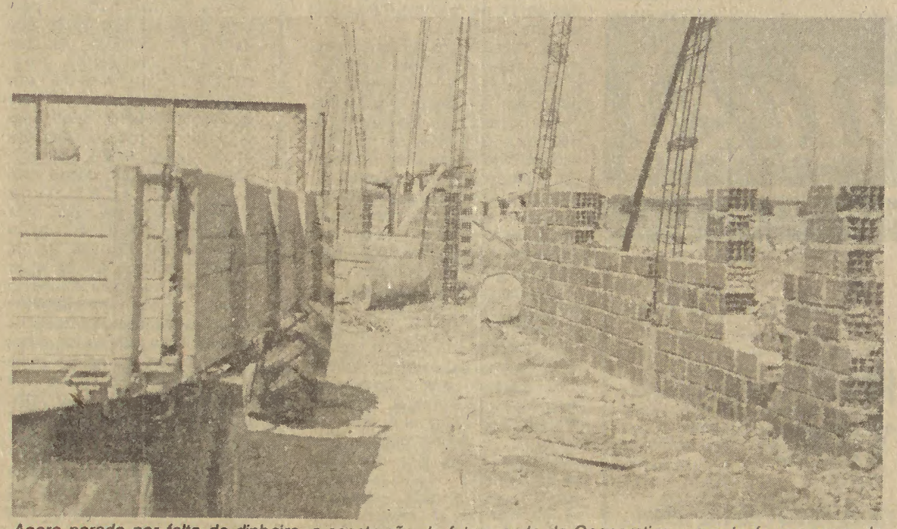
Antigamente as pessoas que aqui trabalhavam eram poucas e ganhavam apenas os dias que trabalhavam e nada mais. Hoje, os trabalhadores da Cooperativa recebem mensalmente 5 400$00 os homens e 3900$00 as mulheres, o que é pouco mas é o que podemos ganhar, com direito a férias e outras regalias. Para além dos progressos feitos, temos também um pavilhão com capacidade para 80 porcos, com água, luz, uma oficina mecânica e de serralharia civil que montámos e serve para reparar a maior parte das avarias das máquinas e alfaias e onde fabricamos já algumas peças de acessórios. Temos em andamento a futura sede da Cooperativa que vai ter um grande parque de máquinas com uma área aproximada de 800 m². Neste momento as obras estão paradas porque não há dinheiro. Vai a pouco e pouco.

A terminar, ficam como um símbolo da determinação dos trabalhadores na defesa das conquistas alcançadas as palavras do trabalhador João Becas:

— **Se nos tempos que estão a vir, com a mudança do Governo, se verificarem novos ataques contra a Reforma Agrária, estes ataques encontrarão pela frente a mesma combatividade que Barreto encontrou.**



O número de máquinas e alfaias aumentou sensivelmente desde a constituição da cooperativa: à data da ocupação existiam 44 máquinas e alfaias no valor de 1 987 875$00; hoje, são 60 máquinas e alfaias no valor de 5 357 094$00



Agora parada por falta de dinheiro, a construção da futura sede da Cooperativa – que terá um parque de máquinas com uma área aproximada de 800 m_2 – testemunha a confiança dos trabalhadores nas suas próprias forças e no futuro que querem construir

A formação ideológica tarefa de todo o militante

Temos de responder, no campo político e ideológico, às massas populares, aos trabalhadores e ao país.

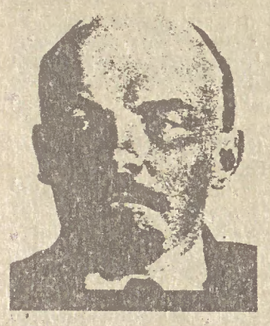
DO SOCIALISMO UTÓPICO AO SOCIALISMO CIENTÍFICO (II)

O **socialismo científico** é uma das partes constitutivas da ciência do marxismo, que é um todo coerente de concepções filosóficas, económicas, sociais e políticas, cujas partes constitutivas estão organicamente ligadas e que, tomadas em conjunto, fornecem uma base teórica que permite resolver os problemas da transformação da sociedade.

No **sentido amplo do termo, o socialismo científico** (ou comunismo científico, o que é a mesma coisa) é a própria ciência marxista com as suas três partes: economia, filosofia e teoria do socialismo científico. Todas as tentativas no sentido de dividir esta teoria coerente, opondo as suas partes constitutivas umas às outras, põem em causa o marxismo. Só o conhecimento desta teoria na sua totalidade e de cada uma das suas componentes nos dá uma imagem justa da evolução da sociedade humana.

Mas os fundadores do marxismo empregavam também o termo **socialismo científico num sentido restrito** para designar uma das partes constitutivas da sua teoria, ao lado da filosofia e da economia política. Engels consagrou ao socialismo científico vários capítulos da sua obra «Anti-Duhring», onde estuda designadamente os problemas da luta de classes do proletariado, da revolução socialista, da construção da nova sociedade. Esses capítulos foram reunidos e aprofundados no livro DO SOCIALISMO UTÓPICO AO SOCIALISMO CIENTÍFICO. Também Lenine encara o socialismo científico como um dos principais componentes do marxismo, designadamente nos artigos «As três fontes e as três partes do marxismo» e «Karl Marx».

1. O socialismo científico tem por base a filosofia e a economia política marxista. «Só o materialismo filosófico de Marx – escreveu Lenine – indicou ao proletariado a saída da escravidão espiritual em que vegetaram até hoje todas as classes oprimidas. Só a teoria económica de Marx explicou a situação real do proletariado no conjunto do regime capitalista». (As Três Fontes e as Três Partes Constitutivas do Marxismo, OE, tomo 1, P.39, edições «Avante!»). Apoiando-se na doutrina filosófica e económica do marxismo, o socialismo científico fornece uma base teórica para a transformação revolucionária da sociedade capitalista em socialista. Sem o materialismo dialéctico e histórico, sem a doutrina económica de Marx, seria impossível transformar o socialismo de utopia em ciência. O socialismo tornou-se uma ciência – sublinhou Engels



– graças a «duas grandes descobertas: a concepção materialista da história e a revelação do segredo da produção capitalista por meio da mais-valia» (Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico, p. 78, Edições «Avante!»).

2. O materialismo histórico é parte da filosofia marxista, a qual teve por fonte a filosofia clássica alemã. Esta «encontrara em Hegel a sua conclusão» – escreve Engels, logo acrescentando: «O maior mérito de Hegel foi a retomada da dialéctica como forma superior do pensamento» (Ibidem, p..68).

A dialéctica é um método que se opõe à **metafísica**. «Para o metafísico – escreve Engels – as coisas e as suas representações mentais, os conceitos, são objectos de estudo isolados, a considerar um depois do outro e sem o outro, constantes, imóveis, dados de uma vez por todas. (...) A sua conversa é sim, sim, não, não, o que vai além disso é pernicioso. Para ele uma coisa ou existe ou não existe: tão pouco pode uma coisa ser ao mesmo tempo ela própria e uma outra diferente. (...) Este **modo de pensar** parece-nos, à primeira vista, o mais óbvio possível, porque é **o chamado senso comum**. Só que o senso comum... vive aventuras muito estranhas assim que se arrisca a sair para o mundo imenso da investigação; e a maneira de ver metafísica, embora legítima, necessária mesmo, em largas esferas cuja extensão depende da natureza do objecto, esbarra sempre, mais cedo ou mais tarde, numa barreira para lá da qual se torna incompleta, estreita, abstracta, e se perde em contradições insolúveis, porque esquece, sobre as coisas isoladas, a sua conexão, sobre o seu ser o seu devir e o seu desaparecimento, sobre o seu repouso o seu movimento, porque não vê a floresta perante simples árvores».

Ora, por exemplo, «cada ser orgânico, a cada instante, é e não é o mesmo; em cada instante assimila matérias levadas do exterior e elimina outras, em cada instante morrem células do seu corpo e formam-se outras; dentro de mais ou menos tempo a matéria deste corpo está completamente renovada, substituída por outros átomos de matéria, pelo que todos os seres orgânicos são permanentemente eles mesmos e, apesar de tudo, outros diferentes».

Mas todos estes processos e métodos de pensamento não cabem no quadro da metafísica. Só a **dialéctica** «compreende as coisas e as representações conceptuais essencialmente na sua conexão, na sua concatenação, no seu movimento, no seu aparecimento e desaparecimento». «**A natureza é a prova da dialéctica**» – escreveu Engels, acrescentando: E «Darwin vibrou na concepção metafísica da natureza o golpe mais poderoso com a sua demonstração de que toda a natureza orgânica de hoje, plantas e animais e com eles também o homem, é o produto de um processo de desenvolvimento continuado ao longo de milhões de anos». (Obra citada, pp. 70 a 73).

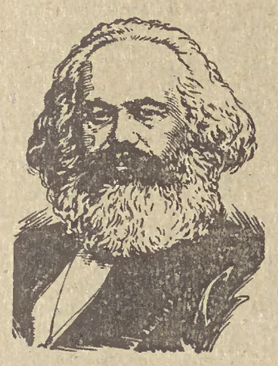
3. A dialéctica de Hegel foi a teoria do desenvolvimento mais completa no seu tempo. No sistema hegeliano, «pela primeira vez – e este é o seu grande mérito – todo o mundo natural, histórico e intelectual foi representado como um processo, isto é, como estando permanentemente em movimento, em transformação, em reorganização e desenvolvimento, e se tentou demonstrar a conexão interior neste movimento e desenvolvimento» (Ibidem, p. 74).

Mas tudo isto estava «de cabeça para baixo, e a conexão do mundo real foi completamente invertida». Com efeito, «**Hegel era idealista**, isto é, para ele os pensamentos que tinha na cabeça não valiam como representações mais ou menos abstractas das coisas e dos fenómenos reais, pelo contrário, para ele as coisas e o seu desenvolvimento valiam apenas como representações actualizadas da «Ideia», que já existia de algum modo antes do mundo» (Ibidem).

Ao criticar o idealismo de Hegel, os fundadores do marxismo apoiaram-se na **filosofia materialista de Feuerbach.** Ao idealismo de Hegel opunha Feuerbach o materialismo antropológico, segundo o qual o pensamento não é uma essência divina, mas sim uma capacidade humana natural, inseparável do cérebro, da organização do corpo humano e indissoluvelmente ligada ao reflexo sensorial do mundo material exterior.

Todavia, os fundadores do marxismo deram **nova forma às doutrinas materialistas,** designadamente à doutrina de Feuerbach. E **refundiram numa base materialista o método dialéctico de Hegel**, que, devido ao seu carácter idealista, se não adaptava à investigação científica dos processos naturais e sociais. A isto chamaram eles **revirar a dialéctica e pô-la de pé**, isto é, dar-lhe um conteúdo real extraído das ciências da natureza e da sociedade.

Seria, entretanto, superficial considerar a dialéctica materialista simplesmente como um método e o materialismo filosófico simplesmente como teoria da aplicação deste método à investigação. **Materialismo e dialéctica não são na filosofia marxista partes independentes uma da outra, mas formam uma doutrina**



integrada, o materialismo dialéctico, pois a própria realidade é na sua essência simultaneamente material e dialéctica.

4. Mas **todos os filósofos anteriores a Marx permaneciam idealistas nas suas concepções sobre a sociedade.** Tomemos a filosofia de Feuerbach. Só é materialista na interpretação dos fenómenos da natureza. No que respeita à interpretação dos fenómenos sociais, Feuerbach continua a ser um idealista típico. Pensava que as forças determinantes da história eram forças ideiais: a religião, a moral, o amor.

Com o **materialismo histórico**, «o idealismo foi expulso do seu último refúgio, a concepção da história» e foi «encontrada a via para explicar a consciência dos homens a partir da sua existência, em vez de, como até então, a sua existência a partir da sua consciência» (Ibidem, p. 77).

Marx e Engels começaram a contemplar a sociedade como um conjunto de relações formadas entre os homens no campo da produção material e tomaram essas relações materiais como base de todas as outras. Em vez de exaltarem os actos das personalidades, salientaram a dinâmica histórica das massas, dando o verdadeiro valor à acção revolucionária e transformadora de milhões de seres humanos, sem cuja existência e luta seria impossível a transformação das estruturas económicas e sociais.

5. Graças ao materialismo histórico, o socialismo aparecia «não como a descoberta casual desta ou daquela cabeça de génio, mas como o produto necessário da luta entre duas classes nascidas da História, o proletariado e a burguesia» (Ibidem, p. 77).

Se **o materialismo histórico** «apresentou» o modo de produção capitalista no seu contexto histórico e na sua necessidade para um período determinado, e, portanto, também a necessidade da sua queda», a descoberta **da lei da mais-valia** permitiu «pôr a nu o seu carácter intrínseco, que continuava oculto» (Ibidem, p. 78), mostrou o «motor económico» da substituição do capitalismo pelo socialismo.

Todavia, a inevitabilidade da queda do capitalismo não significa que ele desaparecerá por si mesmo, sem luta de classes e sem revolução socialista. Baseando-se nas conclusões do materialismo histórico e da economia política, o socialismo científico revelou as leis sociais e políticas da passagem do capitalismo ao socialismo e também as leis da construção da sociedade comunista.

À venda o Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

LEIA NESTE NÚMERO O ARTIGO

É POSSÍVEL ALARGAR E ORGANIZAR O PARTIDO

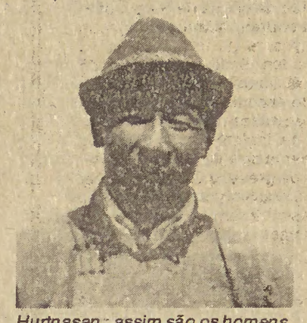
Uma interessante experiência numa freguesia rural onde há 6 meses o Partido tinha 3 inscrições e existem hoje mais de 70 camaradas

Temas vários

Mongólia: Do Feudalismo ao Socialismo-2

Urtnasan — o comunista-poeta que era motorista e se fez pastor

Na sua confortável yurta, redonda e espaçosa como todas, recoberta de feltro espesso e atapetada de peles, acompanhado da sua mulher e de seis dos seus filhos, a 15 quilómetros da yurta mais próxima, vive naquele lugar para 15 dias de pastoreio Urtnasan. Está ele e a sua família e os seus companheiros de trabalho que tinham vindo para a tarefa daquele dia: domar cavalos. Recebem-nos e aos camaradas do «Unen» que infatigavelmente nos acompanha com a grande taça de leite de égua que sempre se oferece, com as duas mãos, aos amigos. E no meio das canções que nas suas notas «longas» atravessam as planícies da Mongólia e vão de montanha em montanha e que ele próprio acompanhava numa espécie de violino tradicional, no meio dos poemas que escrevera para celebrar os amigos ausentes ou a beleza da sua terra — com a simplicidade de um homem do campo e a profundidade de um homem de vanguarda, Urtnasan conta como foi a sua vida.



Hurtnasan: assim são os homens das estepes da Mongólia

Da nossa enviada especial
Ivone Dias Lourenço

Militante do Partido, de profissão motorista, fez-se há oito anos pastor porque o seu «soumon» precisava de mais criadores. Cuida de 400 cavalos (além de várias ovelhas e alguns exemplares de gado bovino, que servem sobretudo para alimentar a família). É um criador de vanguarda, Herói do Trabalho: o gado de que se ocupa é de excelente qualidade e graças a infinitos trabalhos e sacrifícios e ao uso criterioso que faz dos meios que a colectividade criou para apoiar o seu trabalho (os estábulos, os poços, o serviço veterinário) as crias sobrevivem e a manada não sofre «perdas injustificáveis», um termo-chave da pecuária da Mongólia. Cerca de 10 por cento das cabeças de gado são propriedade da família, mas a sua manutenção faz-se também dos fundos da colectividade. O seu salário é de 500 «dugrics», que são quase exclusivamente destinados às necessidades culturais, uma vez que a sua actividade fornece os alimentos básicos e o ensino e a saúde nomeadamente são gratuitos.

Urtnasan tem 7 filhos — e é por isso que a sua mulher ostenta a medalha de «Mãe da Mongólia» e recebe um subsídio especial. Ela, que trabalha também na produção e tem o seu próprio salário (é responsável pela ordenha e pela conservação e parcial transformação do leite), sente-se protegida quando tem um novo filho: na sede do «soumon» ou do «aimak», numa clínica especial, entrará 14 dias antes do parto e sairá, se tudo estiver bem, uma semana depois do nascimento do filho. Tem 100 dias de férias de parto e durante 6 meses recebe o seu salário e ainda uma pensão suplementar correspondente a 40 por cento deste. Todos têm assistência médica assegurada: no centro do «soumon» ou, em caso de urgência, em postos-ambulâncias que se deslocam pelo território da Brigada em que está enquadrado.

No Verão, a família passa 14 a 18 dias na Casa de Repouso da Cooperativa ou nalguma casa de repouso especial.

No centro da Brigada, existe um clube com cinema e biblioteca. Duas vezes por semana faz-se a distribuição de jornais por cada yurta.

Os filhos de Urtnasan estão ainda uns na creche, outros na escola primária de 8 anos, no centro do «soumon». A filha mais velha terminou este ano a escola primária, fez o seu exame de aptidão e vai ingressar na Escola de Economia que funciona no centro da província.

A cooperativa do «soumon» de Hotont foi formada em 1949, com 22 pessoas e 700 cabeças de gado. Três anos depois, 50 por cento dos criadores de gado da região tinham aderido à cooperativa. 1959 foi, no plano nacional e ali também, o ano da vitória da colectivização: com a totalidade dos criadores de gado, a cooperativa estendeu-se por todo o território do «soumon». Hoje tem mais de 10 000 habitantes e detem o 5.º lugar na produção de cavalos: mais de 100 000 cabeças. Ocupa na província o primeiro lugar por terra cultivada: forragem, trigo, legumes. Tem um excelente parque de máquinas, técnicos e operários de vanguarda, e é assim que o curto período vegetativo de que dispõem dá já um alto rendimento.

Ali, com tais condições de vida, nomeadamente de estímulo e protecção à natalidade, de protecção à infância e à família, com a organização dos serviços de saúde e um intenso trabalho cultural e de propaganda, começa-se a perceber porque é que «são todos tão jovens», apesar da média de longevidade ter aumentado, de cerca de trinta anos que era nos primeiros anos da Revolução, para os actuais sessenta e cinco.

Urtnasan nunca nos disse que é um homem feliz. Mas a serenidade com que nos falou e mostrou a sua vida, o orgulho com que relatou os progressos do seu «soumon», a emoção com que nos falou de Portugal, do nosso Partido e da Reforma Agrária «em perigo», a alegria com que se entregou, em fim de festa, à organização de um torneio de luta (de que é, aliás, «elefante») e da corrida de cavalos entre a miudagem, fizeram dele, para nós, o símbolo do homem novo das estepes da Mongólia.

Nesta moderna fábrica de fiação, construída e equipada com a ajuda dos países socialistas, todos os técnicos e operários são mulheres. As mulheres, servas antes da Revolução, confinadas ao trabalho doméstico, são hoje 40 por cento dos trabalhadores da indústria e cidadãos de plenos direitos em todas as esferas da vida social.

A vitória do Socialismo

Mas a Mongólia não é evidentemente hoje só a estepe onde se prolonga, em novos moldes, a tradicional pastorícia nómada. As bases da industrialização foram lançadas, logo em 1922-23, com a exploração da primeira mina de carvão a céu aberto, em Nalaik (sendo então **oito** os operários mongois que nela trabalhavam!). São notáveis os progressos que nessa via desde então se registaram: à produção industrial cabe hoje mais de 40 por cento da produção global.

Também a agricultura nasceu com a Revolução. E nasceu, curiosamente, como a primeira zona do novo modo de produção socialista, quando, logo em 1921 e na decorrência da nacionalização da terra, foram criadas as primeiras explorações estatais agro-pecuárias. Esta medida teve um transcendente valor pedagógico (porque aí nasceram as novas relações sociais de produção e aí se começou a educação do homem novo) e uma importância económica que jamais deixou de crescer: modestamente, de início, como nos dizem os números de 1940, que reduzem a agricultura a 0,4 por cento da produção total agro-pecuária, hoje num progresso que se acelera, que a faz ocupar já 20 por cento no conjunto dessa produção.

Em 1960, o cumprimento das tarefas principais postas pela etapa socialista da Revolução popular tinha erguido já as bases do socialismo. O elemento decisivo, tarefa das mais difíceis da Revolução, fora a vitória da cooperação, em bases socialistas, na exploração da terra e na criação do gado. Em consequência, as relações de produção socialistas puderam afirmar-se em todos os ramos da economia nacional e a estrutura social sofreu uma transformação qualitativa. Votada nesse mesmo ano de 1960, a nova Constituição da RPM proclama: «A República Popular da Mongólia é um Estado socialista dos operários, dos criadores de gado, organizados em cooperativas, dos camponeses e dos trabalhadores intelectuais, baseado na aliança da classe operária e dos criadores de gado em cooperativas».

A nova fase de desenvolvimento em curso é pois a da conclusão da edificação da sociedade socialista.

A Revolução cultural

Desde os primeiros dias da instauração do poder popular grandes esforços foram feitos para alfabetizar a população, lançar as bases de um sistema de instrução pública, divulgar os conhecimentos científicos modernos, formar intelectuais, desenvolver a arte e a literatura revolucionárias.

À parte os lamas (que viviam encerrados nos mosteiros, lendo e escrevendo em tibetano textos religiosos) a população era totalmente analfabeta. Sabe-se, por exemplo, que no período da Revolução havia em toda a Mongólia unicamente sete mulheres que sabiam ler. O isolamento, a crendice própria de uma sociedade feudal ou pré-feudal, o peso de uma religião particularmente retrógrada e deformadora mantinham o povo da Mongólia num estádio cultural dos mais atrasados em todo o mundo.

Para o avanço da revolução cultural foram particularmente importantes os êxitos que se iam obtendo no desenvolvimento económico, e também a adopção de uma nova escrita, a partir do alfabeto cirílico acrescentado de dois caracteres. Por volta de 1960, no conjunto a população foi considerada alfabetizada.

Hoje, mesmo entre os mais velhos, não há ninguém que não saiba ler. A escola obrigatória de oito anos está a ser rapidamente substituída pela de dez anos, já em vigor nas cidades e centros de província. Escolas secundárias especializadas, a Universidade Estatal e muitas outras escolas superiores, institutos científicos e de pesquisa estão abertos a toda a população porque o ensino é gratuito. A ciência, a as artes plásticas e a literatura, a música e o teatro florescem na Mongólia socialista. Entre os jovens, é difícil encontrar quem não tenha um curso médio ou superior. No colectivo da Redacção do «Unen», por exemplo, existem 80 camaradas (20 dos quais trabalham permanentemente na província) e todos têm instrução superior, pelos menos de jornalismo, com cursos tirados na Universidade de Ulan-Bátor – o que é um bom exemplo a dar num país como o nosso, «oito séculos de civilização» onde ainda não existe uma escola de jornalismo e todos os profissionais se fazem na «tarimba»...

Se a Mongólia rural de hoje é o resultado da adaptação revolucionária de forças produtivas pré-existentes às novas relações de produção características do socialismo, a industrialização – sem a qual é impossível criar as bases materiais do socialismo e fazê-lo triunfar – é o exemplo da **criação integral** de novas forças produtivas.

De facto, a Mongólia pré-revolucionária não tinha indústria. Não tinha sequer artesanato: naquele sistema de economia natural, o escasso número de objectos de uso doméstico, ou os artigos de luxo ou adornos que enfeitavam a vida da aristocracia (modestos, pelo que se pode hoje ver nos museus), eram trazidos sobretudo da China e vendidos (normalmente em troca de gado) pelos comerciantes chineses.

Pequenos embriões de indústria, no começo dos anos 20 (como a tipografia de Ulan-Bátor, hoje um grande complexo poligráfico, onde trabalhou o grande dirigente da Revolução que foi Suh-Bátor), foram sendo acrescentados com a criação das primeiras grandes empresas e do combinado industrial de Ulan-Bátor, que começou a laborar em 1934. Mas é com o I Plano Quinquenal, a partir de 1948, e principalmente depois do III Plano, em 1961-65, que a indústria mongol começa realmente a desenvolver-se. Hoje, a produção industrial de 1940 é realizada em 15 dias e, em 1977, à produção industrial cabia 40,2% da produção global.

Com a produção industrial nasceu a classe operária.

Ulan-Bátor, com os seus cento e vinte mil operários, a sua central eléctrica, a metalurgia, as empresas de produtos alimentares, a sua grande fábrica de tapeçaria, a de tratamento de peles, é hoje uma grande cidade industrial que se pareceria com todas as outras grandes cidades industriais se não fora, logo à primeira impressão de quem a vê, ao fim da tarde, repovoar-se subitamente dos trabalhadores que cumpriram a sua tarefa daquele dia aquela (mais uma vez) surpreendente juventude. Quando se lhes pergunta pela idade da reforma (que na RPM é dada, no máximo, aos 60 anos) tem-se invariavelmente como resposta uma grande risada: é o mesmo que lembrar a um adolescente os tempos em que vai ser avô.

É que a classe operária, classicamente obreira da Revolução, foi aqui um fruto da Revolução. Nasceu liberta, jamais conheceu a exploração – e essa é mais uma das exemplaridades revolucionárias da Mongólia Socialista. Mas teve que fazer em curtos anos – directamente saída dos campos e pouco numerosa – a rápida e difícil aprendizagem de todas as capacidades técnicas, da capacidade de organização que os seus irmãos de classe adquiriram, sob o capitalismo, ao longo de gerações. Fê-lo, no quadro das leis objectivas do modo de produção socialista, à custa de uma elevada mecanização e de uma acelerada qualificação técnica o que lhe dá hoje uma outra notável particularidade: a maior parte dos trabalhadores da indústria têm estudos superiores ou secundários, são em cerca de 70% operários altamente especializados, técnicos e cientistas directamente empenhados na produção.

Actualmente, considera-se como uma das grandes realizações da classe operária mongol a educação da camada operária de **origem operária**, a nova geração dos construtores activos das riquezas materiais, dos construtores conscientes do socialismo, que dão um notável exemplo de aplicação ao trabalho e de colectivismo. Os trabalhadores de Ulan-Bátor referem com orgulho que cerca de metade dos que actualmente trabalham nas grandes empresas da cidade são operários e técnicos já de origem operária.

Foi nesta via que a estrutura da classe operária mudou radicalmente e esta se fez a força dominante que é hoje na sociedade mongol. Foi assim que a Constituição pôde formular: «A RPM é o Estado socialista (...) baseado na aliança da classe operária e dos cultivadores cooperados».

Fora antes «o Estado democrático revolucionário do povo» baseado na **aliança dos criadores de gado com a classe operária internacional** – a «aliança com uma Revolução proletária vitoriosa» de que falava Lenine, a Aliança com a União Soviética.

E assim se cumpriu o internacionalismo proletário

A ajuda do povo soviético começou com a própria Revolução na Mongólia, na ajuda militar para a defesa das fronteiras, no envio de técnicos e maquinaria, nos empréstimos que se destinaram a financiar o rápido desenvolvimento dos ramos imediatamente mais rentáveis (então ligados exclusivamente à pecuária) para daí partir a industrialização e a criação dos novos ramos da economia.

Essa ajuda, como posteriormente a ajuda dos restantes países socialistas e o programa de apoio ao desenvolvimento da economia na Mongólia que em 1972 o CAME aprovou, sempre foi dirigida no sentido do desanuviamento autónomo e multilateral da RPM. De início foi evidentemente necessário ajudar também com alimentos e objectos manufacturados. Mas desde sempre e cada vez mais, trata-se de apetrechar a Mongólia com um parque industrial que lhe permita desenvolver os seus próprios recursos e integrar-se em regime de paridade na divisão internacional de trabalho que liga toda a comunidade socialista.

De tudo isto se fez «a amizade que não será quebrada por força nenhuma», afirmada nos documentos oficiais, reafirmada na sessão solene comemorativa do 57.º aniversário da Revolução, repetida diariamente por cada cidadão mongol.

Os quadros soviéticos e dos outros países socialistas são sempre bem-vindos à terra mongol – vêm sempre como amigos. Quando partem, essa amizade é feita de mil laços indestrutíveis – pudémos verificá-lo na comovente partida do último técnico da RDA da fábrica de tapeçaria «Wilhelm Pieck» que há sete anos os camaradas alemães montaram, com a sua maquinaria e os seus quadros, e onde hoje trabalham 500 operários, técnicos, gestores, todos de nacionalidade mongol.

É a amizade que se reforçou, e não apenas pelo trabalho que foi feito em comum: à frente de cada máquina ou de cada painel de direcção ficou **um filho do povo mongol** – que assim não só **quer** mas **pode** comandar o seu próprio destino.

«Uma experiência única»

O camarada Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP, teve também recentemente a oportunidade de permanecer durante alguns dias na Mongólia. Pareceu-nos oportuno registar o seu depoimento acerca dessa visita, tendo Carlos Costa declarado ao "Avante!":

A Revolução Mongol constitui uma experiência até agora única, original e riquíssima para o movimento comunista internacional — exemplo típico de Revolução Socialista realizada a partir das condições extremas mais adversas à possibilidade de êxito de uma Revolução Socialista.

De facto, se pensarmos que a Revolução Mongol se iniciou num país onde predominava uma sociedade feudal atrasadíssima, uma sociedade feudal que ainda não conhecia no seu seio qualquer formação capitalista, onde não existia ainda, portanto, uma burguesia e o consequente proletariado; num país sem agricultura e sem pesca; num país de clima dificílimo durante a maior parte do ano, o que evidentemente dificulta à partida qualquer aumento de produção indispensável aos investimentos reprodutivos; num país em que grande parte do solo é desértico (o país do Gobi e do Altai); num país com uma pequena população que estava em declínio, dispersa por uma vastíssima área, nómada ou fixada em conventos religiosos; num país quase totalmente analfabeto e onde os não analfabetos eram quase todos "lamas"; num país em que quase toda a população era profundamente religiosa, com a particularidade de se tratar de uma religião fechada em si mesma, fechada à vida e ao progresso; num país situado no interior do continente asiático atrasado, sem saída para o mar e, por isso, de muito difícil contacto com os países mais desenvolvidos; – se pensarmos em tudo isto, parece ser impossível a realização de uma Revolução Socialista num país que reúne simultaneamente todas estas tão extremamente adversas condições para a realização de Revolução Socialista.

Uma coisa é, porém, certa. Neste país constrói-se o socialismo. A Revolução Socialista foi aqui possível. Uma primeira conclusão se pode tirar: a vida, a história real dos povos é infinitamente mais rica do que o que qualquer pensamento preconceituoso é capaz de imaginar. E é a vida real que os marxistas-leninistas têm que estudar, é aí que têm de colher as experiências para em seguida as generalizar e aplicar de uma maneira criadora, isto é, de uma maneira sempre nova.

A realização de uma Revolução Socialista nas condições da Mongólia representa, portanto, necessariamente, uma experiência riquíssima, cujo estudo deve constituir uma nova, original e importante contribuição ao marxismo-leninismo. Esta contribuição assume hoje tanto maior importância quanto é certo que povos onde predominam sociedades atrasadas se encaminham para o socialismo sem esperar pelo desenvolvimento e generalização do capitalismo nos seus países. **Tal "salto" é possível e só é possível porque existem no mundo de hoje duas condições fundamentais: uma ciência da sociedade em desenvolvimento constante – o marxismo-leninismo;** e uma realidade histórica – a União Soviética e os outros países socialistas – em que se podem apoiar povos que, isoladamente, seriam certamente esmagados pelo imperialismo se tentassem empreender sozinhos a Revolução Socialista.

Naturalmente que a Revolução Mongol contém ensinamentos universalmente válidos, isto é, válidos para todos os povos do mundo. Um destes ensinamentos é, certamente, o do valor da amizade com o Partido Comunista mais experiente do mundo – o PCUS – e com a grande e poderosa União Soviética. Mas os ensinamentos da Revolução Mongol terão naturalmente maior importância para os povos em que se verifiquem simultaneamente alguns dos condicionalismos que a Revolução Mongol teve de enfrentar.

Não é possível realizar uma Revolução Socialista sem cometer erros e erros graves. Evidentemente que quanto mais difíceis são as condições de que se parte, maior é a probabilidade de tais erros. Não é possível ter êxito sem se seguir uma linha geral justa, capaz de, a cada passo, superar os inevitáveis erros.

A Mongólia é o exemplo típico brilhante de realização de uma Revolução Socialista (construção do socialismo) nas condições extremas de dificuldades. O PRPM é, pois, o depositário de uma das mais ricas experiências revolucionárias que a História Universal pôde até hoje registar. O estudo desta experiência pode poupar a outros povos graves erros, isto é, energias e tempo preciosos para a mais rápida edificação do socialismo. Cada povo tem de vencer dificuldades e empreender caminhos novos que nunca os outros enfrentaram e empreenderam. Mas tem também de enfrentar dificuldades que já outros, à sua própria custa, aprenderam a superar. O internacionalismo proletário é também esta ajuda que uns povos podem dar a outros, que uns povos podem receber de outros.

A riquíssima experiência do PRPM e a história da República Popular da Mongólia podem e devem tornar-se uma fonte de enriquecimento do marxismo, uma fonte de ensinamentos para outros partidos e povos que empreendem, em condições particularmente difíceis, a construção do socialismo.

O valor de um povo não está no seu número mas nas suas realizações históricas. Construindo o socialismo nas condições em que o fez e está fazendo, o heróico povo mongol realiza um feito histórico de projecção universal.

Semana

23 **Quarta-feira**

1944 — Libertação da Roménia com a participação decisiva do Exército Vermelho.

A Imprensa dá a conhecer que na véspera morrera o conhecido escritor italiano Ignazio Silone. ■ O governo dos EUA anuncia a intenção de vender 3 milhões de onças de ouro, como medida para salvar o dólar. ■ Em Londres, quatro advogados afirmam terem provas de que o massacre de missionários na Rodésia foi cometido por tropas de Ian Smith, no intuito de o atribuirem às Forças de Libertação. ■ Daniel Arap Moi, ministro do Interior do Quénia, é considerado favorito na sucessão ao presidente Jomo Kenyatta, recentemente falecido. ■ O desemprego volta a aumentar na Inglaterra. Segundo os últimos dados estão desempregados cerca de 1 608 316 pessoas. ■ No intuito de impedir a continuação da greve, o Exército ocupa, no Peru, as instalações mineiras. ■ Em Washington, um porta-voz do Pentágono confirma que raios "laser" foram utilizados como arma de guerra em diversas experiências.

24 **Quinta-feira**

1946 — É fundada a União Internacional dos Estudantes.

No Irão, tropas governamentais carregam sobre manifestantes que na cidade de Abadan acusavam o governo do Xá de ser o responsável pelas quatrocentas mortes por fogo posto no cinema local. ■ De Manágua, capital da Nicarágua, partem os guerrilheiros sandinistas e os presos políticos libertados pelo governo de Somoza, na sequência do sequestro, iniciado há dois dias, de um milhar de reféns no Palácio Nacional. ■ Na Islândia, os sociais-democratas recusam-se a participar no governo a formar pelo dirigente comunista, Ludovik Joseffson, tornando inviável a iniciativa deste. ■ O candidato oposicionista brasileiro, general Euler Bentes Monteiro, é confirmado pela Convenção Nacional do Movimento Democrático Brasileiro. Na votação secreta efectuada, a esmagadora maioria dos votos são a seu favor. ■ Jactos sul-africanos bombardeiam uma escola no sul da Zâmbia a pretexto de "represália" por um ataque de guerrilheiros na Namíbia.

25 **Sexta-feira**

1918 — Nasce o maestro e compositor norte-americano Leonard Bernstein.

Na Nicarágua, as forças da oposição ao regime ditatorial de Somoza declaram uma greve geral por tempo ilimitado. ■ Os controladores franceses do tráfego aéreo recomeçam a greve de zelo. A anterior greve causara grandes perturbações nos principais aeroportos da Europa. ■ Em Roma, inicia-se a cerimónia da abertura do Conclave que deverá eleger o sucessor de Paulo VI. ■ Na Islândia, a formação do Governo é entregue ao Partido do Progresso. ■ Na ONU, os países africanos pedem a reunião urgente do Conselho de Segurança para debater a agressão sul-africana à Zâmbia. ■ Greves e manifestações sucedem-se na cidade brasileira de S. Paulo. A censura proíbe os órgãos de comunicação de falarem em greves ou paralisações. ■ Os países da CEE, o Canadá e a Austrália abandonam a Conferência das Nações Unidas sobre o racismo. O motivo: ter sido aprovado um texto em que se recorda que Israel pratica a discriminação racial e colabora com o regime de "apartheid" da África do Sul.

26 **Sábado**

1896 — Insurreição armada nas Filipinas contra a colonização espanhola.

No mesmo dia em que começa o escrutínio para a eleição do novo Papa e contrariando a opinião de que o Conclave seria prolongado, é escolhido o Sumo Pontífice, cardeal Albino Luciani, que adopta o nome de João Paulo I. ■ Parte para o espaço a "Soyuz-31", com dois tripulantes a bordo, um cosmonauta da RDA e outro soviético. A nave irá atracar ao complexo orbital "Salyut-6" que se encontra tripulado por dois cosmonautas soviéticos. ■ O primeiro-ministro do Lesotho visita a República Popular de Moçambique onde assina acordos entre os dois países. ■ A greve geral na Nicarágua alastra a mais cinco cidades e tem como fim exigir a demissão do ditador Somoza. ■ O Xá do Irão nomeia novo governo. No entanto, a oposição classifica as alterações como "superficiais e temporárias". ■ A Assembleia Constituinte do Peru aprova o artigo que define as suas funções. O texto aprovado declara que a "Assembleia Constituinte, como expressão da vontade popular é livre, autónoma e soberana. As suas finalidades são, essencialmente, aprovar uma nova Constituição política do Estado, decretar normas que a complementem e adoptar as decisões de interesse nacional que julgue necessárias". ■ Com 78 anos, morre em Phoenix, EUA, o actor Charles Boyer.

27 **Domingo**

1770 — Nasce, em Estugarda, o filósofo Frederik Hegel.

O primeiro-ministro israelita, Menahem Begin, declara que não apresentará quaisquer alternativas ao seu "plano de paz" na próxima cimeira de Camp David, nos EUA. ■ Em virtude da divulgação de um documento secreto sabe-se que as multinacionais, nomeadamente a General Motors, pediram ao governo da África do Sul a criação de milícias privadas. Desconhece-se a resposta daquele governo racista. ■ O Partido Socialista Operário Espanhol manifesta a sua intenção de pedir a realização de novas eleições após a concretização do processo constitucional. ■ O príncipe herdeiro da Arábia Saudita declara, numa entrevista, que o seu país não tenciona aumentar o preço do petróleo este ano e que continuará a utilizar o dólar como moeda básica no comércio internacional de ramas.

28 **Segunda-feira**

1850 — Nasce Kemal Ataturk, grande político turco. Após depor o sultanato otomano proclama a república e a laicização do Estado.

O Papa João Paulo I reconduz nos cargos todos os principais responsáveis e funcionários do Vaticano que tinham trabalhado com Paulo VI. ■ Na Nicarágua, os empresários aderem em grande parte à greve geral que se propõe contribuir para o derrube do ditador Somoza. ■ O Partido Comunista Peruano critica a recente lei dos municípios por marginalizar o voto dos analfabetos e pede que essa legislação fique em suspenso até à sua definição na Assembleia Constituinte. ■ Segundo a Imprensa francesa, forças vietnamitas teriam cercado duas divisões cambodjanas, num total de 16 mil homens. ■ O banco central dos EUA adopta mais uma medida interna para defender a cotação do dólar.

29 **Terça-feira**

1842 — Com o Tratado de Nanquim, o primeiro que iria espoliar a China da soberania do seu território, a Inglaterra apossa-se de Hong-Kong.

É conhecido que na Nicarágua foi aniquilada pelas forças do ditador Somoza uma tentativa de golpe de Estado levada a cabo por soldados e civis. ■ A população escolar na Guiné-Bissau cresceu nos últimos quatro anos em cerca de 100 por cento, segundo as informações oficiais daquele país. ■ O presidente da China, Hua Kuo-Feng, chega à capital do Irão para uma visita oficial, vindo da Jugoslávia onde permaneceu oito dias. ■ Em Espanha prossegue a vaga terrorista. Duas esquadras de polícia são atacadas à bomba. Na véspera quatro polícias tinham sido, abatidos a tiro por pessoas não identificadas, mas que certos observadores identificam com o partido basco, ETA.

África: crescente envergadura do movimento de libertação

O mês de Agosto foi rico em factos que caracterizam de forma clara a política do imperialismo no continente, ressaltando simultaneamente a crescente envergadura do movimento de libertação e a importância da solidariedade internacional com as forças progressistas que – em África – se batem contra o neocolonialismo, contra o «apartheid».

Nos últimos dias da primeira quinzena do mês, o governo da República Popular do Congo desmantelou uma conspiração internacional para derrubar o regime, prendendo os principais responsáveis do golpe em preparação, enquanto se exaltavam os laços que unem o Congo à comunidade socialista em sessão comemorativa do início do processo revolucionário no país, e se intensificava a vigilância popular, unindo nessa acção as Forças Armadas e as milícias populares. O governo da República Popular do Congo denuncia o golpe frustrado como tendo sido preparado a partir de alguns países capitalistas.

No dia 24, jactos sul-africanos violaram as fronteiras zambianas e bombardearam uma escola, a pretexto de «represália» pelo ataque da SWAPO, movimento de libertação da Namíbia, contra as tropas ocupantes da África do Sul, ataque que constitui um momento alto na longa luta de libertação do povo da Namíbia.

A Conferência Mundial de Luta Contra o Racismo encerrou, em Genebra, com uma declaração final aprovada por maioria, em que se realçam ou denunciam questões muito importantes como: as crescentes relações económicas e militares entre o Estado sionista de Israel e o regime racista da África do Sul, a identificação do sionismo como forma de racismo, a qualificação de «apartheid» como forma extrema de racismo institucionalizado, a condenação dos mercenários e da colaboração das multinacionais com os países racistas, a necessidade de sanções económicas obrigatórias, incluindo o embargo petrolífero, contra a África do Sul. Vários países capitalistas, em particular os países da CEE, abandonaram a Conferência quando tiveram conhecimento do texto final da declaração.

Os Estados Unidos e a Inglaterra dividem-se entre o pessimismo e o optimismo em relação às suas tentativas de uma solução política no processo de descolonização do Zimbabwé. As propostas de Londres e de Washington esbarram com a consequente posição da Frente Patriótica, que reivindica a sua concretização em termos de passagem real do poder para os legítimos representantes do povo do Zimbabwé – e naturalmente o poder é também o poder militar. Esbarram com a recusa de Smith em aceitar uma solução que negue o prosseguimento de uma política neocolonialista. À proposta de Londres, como potência colonizadora (uma reunião com a participação de todas as partes), a Frente responde sim com a condição de que os fantoches negros do «acordo interno» não surjam como «partes», e a Grã-Bretanha constitua a única entidade com voz activa para além do movimento de libertação, exigindo a liquidação do regime de Smith com o consequente desmantelamento das forças militares rodesianas e a sua substituição pelos guerrilheiros da Frente. Enquanto isso, Smith – à sua maneira – deixa claro o fundo do problema. Em declaração pronunciada na TV, quando os brancos abandonam o país a um ritmo crescente que já atinge os mil por mês, e referindo-se à lógica exigência da Frente de desmantelamento das actuais forças armadas do país, Smith declara: «Penso que isso teria um série efeito desmoralizador sobre as nossas forças de segurança. Poucas coisas poderiam fazer-nos tanto mal e prejudicar tanto o nosso futuro como desfazermo-nos das nossas forças de segurança». Assim, enquanto as forças da Frente ganham novas posições, as propostas do capital perdem-se nos corredores escusos duma deliberada indefinição.

O imperialismo tenta um golpe contra-revolucionário no Congo – e o golpe é derrotado. Apoia de facto a África do Sul, também na Namíbia – e o movimento de libertação avança novos passos. Furta-se às conclusões de Genebra sobre o racismo e o «apartheid» denunciando implicitamente a sua cumplicidade na manutenção desses problemas candentes dos nossos dias. Manobra, sem êxito, na Rodésia. Desmascara-se e perde posições.

A Rodésia tem surgido, em certa medida, como um campo de ensaio das várias manobras possíveis e constitui, enquanto tal, um exemplo elucidativo. É o apoio económico decisivo e indesmentível, assim como o apoio militar, que se concretiza também no fornecimento de mercenários (segundo a Frente, 1500 mercenários norte-americanos lutam ao lado dos rodesianos). É a multiplicidade de manobras: a cobertura de facto do «acordo interno», a promoção de um acordo em que a Frente ficasse manietada, sem poder militar nem político e o povo do Zimbabwé com «liberdades» simbólicas. É a promoção de «comícios» de apoio ao «acordo interno», em que o vazio popular é total. É uma propaganda sistemática destinada a apresentar os guerrilheiros como um bando de criminosos que ataca escolas e mata missionários, factos que a Frente nega categoricamente.

Mas nenhuma destas manobras, no Zimbabwé como outros pontos do continente, está a alcançar os resultados almejados. E, entretanto, o movimento de libertação cresce e fortalece-se.

Irão: carta aberta ao presidente Carter

Face ao ascenso da luta popular no Irão, o Xá optou por um velho recurso: alterações no governo, algumas medidas pretensamente liberalizantes, para que a estrutura se possa manter, para já, sem maiores abalos. A isto se soma o esboço de uma tentativa de divisão, entre sectores islâmicos progressistas e as outras forças populares, contemplando algumas reivindicações de carácter religioso.

Mas a realidade, a dura realidade vivida pelo povo do Irão, nada tem a ver com a demagogia do Xá.

Transcrevemos largos e esclarecedores extractos de uma Carta Aberta dirigida ao presidente norte-americano por 28 personalidades iranianas da vida política, social e cultural – que nos dá conta da situação real do Irão, do apoio decisivo de Washington ao regime fascista do Xá.

Um golpe de Estado organizado pela CIA

«Dirigimo-nos especialmente a si (presidente Carter) porque sempre declarou e prometeu durante as eleições e quando se tornou presidente dos EUA que defenderia os direitos do homem no mundo inteiro. Mas entretanto, apoia incondicionalmente a política do Xá do Irão que transformou este país num imenso e sangrento campo de concentração.

Senhor Presidente,

Como sabe perfeitamente, o actual regime do Xá do Irão foi imposto ao povo iraniano graças ao golpe de Estado antinacional de 1953, golpe de Estado organizado pela vossa CIA e os conselheiros militares de serviço no Exército iraniano. Eles provocaram, assim, a queda do governo legítimo do grande patriota, Dr. Mohammed Mossadegh, que foi preso, julgado e condenado.

Desde então, o regime do Xá, para preservar a putrefacta monarquia e pilhar desavergonhadamente as riquezas nacionais da nossa pátria, conseguiu transformar o nosso país numa monstruosa prisão, um centro de tortura e de assassinatos onde morrem os patriotas e progressistas iranianos, e isto com o apoio incondicional do governo dos Estados Unidos e a colaboração dos milhares de especialistas norte-americanos que praticamente dominam a organização criminosa SAVAK, a polícia e a guarda nacional iranianas. Este regime anulou e desenraizou qualquer sombra de liberdade e de direitos humanos. No decurso dos últimos 25 anos, o regime do Xá atirou para a prisão dezenas de milhares de patriotas de diversas tendências políticas. Eles eram simplesmente culpados de pretender a liberdade, de querer a independência nacional. Milhares de entre eles foram assassinados, quer condenados pelos tribunais, quer pela tortura. Muitos foram abatidos nas ruas.

Senhor Presidente,

Sem dúvida está informado de que nestes últimos dois anos mais de 250 presos políticos foram fusilados. Uma questão se coloca ao povo iraniano: porque nunca protestou contra estes crimes do Xá?»

Rendimento nacional e repressão

«Mais de metade do rendimento total do petróleo, 25 biliões de dólares por ano, ou seja 30% do orçamento nacional, é consagrado à manutenção de um exército absolutamente desproporcionado em relação às necessidades de defesa do país. Este exército tem como tarefa imediata reprimir os movimentos progressistas e pela independência, não só no Irão, mas também nos países vizinhos.

O orçamento da SAVAK, esta infernal organização policial que em 1977 era de 800 milhões de dólares, atingiu em 1978 um bilião de dólares.

Contra a repressão no Irão, solidariedade internacional

Mais de um bilião de dólares da nossa riqueza nacional é anualmente destinada a pagar e manter 30 000 especialistas norte-americanos que transformam o exército iraniano num exército mercenário ao seu serviço.»

O ascenso da luta popular

«De Janeiro a Maio de 1978, em 26 das maiores cidades do Irão, centenas de milhares de pessoas mostraram, através de manifestações, o seu ódio ao regime do Xá e o seu protesto. Estas manifestações foram reprimidas com uma incrível selvajaria pelo exército e pela SAVAK. Como resultado da repressão, mais de mil pessoas foram mortas, muitos milhares feridas e 8 a 10 mil foram presas. O regime tenciona pô-las à disposição dos tribunais de triste fama e espera-as um futuro de sofrimento e de espera. Este é o último modelo da «liberdade concedida pelo Xá».

O Xá pretende que esta imensa vaga de protesto sem precedentes é obra da «reacção negra» e da «reacção vermelha» que tentariam impedir a sua «política progressista». Mas os correspondentes e os comentaristas dos maiores diários dos países ocidentais, nomeadamente do vosso país, tiveram de confirmar que na verdade esta torrente de protesto vem de todo o povo iraniano.»

Porquê o silêncio de Carter?

«O vosso silêncio sobre os crimes do regime do Xá não estará directamente ligado:

— à compra de armas aos Estados Unidos no valor de 25 biliões de dólares no decurso dos seis últimos anos;

— à promessa de outras compras de armas por dezenas de biliões de dólares, ao vosso país?»

O povo argentino luta pela democracia

Em 24 de Março de 1976, um golpe militar derrubou o governo peronista que, depois da morte do dirigente do movimento justicialista Juan Peron (5 de Junho de 1974), levou a Argentina a uma situação caótica, como consequência da administração central ter caído nas mãos de um grupo de aventureiros direitistas chefiados por Lopez Rega. Estes fomentaram a organização de bandos fascistas que desencadearam uma onda de raptos e assassinatos políticos, enquanto no plano económico se iniciava uma fase de drásticos golpes contra conquistas históricas da classe operária e do povo.

Para a queda da administração da presidente Maria Estela Peron, convergiram as diferentes tendências que se manifestavam nas Forças Armadas. Em termos gerais pode-se dizer que havia duas grandes linhas de orientação nas Forças Armadas: a que se polarizou em torno do Comandante General do Exército, tenente-general Jorge Rafael Videla, muito heterogénea, que integra militares com concepções desde a democracia avançada às conservadoras; e os elementos claramente partidários da implantação de um regime similar ao de Pinochet no Chile.

Desde a instalação da Junta Militar, integrada pelos três comandantes das Forças Armadas – almirante Emilio Massera, brigadeiro Orlando Agosti e tenente-general Videla – e até hoje, em que Videla, em 1 de Agosto, foi transformado em presidente da República e substituído por Viola na Junta Militar, **essa diferenciação no seio das Forças Armadas não só subsiste, como tende a acentuar-se, fazendo prever momentos de definição.**

A existência de linhas e concepções distintas dentro das Forças Armadas é um facto objectivo e insubstimável em qualquer análise política da realidade argentina. E essa diferenciação é tomada em consideração pelos comunistas e por todas as forças democráticas ao traçar as suas linhas estratégicas e tácticas.

A partir daquele Março de 1976, as Forças Armadas decidiram declarar guerra sem quartel aos grupos esquerdistas. Simultaneamente triunfou a tendência para manter na legalidade os partidos políticos – incluindo o Partido Comunista –, embora suspendendo a actividade partidária dos mesmos. A decisão de que os comunistas sejam respeitados como as outras forças políticas, é um facto novo na triste história de golpes e contragolpes de Estado promovidos pelas Forças Armadas.

Entretanto, a Confederação Geral de Trabalhadores (central única) e uns setenta sindicatos foram objecto de intervenção militar, sendo suspenso o direito constitucional de greve. Apesar disso, **o movimento operário continuou a manifestar-se através de diversas formas de luta, nomeadamente paralisações, principalmente por reivindicações de carácter económico e como protesto contra o desaparecimento ou o assassinato de dirigentes sindicais, lutas que em muitos casos foram coroadas de êxito.**

O patronato aproveitou a legislação repressiva para despedir vários milhares de dirigentes operários (em particular os mais consequentes e combativos). Até agora predominou entre os militares a tendência para não reagir violentamente, com a repressão, às lutas operárias, mantendo-se o diálogo tanto com dirigentes de sindicatos intervencionados como não intervencionados.

Bandos de extrema-direita promovem terrorismo

A forte repressão organizada contra as organizações esquerdistas não foi acompanhada de qualquer forma de luta contra os bandos armados da extrema-direita que, com o apoio das correntes mais à direita das Forças Armadas e do aparelho policial, continuaram a desencadear uma verdadeira avalanche de raptos, tortura e assassinatos, de que foram vítimas tanto militantes esquerdistas como figuras e personalidades democráticas, sindicais, políticas e da vida social e cultural do país, para além de figuras civis e militares vinculadas ao presidente Videla. Desta forma, somam milhares os desaparecidos, para além dos presos políticos sem qualquer processo instaurado. Hoje estão nas prisões 117 militantes do Partido Comunista da Argentina, e 109 foram raptados sem que se lhes conheça o paradeiro, temendo-se pela vida de muitos deles.

Todas as forças democráticas argentinas pronunciaram-se, e lutam dentro do seu país, contra o terrorismo, manifestando-se simultaneamente contra as atitudes aventureiras do esquerdismo. Exige-se o respeito da pessoa humana, em cuja defesa passou a ter um lugar de destaque a Igreja Católica, a Assembleia Permanente dos Direitos Humanos, a Liga Argentina pelos Direitos do Homem e o Movimento Ecuménico pelos Direitos Humanos.

O objectivo do terrorismo – por detrás do qual está a CIA – é criar um clima de medo generalizado que paralise a acção das massas e possibilite a instalação de um regime de tipo «elitista», que facilite a penetração do imperialismo.

Em múltiplos discursos o presidente Videla pronunciou-se contra o corporativismo e como partidário de «uma democracia renovada e pluralista». Defendeu, por outro lado, o «diálogo» pela «unidade nacional» afirmando, ao mesmo tempo, a necessidade de formação de um governo de «convergência cívico-militar».

Tanto os comunistas como as outras forças democráticas, dentro e fora das esferas militares, apoiaram estas posições do presidente Videla acentuando, por seu lado, que tal «diálogo» deve realizar-se com os verdadeiros representantes do povo para que dele surja um programa capaz de arrancar a Argentina da profunda crise em que se debate. **Para isso – defendem – devem eliminar-se todas as restrições que pesam sobre os partidos e os sindicais com vista à institucionalização de um Estado de direito.**

Na verdade, os planos políticos esboçados pelo presidente Videla encontram sérios obstáculos, principalmente pela acção persistente de grupos repressivos para-policiais e para-militares, cuja existência se reconhece oficialmente mas que até agora o «videlismo» não desarticulou.

Por outro lado aplica-se uma política económica profundamente impopular, baseada nos princípios da «livre empresa», que favorece a concentração monopolista em benefício de certas empresas estrangeiras e de um pequeno núcleo vinculado às exportações agro-pecuárias.

A política económica seguida pelo ministro José Martinez de Hoz, aprofundou ainda mais a crise estrutural numa economia em que predominam os grandes latifúndios, enquanto na indústria e no comércio, das 150 empresas fabris com maior facturação, 89 correspondiam, em 1977, ao capital estrangeiro (mais de metade delas com precedência norte-americana).

A inflação atinge números espantosos, com um aumento de 186% entre Abril de 77 e Abril de 78. Fontes sindicais afirmam que o salário real diminuiu, no mesmo período, entre 40 a 50%. No primeiro trimestre deste ano – de acordo com números oficiais – o produto bruto industrial caiu em 11,5% e o agro-pecuário em 7%.

Unir forças contra o «pinochetismo»

A grande maioria das forças políticas, os sindicatos, o campesinato, o empresariado nacional e alguns sectores das Forças Armadas, criticam severamente esta política económica. Enquanto lutam para derrotar tal esquema de «livre empresa», e para acabar com os métodos repressivos ilegais, não deixam de ter em consideração o processo de diferenciação que existe no seio das Forças Armadas. Porque se trata, no essencial, de unir todas as forças antifascistas dentro e fora do governo, para fazer frente aos perigos que emanam dos «pinochetistas» argentinos que não abandonaram os seus planos para apoderar-se de todas as alavancas do poder e desencadear um verdadeiro banho de sangue no país.

De facto, as acções dos esquerdistas – que, desde a morte de Juan Peron, concentraram as suas actividades nos atentados indiscriminados contra militares – contribuiram e contribuem, apesar da sua actual desarticulação, para os planos da extrema-direita, que pretende agravar a repressão, impedir o diálogo e a convergência cívico-militar, aniquilar as relações entre a Argentina e os países socialistas, etc., coincidindo com os planos do Pentágono para a formação de um bloco militar no Atlântico Sul.

São evidentes os perigos de um novo golpe militar. Entretanto os factos indicam que, paulatinamente, se vão fortalecendo no Exército as correntes não pinochetistas, num processo ziguezagueante contraditório e complexo.

É neste contexto que os comunistas e outras forças populares lutam por um governo de coligação, em que convirjam as vontades de um amplo espectro de correntes civis e militares interessadas num processo democrático, na base de um programa mínimo que inclua a libertação dos presos sem processo, o reaparecimento dos desaparecidos, a normalização da vida sindical, o levantamento da suspensão da actividade dos partidos políticos, uma alteração da política económica.

O êxito desta linha política e a consequente derrota dos núcleos pró-imperialistas dependerá, fundamentalmente, da mobilização organizada das massas que lutam, nas mais difíceis condições, pelo respeito dos direitos dos cidadãos, pela defesa das riquezas nacionais, pela normalização da vida sindical e política, por um governo que concretize de facto estas aspirações.

O fim dos Somoza à vista

NA manhã de 23 de Agosto, descolaram do aeroporto de Manágua, capital da Nicarágua, os aviões que transportavam para um exílio provisório no Panamá e no México mais de 70 presos políticos e os guerrilheiros sandinistas que, numa audaciosa ocupação do Palácio Nacional, mantendo em seu poder um grupo de reféns que incluia membros da família do ditador Somoza, conseguiram impor algumas reivindicações então formuladas, nomeadamente a libertação dos presos políticos que os acompanharam na fuga do país. No caminho do aeroporto de Manágua, os guerrilheiros foram saudados por milhares de pessoas.

ENQUANTO os guerrilheiros da Frente Sandinista de Libertação Nacional e os presos políticos libertados pediam asilo político nos países que os acolheram, desencadeavam-se manifestações de rua em várias cidades da Nicarágua, exigindo o fim da ditadura. A Frente Ampla da Oposição, que reúne as mais diversas correntes políticas, decreta greve geral ilimitada, exigindo a imediata demissão do ditador Anastásio Somoza, a formação de um governo que permita a democratização do país. Imediatamente a seguir, a assembleia das Câmaras do Comércio – por maioria esmagadora – deu o seu total apoio à greve, recomendando também uma campanha de recusa de pagamento de impostos ao Governo, a retirada de depósitos bancários e encontros com associações industriais e agrícolas para aumentar o âmbito das resoluções tomadas e da luta nacional contra Somoza.

PAÍS produtor de bens agro-pecuários básicos, as principais exportações da Nicarágua são o algodão, o café, o açúcar e a carne. Num país que vive uma profunda crise, política como económica, os Somoza, que pagam um total ridículo de impostos, controlam todos os ramos básicos da economia, incluindo os das principais exportações. Possuem cerca de 30% das terras do país; têm as indústrias fundamentais – têxtil, alimentar, petroquímica – nas mãos. Para além dos transportes e comunicações, da marinha mercante, da televisão. Enquanto isso, mais de 32 por cento dos camponeses não tem terras e 22,6% tem menos de 3 hectares; o desemprego é elevadíssimo; 95% da população urbana de Manágua vive na miséria.

AS raízes da revolta estão aí: no domínio económico e político da família Somoza, na miséria generalizada, na situação de aguda crise. Uma revolta que se organiza, junta vontades, ganha envergadura desde que, em 1974, foram dados os primeiros e decisivos passos na unidade das forças antiditatoriais. Unidade em que vivem antagonismos de classe, mas que patenteia, uma vez mais, a sua solidez, no actual movimento grevista. As promessas de demissão e de novas eleições proferidas na emergência pelo ditador, a cedência à Frente sandinista, ao lado das vitórias e da envergadura do movimento popular – demonstram que a ditadura está presa por um fio. Um fio proveniente do exterior: o apoio insubstituível dos EUA, que continuam a canalizar auxílios económicos (12 milhões de dólares da Casa Branca) e até... felicitações pela política no domínio dos direitos humanos. E que será também inevitavelmente quebrado.

PCP–PCA: solidariedade

Conforme destacámos no último «Avante!», a política anticomunista na RFA assume formas que constituem uma grosseira violação dos mais elementares direitos humanos – verbalmente defendidos pela propaganda do capital. Condenando a infame provocação contra dirigentes do Partido Comunista Alemão, o Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português dirigiu ao Comité Central do Partido Comunista Alemão uma mensagem de solidariedade com os comunistas da RFA.

Queridos Camaradas:

Profundamente indignado com a campanha ultimamente movida por forças reaccionárias da RFA contra dirigentes do Partido Comunista Alemão, designadamente contra o seu Presidente, camarada Herbert Mies, o Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português expressa-vos os sentimentos de solidariedade internacionalista dos comunistas portugueses.

Estes ataques dirigidos à actividade do Partido Comunista Alemão, nomeadamente a apresentação, por órgãos de comunicação social, de dirigentes do Partido à mistura com terroristas e outros criminosos de delito comum, de modo algum se destinam a esclarecer a opinião pública da RFA mas, pelo contrário, visam combater o movimento operário alemão e a sua luta pelo alargamento dos direitos democráticos. No plano interno, integram-se nas tentativas para criar um ambiente de insegurança que melhor sirva os planos do ressurgimento de um clima de guerra fria, contra a segurança internacional, a cooperação entre os povos, a paz.

As medias arbitrárias de que são alvo dirigentes do PCA provam, simultaneamente, que as forças reaccionárias que estão na origem da campanha anticomunista não recuam perante métodos que constituem uma grosseira violação dos direitos humanos mais elementares.

Solidários com os comunistas alemães e com os seus dirigentes, estamos certos de que os trabalhadores e o povo da RFA não se deixarão iludir por mais esta campanha lançada contra o Partido Comunista Alemão e de que continuarão a luta pela liberdade, a democracia, o progresso social e a paz.

Cosmonauta da RDA no espaço

A Soyuz 31 partiu no sábado passado para o espaço com dois tripulantes: o soviético Valeri Bukowski e Sigmund Jahn, da RDA. A participação de um cosmonauta da RDA verifica-se no âmbito do acordo Intercosmos entre os países socialistas. Anteriormente participaram em voos espaciais deste tipo o cosmonauta checoslovaco Vladimir Remek e o polaco Miroslav Hiermasewski. A bordo do complexo orbitral Salyut 6 — Soyuz 29 — tripulado pelos soviéticos Vladimir Kovalionov e Alexander Ivantshenkov, desde 15 de Junho — a tripulação internacional realiza o seu programa de uma semana de duração.

A Comissão Concelhia do Barreiro da União da Juventude Comunista vai levar a cabo amanhã, às 21 horas, uma iniciativa cultural de apoio à Festa do «Avante!».

Assim, nas instalações de «Os Ferroviários», no Barreiro, haverá Canto Livre, com a participação de Júlia Babo, Gematopa, «Vozes na Revolução», grupo coral «Os Amigos», «Resistência», e ainda a participação de Francisco Viana e Ary dos Santos. Há também noite de teatro.

•

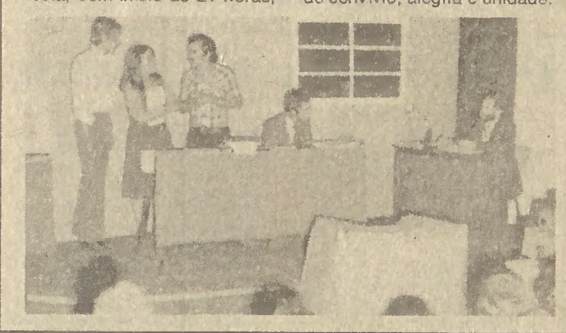
Ainda na próxima sexta-feira, também integrada nas actividades preparatórias da Festa do «Avante!», vai haver festa, com início às 21 horas, no Campo de Jogos de Campolide.

Canto Livre e intervenção política de propaganda da Festa do Jamor é o que consta do programa.

•

No passado dia 10 de Agosto, realizou-se no Centro de Trabalho de Alfama, por iniciativa da Organização da Função Pública da ORL do nosso Partido, uma festa de promoção da Festa do «Avante!», que teve a participação de mais de 200 pessoas, muitas delas não militantes.

Para além dos petiscos e do Canto Livre, foi apresentada uma peça de teatro, escrita, encenada e representada por camaradas da organização. A Festa foi uma grande jornada de convívio, alegria e unidade.



Festa do «Avante!»: um último arranque!

Falta pouco em tempo, falta muito em trabalho. Apesar de nas últimas jornadas os camaradas que participaram no esforço colectivo, que no Jamor ergue a Festa, terem contribuído para grandes avanços, há agora que «encher» as estruturas já construídas. Há que proceder, com rapidez, aos acabamentos da Festa. Há que deitar mãos à obra para o último arranque. Dentro de poucos dias as portas da Festa abrem-se de par em par!

Todos são poucos nestes últimos dias. Todos os camaradas, todos os amigos, armados de vontade de trabalhar e com as ferramentas que puderem trazer.

O último fim-de-semana fez acorrer ao Jamor milhares, de camaradas e amigos que, desde a manhã de sábado à noite de domingo, desenvolveram intensa actividade, dando ao terreno já uma fisionomia completamente diferente.

Durante a semana os trabalhos têm decorrido em bom ritmo, mas é necessário que, nos próximos sábado e domingo, uma mobilização maciça ponha definitivamente de pé a grande cidade da Festa do «Avante!».

Até sábado, camaradas e amigos!

40 excursões de Santarém para o Jamor

Os camaradas que na região do Oeste e Ribatejo alargam e reforçam o seu trabalho de preparação para a Festa não têm tido mãos a medir. E os resultados que alcançam demonstram que, por um lado, desenvolvem esforços organizados e, por outro, que o apoio da população e a receptividade encontrada no que toca às iniciativas preparatórias da Festa é cada vez maior.

Assim, no distrito de Santarém são cerca de 40 as excursões que já estão confirmadas, assegurando no Jamor uma boa participação de trabalhadores e democratas ribatejanos.

Muitos porta-a-porta, visando a angariação de fundos e de pordutos para os bares, se têm efectuado, continuando a direcção de trabalho que desde o início foi programada. Alpiarça, Vale Cavalos, Vale de Santarém, Vale de Figueira, Pombalinho, Pernes, Couço, Torres Novas, Azinhaga, Almeirim, Tomar, Vila Nova de Ourém e Salvaterra foram as localidades em que tiveram lugar os últimos porta-a-porta.

De salientar os fundos recolhidos, para além de produtos oferecidos: em Tomar, 2045$00; no Carregueiro, 1450$00; Vila Nova, 1022$50. Em Vila Nova de Ourém: Seiça, 1600$00; Ourém, 1000$00. Vale de Cavalos: no Casal da Oliveira, 1620$00; Caniceira, 2317$50.

Entretanto, no que toca à venda de EPs é Rio Maior que vai à frente, com mais de 226 por cento da meta, seguido de Alcanena, 148 por cento e de Santarém, que também já ultrapassou a meta!

Leiria

Também de Leiria chegam notícias. Que dizem, por exemplo, que no último fim-de-semana se deslocaram ao Jamor 15 camaradas de Leiria, que efectuaram uma jornada de trabalho na implantação do *stand* do concelho e bar da DOROR.

Leiria vai apresentar no seu *stand* de vendas artigos regionais, alguns já conhecidos dos anteriores festas –, mantas de lã e algodão, bonecos regionais, barros e louças, trabalhos em madeira e artigos de palha. E, como novidade, muitos brinquedos para os mais pequenos.

Haverá também uma excursão de Leiria, com um autocarro de 73 lugares, com partida no dia 9 às 8 e 30 horas e regresso no dia 10 às 24 horas.

A Madeira também vem!

Grande interesse se tem verificado na Região Autónoma da Madeira pela Festa do «Avante!»

Apesar das dificuldades de ligação ao Continente e do elevado custo das passagens, muitas são já as pessoas que se preparam para participar na grande jornada.

A DORAM estará presente na Festa com um *stand* de venda de artigos regionais, um restaurante e um *stand* político onde será divulgada a realidade da vida da Madeira, nomeadamente no campo económico, social e político.

A campanha lançada pela DORAM junto de militantes e amigos do Partido com o objectivo de recolha de artigos regionais e fundos tem encontrado uma grande receptividade, tendo-se já ultrapassado largamente os valores do ano passado.

Os êxitos já alcançados são o fruto do aprofundar da unidade de todos os democratas e antifascistas empenhados na defesa da democracia instaurada em Portugal após o 25 de Abril.

Durante a conferência de Imprensa realizada na passada quinta-feira, no Centro de Trabalho Vitória, o Director do «Avante!», camarada Dias Lourenço, acompanhado dos membros do Comité Central Aurélio Santos e Albano Nunes e ainda do camarada Ruben de Carvalho, chefe de Redacção do nosso jornal, e de António Pedro da SIP Central, divulgou junto dos representantes dos órgãos de informação o que vai ser a grandiosa Festa deste ano

Vender muitas mais EPs até ao início da Festa!

São muitos os camaradas que continuam a dar o exemplo da sua dedicação, promovendo um grande esforço de divulgação da Festa, vendendo a EP em todos os cantos do país, não esquecendo que a Entrada Permanente interessa não apenas aos camaradas, mas a muitos portugueses, a todos os trabalhadores.

Em Camarate, o camarada António Fernandes já vendeu 85 EPs e, em Carnaxide, António Barbosa vai em 86. Manuel Dias, da Freguesia de São Paulo, Lisboa, já ultrapassou as 50 e Manuel Espírito Santo, da Freguesia de Campolide, também ultrapassou as 80. A camarada Maria dos Anjos, da célula da Gulbenkian, vendeu 40; José Maria, de Arroios, mais de 80; Francisco Varandas, 75; Vítor Ribeiro, da UBP, 46; e José Manuel Pereira, dos Seguros, vai nas 60 Entradas Permanentes vendidas.

Agora, que poucos dias faltam para a abertura das portas da Festa, é preciso multiplicar a actividade, ultrapassar de longe o número alcançado o ano anterior, garantir, como de resto todos esperamos, que a participação de muitos mais portugueses na grandiosa iniciativa do Jamor seja uma realidade.

Com a Festa, aproxima-se também a data do 3.º Sorteio. É necessário dar a muito mais gente a possibilidade de se candidatar a um dos brindes a sortear, o primeiro dos quais, como se sabe, consta de 2 viagens à União Soviética!

Pioneiros de Portugal decidem e preparam a sua participação

Realizou-se no passado sábado, no Centro de Trabalho Vitória, um encontro de núcleos de Pioneiros do distrito de Lisboa, com o objectivo de escolherem a sua representação na Festa do «Avante!», no espectáculo a realizar pelas crianças nos dias 9 e 10, na Cidade da Juventude e dos Pioneiros.

A selecção coube a três júris constituídos, um por elementos ligados ao espectáculo, outro pelos monitores dos Pioneiros e o terceiro pelos próprios Pioneiros.

O encontro, que decorreu em ambiente de grande entusiasmo e alegria, terminou com a aprovação, pelos júris, de todos os grupos que tiveram intervenção artística no encontro, decisão que foi longamente aplaudida por todos os presentes.

Mas a presença dos Pioneiros de Portugal na Festa do «Avante!» é já hoje uma realidade. Neste fim-de-semana os trabalhos de implantação e de decoração foram largamente participados pelas crianças, na medida das suas possibilidades.

De todas as regiões do País, entretanto, continuam diariamente a chegar materiais de diversos núcleos de Pioneiros para participarem nas exposições, nas bancas e no bar.

A DORL preparou extenso programa

Prosseguem em bom ritmo e com grande entusiasmo os trabalhos de levantamento de pavilhões e exposições que irão reflectir a vida e a luta dos comunistas e do povo de Lisboa para a construção do Portugal novo e democrático.

Simultaneamente começam a entrar na fase de conclusão os vários programas que irão preencher os três dias de Festa.

No *stand* da DORL, no qual funcionará um auditório para diversas manifestações de natureza cultural, haverá uma grande exposição política que reflecte os pontos mais altos da Revolução Portuguesa: as grandes conquistas alcançadas pelo povo português, as grandes acções de massas na luta pela consolidação da democracia, o papel dos militantes comunistas e do seu Partido, como fiéis representantes das aspirações mais justas do nosso povo.

Junto à exposição, uma máquina de offset imprimirá postais alusivos à Festa que poderão ser comprados nas bancas pelos visitantes.

O auditório do *stand* da DORL, que será apoiado por um bar, já tem preparado um extenso programa, com início às 20,30 de sexta-feira, dia 8 de Setembro, e que abre com a projecção de um diaporama sobre a Festa do ano passado, seguindo-se teatro, com a Peça "Resistência", interpretada pelo grupo amador "Praça Pública"; seguem-se as canções do grupo "Unidade" e, à meia-noite há sessão de cinema.

No dia seguinte, pelas 14,30, o programa continua com cinema. Depois é a vez de Carlos Paredes e da sua música, de Celeste Amorim e Calazans – canto e música. Um colóquio sobre "Autarquias e Organizações Populares" prevê-se também, assim como uma homenagem a Manuel da Fonseca, e outro colóquio sobre "Controlo Operário e Comissões de Trabalhadores". Diaporamas e sessão de cinema encerram o programa de sábado.

No domingo, pelas 14,30 actua o grupo "Unidade". Segue-se projecção de diaporamas, colóquios sobre "Transportes" e "Movimento Sindical", uma peça de teatro e novamente diaporamas e a sessão de cinema da meia-noite.

Também o Comité Local de Lisboa divulga o seu programa que tem início pelas 22 horas do dia 8, com uma sessão de cinema. Na manhã do dia seguinte, serão recebidas sugestões e apresentação de problemas dos habitantes da cidade de Lisboa, a enviar para os respectivos órgãos autárquicos, depois de compilação. À tarde, um colóquio sobre deficientes. E à noite um filme sobre o 1.º de Maio deste ano. No domingo à tarde há um colóquio sobre Banca e Seguros e à noite uma sessão de cinema e novo colóquio, desta vez sobre problemas de habitação.

Grande actividade também a do Sector Intelectual de Lisboa que prevê para sexta-feira, dia 8, música – da barroca à contemporânea – e ainda a actuação de Carlos Paredes.

Pelas 18 horas de sábado, "Um Século de Crise Económica e de Empréstimos", apresentação de quadros de revista desde 1870 até aos nossos dias. À noite, mostra de cinema amador com a presença dos autores, seguindo-se um recital de poesia. No domingo, à tarde, projecção de "slides" sobre saúde e, à noite, romances e canções populares portugueses.

Tudo isto além de exposições sobre Saúde, Artes e Letras, Ensino, Técnicos, Advogados e Informação. Haverá ainda duas bancas de vendas onde será lançado o livro da Assembleia de Organização de Artes e Letras.

O que vai ser a presença da DORN

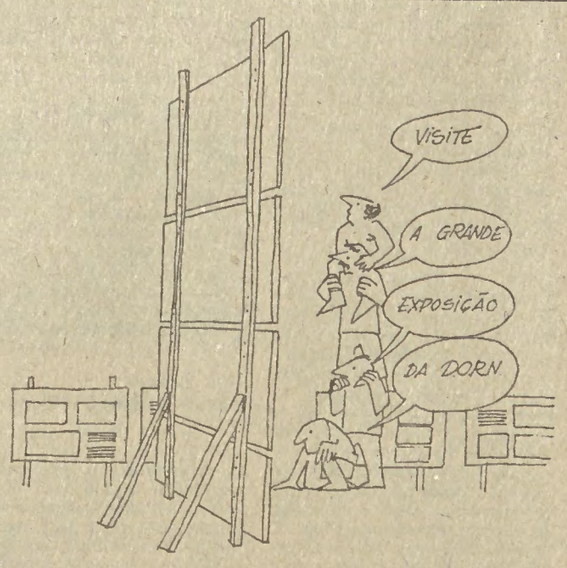
Qual a participação do Norte na Festa? Maior, decerto, e melhor que a do ano passado. Aqui damos alguns elementos, que são outros tantos motivos para o visitante se interessar pela representação da ORN no Jamor:

A exposição da DORN deste ano procura apresentar os aspectos mais marcantes do trabalho do Partido no Norte e da luta de massas desde a última Festa do «Avante!».

Uma sequência de grandes painéis apresenta imagens vivas do **movimento operário e popular:** As comemorações do 1.º de Maio que trouxeram para a rua mais de 370 mil trabalhadores nos desfiles e manifestações realizadas em 15 localidades. Acções realizadas em defesa das liberdades e da Constituição, tais como as manifestações de Novembro contra a conspiração fascista, o aniversário da Constituição e as comemorações do 25 de Abril que atingiram este ano um extraordinário relevo através de centenas de iniciativas realizadas nos vários distritos.

A luta da classe operária e dos trabalhadores contra as consequências da política de recuperação capitalista: as desintervenções, os despedimentos e o desemprego, o não cumprimento dos contratos colectivos de trabalho, a repressão patronal. A luta contra o aumento do custo de vida, em que se destacaram as estruturas unitárias de mulheres.

As acções dos camponeses pelo escoamento da batata e por preços condignos, contra o leite C e as movimentações dos rendeiros contra os despejos. A actividade da APU e das estruturas populares em defesa dos interesses das populações.



Uma outra sequência de grandes painéis apresenta o desenvolvimento do Partido no Norte. Alguns dados do 8.º Balanço, realizado em Dezembro de 1977 (evolução dos efectivos, composição social e etária, estruturação, entre outros). Os resultados da Promoção Conquistas de Abril no Norte. Imagens da democracia interna do Partido, de reuniões de quadros e Assembleias. E as grandes iniciativas, comícios e festas, através das quais o Partido leva a sua voz às massas.

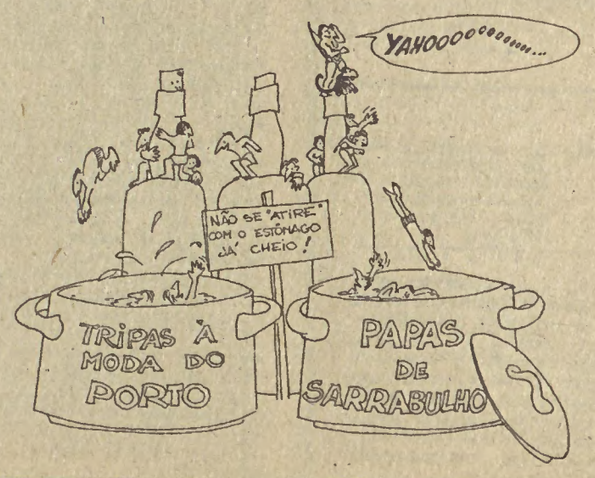
Completam a exposição 2 quadros eléctricos, um de perguntas e respostas, e outro que indica além da evolução da organização do Partido, os últimos resultados eleitorais por concelho e a evolução da nossa votação.

«Comes e bebes» não vão faltar...

Tal como nos anos anteriores também este ano não faltarão na área da ORN um **grande restaurante** com capacidade para servir milhares de pessoas e vários *stands* de comes e bebes.

As célebres **tripas à moda do Porto, as famosas papas de sarrabulho e o caldo verde também este ano marcarão a sua presença... E para variar, fêveras de porco** com salada de tomate. Mas sempre o bom vinho verde e maduro do Norte.

E quem quiser comer a uma frenca tem uma solução fácil — comprar um frango assado inteiro com batatas fritas num *stand* próprio localizado num dos acessos ao palco n.º 1. Bifanas, cachorros, sandes, caldo verde e papas, sumos e a deliciosa cerveja do Norte não faltarão nos 3 grandes bares situados junto da pista e próximo do palco n.º 1. E mais duas boas notícias. Haverá um *stand* dedicado ao famoso Vinho do Porto e um grande bar só para servir café.



Nos vários *stands* da ORN podem ainda encontrar-se múltiplos artigos que ficarão na lembrança dos que os adquirirem: Por exemplo a comida regional — o presunto e os chouriços de Trás-os-Montes, as alheiras de Mirandela, as azeitonas e o pão de centeio, o vinho do Porto, o mel de Rio Mau, licores de singeverga, as rabanadas da Póvoa.

Quanto a artesanato, lá estarão as rendas de bilros, as mantas de trapos de Vila do Conde, as camisolas e meias da Póvoa, a louça de Barcelos, as peças de Madeira de Vila-Verde, Braga, rendas de Felgueiras e lenços e bordados de Viana.

Brinquedos, medalhas, plantas, móveis, almofadas, selos, pássaros, porcelanas, cobres, louça esmaltada, cobertores e cutelarias, são ainda alguns dos artigos regionais que poderemos apreciar e comprar.